

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

Guia das ONGD

2012

Guia das Organizações Não Governamentais
para o Desenvolvimento associadas da
Plataforma Portuguesa das ONGD



PLATAFORMA PORTUGUESA

Título: Guia das ONGD - 2012

Uma edição da Plataforma Portuguesa das ONGD
Avenida Infante Santo, nº 21, Piso Técnico esquerdo,
1350-177 Lisboa

Coordenação Editorial: Plataforma Portuguesa das ONGD

Direcção Gráfica e Execução: César Neto

Design capa: César Neto

Data de Edição: Março de 2012

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-989-95715-2-5

**Nota: Informamos que os dados das ONGD associadas podem ter sofrido
algumas alterações durante a concepção deste guia**

© Todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial, sob qualquer forma dos textos contidos neste livro carece de aprovação prévia e expressa do respectivo autor.

Guia das ONGD

2012



Índice_

Introdução	9
ONGD	11
- O que são?	11
- Áreas de Trabalho das ONGD	12
Plataforma Portuguesa das ONGD	23
- Missão e Objectivos	23
- Uma breve história da Plataforma e das ONGD	25
- Grupos de Trabalho	33
ONGD Associadas	39
- Lista de ONGD	39
- Informação sobre as ONGD	43



Introdução_

Com a publicação do novo Guia das ONGD (Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento), a Plataforma Portuguesa das ONGD pretende partilhar informação sobre o trabalho realizado em Portugal na área da Cooperação para o Desenvolvimento.

Neste guia pode encontrar diversas informações sobre o sector do desenvolvimento em Portugal, quem são os actores que nel intervêm, o que fazem, como o fazem e porque o fazem.

Para as ONGD este guia pretende ser um instrumento de trabalho e consulta, que permita esclarecer dúvidas e, sobretudo, estabelecer os contactos certos, encontrar os parceiros mais adequados para concretizar determinado objectivo ou projecto.

Mas este guia dirige-se principalmente para o exterior, para quem não conhece esta área de trabalho e é uma prova de que em Portugal a Sociedade Civil trabalha, de forma organizada, para construir uma verdadeira solidariedade entre povos, contribuindo para a construção de um mundo mais justo e equitativo. É também uma forma de nos darmos a conhecer, apresentar o nosso dia-a-dia e o trabalho das ONGD em áreas como a Cooperação para o Desenvolvimento, a Educação para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária de Emergência.

Dedicando este guia a todos aqueles que ao longo dos anos contribuíram para o desenvolvimento deste sector em Portugal, não nos escusamos a fazer alguns agradecimentos especiais.

Um agradecimento especial a todas as organizações associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD e em especial às que fazem parte dos seus Grupos de Trabalho internos, pelo contributo que deram para este guia através do texto sobre a realidade das ONGD em



Portugal.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), nosso parceiro neste projecto.

Lisboa, Março de 2012
Plataforma Portuguesa das ONGD




ONGD_

As Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) são pessoas colectivas de direito privado, sem fins lucrativos. O seu estatuto jurídico encontra-se definido pela Lei nº 66/98, publicada em Diário da República a 14 de Outubro de 1998.

Segundo este estatuto, a designação de ONGD inclui as organizações que desenvolvem acções nos países em desenvolvimento nos domínios da ajuda humanitária e de emergência, da protecção e promoção dos direitos humanos e da cooperação para o desenvolvimento. É uma lei sem dúvida importante estabelecendo um estatuto jurídico que diferencia as ONGD de outras organizações da Sociedade Civil, mas apresenta-se bastante desactualizada face à evolução do contexto nacional e internacional em que estas organizações desenvolvem o seu trabalho.

As ONGD acreditam na importância de uma acção solidária, orientada para os objectivos das comunidades com as quais e para as quais trabalham, em conformidade com as prioridades identificadas em comum. Assumem, actualmente, um importante papel de “parceiros para o desenvolvimento” e de “agentes catalisadores”, ao cooperarem com essas comunidades no reforço do tecido associativo, no incentivo à participação cívica e económica, na ajuda aos sectores mais vulneráveis da população, na melhoria do acesso a recursos financeiros e técnicos e na procura e reforço das estratégias de preservação do meio ambiente, elementos fundamentais para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Grande parte do trabalho das ONGD passa igualmente pela sensibilização, formação e mobilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em desenvolvimento e para a importância de questionar e combater as injustiças, desenvolvendo estratégias e apresentando propostas de mudança. Procura-se assim criar uma consciência



pública que reconheça que, num mundo global, as respostas aos problemas que assolam todos os países têm de ser também elas globais e solidárias com as populações e países mais desfavorecidos.

As ONGD intervêm também em situações de catástrofe natural ou humana, actuando ao nível da Acção Humanitária, visando aliviar o sofrimento humano, tendo por base o princípio da não discriminação.

Todas as ONGD têm por base o respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, promovendo a igualdade de género, o direito à educação e a cuidados de saúde e o direito a um desenvolvimento sustentável e potenciador das capacidades humanas e económicas de cada país.

Áreas de Trabalho das ONGD

Cooperação para o Desenvolvimento

O conceito de Cooperação para o Desenvolvimento não tem uma definição única e plena, aceite e adaptada a todos os contextos e espaços temporais. Na realidade, tem sido objecto de debate desde o fim da II Guerra Mundial.

A sua definição foi acompanhando a evolução do contexto internacional, moldando-se ao pensamento e aos valores políticos que, época a época, moldaram o paradigma do desenvolvimento e a visão do relacionamento entre estados.

No entanto, podemos referir que, de acordo com a definição avançada pela Plataforma Portuguesa das ONGD, a Cooperação para o Desenvolvimento visa apoiar regiões, países e comunidades em dificuldades e que estão inseridos num contexto marcado por um desequilíbrio na repartição dos recursos e das oportunidades a nível mundial. Consiste no esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável e duradoura.




O desenvolvimento é o resultado da participação das populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro e do seu *empowerment* – processo pelo qual as pessoas e as comunidades reduzem as suas vulnerabilidades e aumentam as suas capacidades de intervenção, num mundo cada vez mais globalizado e interdependente.

Neste processo, as ONGD surgem não como “agentes de desenvolvimento” mas como “parceiros para o desenvolvimento”. O seu papel não é de actores principais mas o de “agentes catalisadores” ou “facilitadores”, que cooperam com as comunidades locais no reforço do tecido associativo, no incentivo à participação, na ajuda aos sectores mais vulneráveis da população, na melhoria do acesso aos recursos financeiros e técnicos e na procura e reforço das estratégias de preservação do meio ambiente, elementos fundamentais para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

A Cooperação para o Desenvolvimento abrange diversas áreas de actuação, nomeadamente: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Comunitário; Capacitação dos Recursos Humanos; Micro-crédito; Desenvolvimento Rural; Segurança Alimentar; Saúde; Educação formal e informal; Formação Técnica; Saneamento Básico e Melhoria ou Reabilitação de Habitat; Igualdade de Género; Direitos Humanos; Ambiente e Desenvolvimento; Participação e Cidadania; Influência Política (Lobby e Advocacy); Responsabilidade Social das Empresas; Estudos e Investigação, entre outras.

A Cooperação para o Desenvolvimento pode funcionar a nível bilateral ou multilateral. Entende-se por cooperação bilateral aquela em que os governos doadores mobilizam os seus fundos de cooperação para o desenvolvimento directamente para os “receptores” da ajuda, sejam estes os governos ou outras organizações dos países parceiros.

A cooperação multilateral é aquela em que os doadores remetem os fundos para organizações internacionais multilaterais (Comissão Europeia, ONU, Bancos de Desenvolvimento, etc), para que estas os utilizem no financiamento das suas actividades e do seu funcionamento. A gestão destes fundos é feita pelas organizações internacionais e não directamente pelos Estados doadores. Segundo



o glossário do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), consideram-se organizações multilaterais as instituições formadas por governos de países que dirigem as suas actividades de forma total ou significativa a favor do desenvolvimento e da ajuda a países receptores.

Podemos ainda falar de cooperação descentralizada que, num sentido restrito, consiste na cooperação realizada por administrações estatais, mas não do poder central (ex.: câmaras municipais, regiões autónomas). Num sentido mais alargado, trata-se de um novo enfoque da cooperação caracterizado pela descentralização de iniciativas, pela incorporação de novos actores da sociedade civil e por uma maior participação dos actores da sociedade civil local no seu próprio desenvolvimento.

Com a cooperação descentralizada pretende-se reforçar a participação das populações nas acções de desenvolvimento, promovendo uma diversidade democrática das sociedades dos países onde se intervém e contribuindo para o reforço da sociedade civil, permitindo a existência de múltiplos actores que contribuem para o combate à pobreza, com capacidade autónoma de organização e gestão.

A descentralização e a democratização são processos que se encontram em implementação em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que tem implicado a emergência de novos actores representativos de uma sociedade civil activa e consciente da sua responsabilidade na criação de um mundo mais equitativo e mais justo e que assume progressivamente um papel cada vez mais essencial na Cooperação para o Desenvolvimento. Entre estes actores encontram-se sindicatos, associações de produtores, organizações das comunidades locais, organizações não governamentais de ambiente, entre outros.

A evolução económica, social e política do mundo tem sido cada vez mais rápida, intensa e complexa. Se, por um lado, em muitas áreas esta evolução tem um grande potencial para contribuir para melhorar as condições de vida das populações mais desfavorecidas, por outro



lado os desafios à implementação de modelos de desenvolvimento sustentáveis, onde se consolidem condições para uma igualdade de oportunidades, são também cada vez maiores.

Perante este contexto evolutivo, os actores que actuam na área do Desenvolvimento devem estar conscientes da diferença nos papéis que assumem e de que nem sempre as suas opiniões sobre os caminhos e estratégias a prosseguir são idênticas. No entanto todos eles têm procurado adaptar-se às novas realidades, mantendo o seu empenho em atingir objectivos que, na sua essência, são comuns.

Educação para o Desenvolvimento (ED)


É uma das principais áreas de trabalho de muitas ONGD portuguesas e é, reconhecidamente, um domínio cada vez mais importante para o próprio sucesso dos projectos de Cooperação para o Desenvolvimento. Não é no entanto um conceito fácil de definir também porque tem evoluído com as mudanças, cada vez mais rápidas, que caracterizam um mundo cada vez mais global e interdependente.

A génese da ED está relacionada com os processos de descolonização do período do pós guerra e com a proliferação de campanhas humanitárias- As ONG assumiram sempre um papel preponderante na dinamização de actividades de ED e da promoção da sua importancia junto de entidades nacionais e internacionais.

Em Portugal a ED tem um percurso em que foi assumindo uma crescente importancia para todos os actores, públicos e da Sociedade Civil, relevando aqui os passos mais recentes deste caminho que se fez com passos seguros e consequentes.

Depois de em 2005 ter sido aberta no IPAD uma linha anual para o co-financiamento de projectos de ED, em 2008, teve início o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)¹ – um desafio lançado pelo IPAD com o objectivo geral de: “Promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa

1 DOCUMENTO DISPONÍVEL PARA CONSULTA EM: [HTTP://WWW.IPAD.MNE.GOV.PT/IMAGES/STORIES/EDUCACAO/ENED.PDF](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/educacao/ened.pdf)



para as questões de desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a acção orientada para a transformação social”. O documento final, apresentado pelo IPAD em 2010, contou com o contributo da Plataforma Portuguesa das ONGD em estreita coordenação com o Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento.

Segundo o documento, os percursos e contributos nacionais foram construindo diferentes delimitações do conceito, tornando difícil o consenso na definição de Educação para o Desenvolvimento (ED). Ainda assim, a ENED considera como pontos de partida válidos: as definições avançadas pela Plataforma Portuguesa das ONGD em 2002; os contributos adiantados pelo documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” de 2005; e as perspectivas divulgadas pelo “Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento” apresentado publicamente em 2007.

Definição da Plataforma Portuguesa das ONGD – 2002:

“A Educação para o Desenvolvimento (ED) é um processo dinâmico, interactivo e participativo que visa: a formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência; a vivência da interculturalidade; o compromisso para a acção transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade; a promoção do direito e do dever de todas as pessoas, e de todos os povos, participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável. A Educação para o Desenvolvimento não pode nunca confundir-se com campanhas de angariação de fundos, com objectivos de visibilidade e marketing de organizações ou acções, nem com iniciativas de informação oficial sobre Ajuda ao Desenvolvimento. A singularidade da Educação para o Desenvolvimento é a sua vinculação ao Sul e, por isso, o que a distingue de outras “Educações para...” é o ter sempre em conta os discursos e as propostas que são feitos sobre e pelo Sul.”

Definição da Visão Estratégica – 2005:

“A Educação para o Desenvolvimento (ED) constitui um processo



educativo constante que favorece as interrelações sociais, culturais, políticas e económicas entre o Norte e o Sul, e que promove valores e atitudes de solidariedade e justiça que devem caracterizar uma cidadania global responsável. Consiste, em si mesma, num processo activo de aprendizagem que pretende sensibilizar e mobilizar a sociedade para as prioridades do desenvolvimento humano sustentável. Trata-se de um instrumento fundamental para a criação de uma base de entendimento e de apoio junto da opinião pública mundial, e também da portuguesa, para as questões da cooperação para o desenvolvimento. Embora a ED não se restrinja à educação formal, é importante que esta seja incorporada progressivamente nos currícula escolares, à semelhança do que acontece com outros países europeus, para que a educação formal reflecta e contribua para a criação de cidadãos atentos, exigentes e participativos na vida e na solidariedade globais. A coordenação com o Ministério da Educação nesta matéria é fundamental. Por outro lado, as temáticas de ED não se confinam só a matérias de carácter internacional, antes potenciam soluções e respostas para questões transversais da nossa sociedade, como sejam a do respeito pela multiculturalidade; as questões da imigração e da inclusão social; a luta contra a pobreza; as campanhas de educação para a saúde e as de sensibilização ambiental; a questão da responsabilidade social empresarial, do consumo sustentável e do comércio justo; e a responsabilidade social dos media.”

Definição do Consenso Europeu sobre ED – 2007:

“A educação e a sensibilização para o desenvolvimento contribuem para a erradicação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável através de abordagens e actividades educativas e de sensibilização da opinião pública baseadas nos valores dos direitos humanos, da responsabilidade social, da igualdade de género e num sentimento de pertença a um só mundo, em ideias e percepções das disparidades entre as condições de vida dos seres humanos e dos esforços necessários para ultrapassar essas disparidades, bem como na participação em acções democráticas que influenciam as situações sociais, económicas, políticas ou ambientais que afectam a pobreza e o desenvolvimento sustentável (...) têm por objectivo permitir que todos os cidadãos da Europa disponham em

permanência de oportunidades de sensibilização e de compreensão dos problemas relacionados com o desenvolvimento global, bem como da sua pertinência local e pessoal, e possam exercer os seus direitos e assumir as suas responsabilidades enquanto cidadãos de um mundo interdependente e em mutação, influenciando a evolução para um mundo justo e sustentável.”

Embora as definições apresentadas sejam o resultado de prioridades, percursos e contextos institucionais distintos, importa sobretudo “compreender, identificar e partilhar o núcleo de ideias fundamentais”, tal como referido na 1ª Mesa Redonda do Intercâmbio Portugal - Áustria. Neste sentido, a ENED apresenta os consensos mais evidentes:

- A sua definição geral: a ED é definida como processo de aprendizagem (dimensão pedagógica).
- Os princípios que norteiam o pensamento e a acção: solidariedade, equidade, justiça, inclusão (dimensão ética).
- O objectivo mobilizador: a ED é vocacionada para a transformação social, assente numa auto-reflexividade crítica permanente, capaz de desmontar as relações de poder e de hegemonia que se vão insinuando em todas as escalas (dimensão política).

Em suma, a ED envolve as seguintes dimensões:

- A ED sensibiliza: partilhando informação e reflexões com as pessoas, questionando as situações vividas e conhecidas, fazendo crescer a vontade de mudar o que é injusto;
- A ED consciencializa, forma e mobiliza: levando as pessoas a assumir a sua própria situação, os seus limites e as suas possibilidades, bem como as dos restantes seres humanos, permitindo-lhes avaliar estas situações com critérios de justiça e solidariedade, desenvolver visões, estratégias e propostas concretas de mudança e pô-las em prática, combatendo as injustiças;
- A ED influencia as políticas: nomeadamente as políticas públicas, denunciando aquelas que sistemicamente originam ou perpetuam a pobreza, a exclusão e as desigualdades, e, propondo políticas



concretas no domínio da acção do Estado, do sector privado e da sociedade civil, de modo a que promovam o bem comum à escala local e global.

Ajuda Humanitária e de Emergência

A «Ajuda Humanitária e de Emergência» tem como objectivo auxiliar as populações que são vítimas de catástrofes naturais ou catástrofes provocadas pelo Homem.

Através da Ajuda Humanitária, cujo objectivo é aliviar o sofrimento humano procurando soluções rápidas e eficazes para situações excepcionais que ponham em causa a vida das populações, é possível intervir rapidamente para minorar o sofrimento e a miséria das vítimas da fome, das guerras, das injustiças e de catástrofes naturais e/ou desastres provocados pelo homem.

A ajuda de Emergência visa responder a situações pontuais, após acontecimentos extremos que não são previsíveis, incluindo diferentes tipos de apoio que vão desde o envio de medicamentos à construção de abrigos provisórios, distribuição de alimentos e todo um conjunto de bens essenciais à sobrevivência das populações afectadas. Estas acções, habitualmente canalizadas através de ONGD e organizações internacionais, devem contribuir para que o país ou região adquira uma maior capacidade para enfrentar a fase de reconstrução e assumir o seu lugar no caminho para o desenvolvimento.

As intervenções da Ajuda Humanitária e da Ajuda de Emergência seguem o princípio da não discriminação e são implementadas por meios pacíficos, com o objectivo de assegurar a preservação da vida no respeito pela dignidade humana e tendo em vista o estabelecimento de condições propícias ao processo de desenvolvimento, de acordo com as especificidades dos países onde actuam.

Importa ainda referir que a proximidade das equipas de Ajuda Humanitária e de Emergência à realidade das populações potencia a capacidade de identificação e denúncia de violações e abusos dos



direitos humanos, situações muito frequentes nestas alturas.

Porque a emergência médica é habitualmente a mais premente em caso de catástrofe, as organizações que operam no domínio da saúde são as que, pelas suas características, tendem a responder em primeiro lugar a este tipo de catástrofes. Têm normalmente uma capacidade logística ímpar para conseguir, em poucas horas, mobilizar pessoal especializado e recursos materiais e enviá-los para o terreno, podendo contar ainda com um financiamento privado significativo que lhes permite não depender de um apoio público cuja demora na concretização muitas vezes não possibilita uma resposta eficaz e atempada.

Em contexto de «emergência», as boas intenções nem sempre são suficientes. Importa sensibilizar a opinião pública para a importância de adequar a ajuda ao contexto em que esta irá ser aplicada. O envio de bens para regiões atingidas por catástrofes é um exemplo comum da mobilização pública. Porém o transporte destas mercadorias é, em muitos casos, consideravelmente mais dispendioso, e o apoio monetário directo às ONG permite que estas, dispondo de equipas no terreno, adquiram localmente os bens necessários, contribuindo adicionalmente para dinamizar a economia local, ferida pela catástrofe.

É ainda de realçar que o trabalho desenvolvido pelas organizações especializadas neste tipo de intervenção não se esgota nos primeiros dias chamados de «urgência vital». Segue-se um período, às vezes lento, de reconstrução e de melhoria das infraestruturas. E apesar das estruturas locais recuperarem pouco a pouco a sua capacidade de intervenção, o contexto físico mantém-se extremamente desfavorável: edifícios destruídos, comunicações não restabelecidas, falta de acesso a água, desorganização do normal funcionamento das Instituições e das Comunidades devido aos movimentos de refugiados. A fase de reabilitação corresponde a este momento em que, salvo algumas excepções, as populações já não correm perigo de vida. Todavia a desorganização provocada pela crise de emergência ainda não permite ao país ou à região afectada recuperar um ritmo normal de desenvolvimento sem um apoio externo.

O período da reabilitação não tem a carga emotiva e mediática dos primeiros dias, exige competências fora do estrito domínio das necessidades mais básicas (como a saúde e alimentação), implica uma forte participação da população local e constitui uma etapa indispensável ao regresso à normalidade e, no caso de países com fracos recursos, conduz a processos mais alongados de Cooperação para o Desenvolvimento.



P_lataforma ONGD

A Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) é uma associação privada sem fins lucrativos que representa um grupo de 67 ONGD registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Constituída a 23 de Março de 1985, emerge como resultado da combinação das idiossincrasias das suas associadas e da necessidade das mesmas de se posicionarem enquanto interlocutores privilegiados, tanto do Governo português, como de Instituições de carácter supra-governamental, no que se refere à construção de políticas de Desenvolvimento e Cooperação.

Ao representar e apoiar as ONGD portuguesas a nível nacional e internacional, a Plataforma Portuguesa das ONGD pretende contribuir para a qualificação da intervenção da sociedade civil nos domínios da Cooperação para o Desenvolvimento, da Ajuda Humanitária e de Emergência e da Educação para o Desenvolvimento. Deste modo procura potenciar as capacidades das ONGD enquanto organizações empenhadas na afirmação da solidariedade entre os povos e contribuir para a criação de um mundo mais justo e equitativo.

Missão

A Plataforma Portuguesa das ONGD tem como missão contribuir para melhorar e potenciar o trabalho, a nível político, legislativo e social, promovendo as boas práticas, das ONGD Portuguesas, que trabalham para um mundo mais justo e equitativo junto dos Países em Desenvolvimento em áreas como a Cooperação, a Educação para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária e de Emergência.

Principais objectivos

- Promover uma sociedade cada vez mais inclusiva, onde valores como a equidade e a solidariedade sejam realidades objectivas;



- Construir plataformas de cooperação que permitam o desenvolvimento das sociedades humanas no respeito pela diversidade e pelos direitos humanos fundamentais;
- Fomentar políticas de não discriminação e de promoção da dignidade de todos os seres humanos;
- Acompanhar e influenciar a concepção, a execução e a avaliação das políticas de Desenvolvimento e de Cooperação a nível nacional e internacional;
- Constituir-se enquanto interlocutora privilegiada, tanto de organizações governamentais, como supra-governamentais para questões de Desenvolvimento e Cooperação.



Uma breve história da Plataforma e das ONGD Portuguesas

A nível mundial, o aparecimento formal das organizações não-governamentais de desenvolvimento (ONGD)¹ data do período pós-2ª Guerra Mundial. A sua caracterização foi sempre baseada pela função não lucrativa e pela actuação junto das populações mais desfavorecidas, numa lógica *bottom up*, integrando muitas vezes no seu trabalho uma forte componente de voluntariado (Ribeiro e Marques, 2002).

Em Portugal, até 1974, existiam três instituições não-governamentais que tinham definido no seu âmbito de intervenção a ajuda humanitária: a Sociedade da Cruz Vermelha Portuguesa, a Cáritas Portuguesa e a Fundação Calouste Gulbenkian. Embora estas organizações sejam de natureza não-governamental, possuem práticas e formas distintas das ONGD, nomeadamente no que se refere às suas acções e ao seu percurso institucional na sociedade.


Por essa razão podemos dizer que, formalmente, as ONGD portuguesas nascem logo após o 25 de Abril de 1974. O Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDAC)², a primeira ONGD portuguesa, surge em Maio desse ano, assumindo uma intervenção baseada na «luta pela independência das colónias e (...) pela solidariedade aos seus movimentos de libertação» (Ribeiro 1995).

Entre 1974 e 1984, várias outras ONGD foram sendo criadas e a 23 de Março de 1985 teve lugar a primeira reunião oficial da Plataforma Nacional, composta por 13 organizações³, e em Outubro desse mesmo ano seriam eleitos os primeiros representantes das ONGD

1 SEGUNDO O ESTATUTO DAS ONGD EM PORTUGAL (LEI 66/98 DE 14 DE OUTUBRO), ESTA DESIGNAÇÃO INCLUI AS ORGANIZAÇÕES QUE DESENVOLVEM ACCÇÕES NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO NOS DOMÍNIOS DA AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA, DA PROTECÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.

2 EM JANEIRO DE 1977 ADOPTA O NOME CIDAC -CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMÍLCAR CABRAL, MUDANDO EM 2004 PARA A ACTUAL DESIGNAÇÃO CIDAC – CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL.

3 CÁRITAS PORTUGUESA, CIDAC, CRUZ VERMELHA PORTUGUESA, FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL, INSTITUTO AMARO DA COSTA, INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA, INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO, INSTITUTO PARA O PROGRESSO SOCIAL E DEMOCRACIA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS, ASSOCIAÇÃO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ, FUNDAÇÃO OLIVEIRA MARTINS, INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS.



portuguesas para os órgãos representativos da Sociedade Civil Europeia, assumindo esta função a partir de 1 de Janeiro de 1986, com a adesão de Portugal à CEE. Foi a partir deste momento que se intensificou o processo de criação de um maior número de ONGD a nível nacional, criando uma panorama de grande heterogeneidade que reflectia as diferentes circunstâncias que as originaram e o facto de serem um espelho de diversas tradições e culturas.

Esta diversidade notava-se já no primeiro grupo de 13 organizações não-governamentais que constituiu a Plataforma, formado por associações muito diferentes que tinham em comum a vontade de concretizar acções na área da Cooperação. Na base desta organização de trabalho colectivo esteve, claramente, o empenho em integrar e impulsionar a acção das instâncias internacionais que proclamavam que o auxílio aos Países em Desenvolvimento (PeD) era um dever essencial de todos. Tendo como base este pressuposto, o objectivo das ONGD foi a constituição de uma estrutura que promovesse um diálogo entre diversas entidades, públicas e privadas, com base nos conceitos de solidariedade e de colaboração entre as suas associadas, facilitando a coordenação de programas e acções de cooperação para o desenvolvimento, com visibilidade nacional e internacional.

Muitas ONGD foram percebendo, ao longo dos anos, o alcance desta mensagem e destes objectivos e por isso o número de associadas da Plataforma foi aumentando de forma consistente de ano para ano. Em 2012, são 67 as ONGD que integram a Plataforma. Por outro lado, foi também crescente o seu reconhecimento, por parte de várias entidades oficiais do Estado Português, como “a representante” das ONGD portuguesas e um dos interlocutores privilegiados no diálogo com a sociedade civil.

Um ano após a criação da Plataforma, teve lugar o seu primeiro grande projecto, a “Semana de Solidariedade para o Desenvolvimento”, uma Conferência Internacional sobre “Cooperação e Desenvolvimento”, que englobou um concurso juvenil a nível nacional e uma exposição itinerante sobre o mesmo tema. Este projecto teve como objectivo divulgar o âmbito de trabalho das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento junto da opinião pública, objectivo que



continua ainda hoje a ser uma das bases da actuação da Plataforma.

O ano de 1990 foi de grande importância para o debate de questões relacionadas com as políticas sobre Cooperação para o Desenvolvimento, com a Plataforma a assumir de forma decisiva o seu papel de interlocutor entre as ONGD portuguesas e as autoridades governamentais nacionais e europeias. A principal ideia que se pretendeu transmitir, como referido por Luísa Teotónio Pereira do CIDAC, era que cabia “ ao Estado estabelecer, na legislação que disciplina as actividades de cooperação para o desenvolvimento, as diversas formas de apoio às ONG”, sendo prioritário “estabelecer um regime geral para a cooperação que contemple todas as suas formas e todos os seus agentes e que distinga definitivamente a cooperação solidária e desinteressada da cooperação lucrativa”.

Em 1989, a Comissão Permanente (CP) da Plataforma tinha discutido e elaborado um projecto de “Estatuto das ONGD”, e também de “Estatuto dos Voluntários e Cooperantes Não Governamentais”, ambos aprovados pelas associadas da Plataforma em Reunião Nacional. Em 1991, a CP entregou estes projectos, para apreciação, à Comissão Permanente de Negócios Estrangeiros e Cooperação da Assembleia da República, com a qual reuniu para discutir o seguimento desta questão.

O ano de 1992 foi marcado pela assinatura, a nível europeu, da Carta de Berlim, que materializou uma Acção Conjunta de Grupos Comunitários, Autarquias e Organizações Não Governamentais Europeias, visando a implementação de um modelo de Desenvolvimento Sustentado. A Plataforma procurou sempre estar na linha da frente das decisões e implementação de medidas, quer a nível nacional, quer a nível internacional, participando na definição e elaboração de documentos de enquadramento nacionais e internacionais sobre a Cooperação para o Desenvolvimento.

A 24 de Maio de 1994, quase dez anos após a criação da Plataforma Nacional e após prolongadas negociações entre esta estrutura e o Governo português de então, uma lei da Assembleia da República (Lei n.º 19/94) passou a reconhecer o estatuto das organizações não-governamentais para o desenvolvimento, definindo os seus

princípios gerais e as suas formas de criação e de organização. Nessa lei, as ONGD são consideradas « pessoas colectivas de direito privado, sem fins lucrativos », constituindo os seus objectivos « a cooperação e o diálogo intercultural, bem como o apoio directo e efectivo a programas e projectos em países em desenvolvimento », através de « acções para o desenvolvimento, assistência humanitária, protecção e promoção dos direitos humanos, prestação de ajuda de emergência e realização de acções de sensibilização da opinião pública ». Esta lei foi revista no ano de 1998 (Lei n.º 66/98)⁴.

Em 1997, a Plataforma Nacional possuía 44 associadas, sujeitas a um processo de admissão com base num conjunto de critérios previamente estabelecidos. Nesse mesmo ano, um relatório elaborado para o Centro de documentação da OCDE afirmava que as ONGD portuguesas tinham ainda um papel pouco representativo na ajuda ao desenvolvimento. Efectivamente, apesar da relação entre o Estado e as ONGD portuguesas se ter vindo gradualmente a intensificar, não tinha ainda havido qualquer passo no sentido da sua operacionalização formal, por exemplo, no que concerne ao cofinanciamento de projectos.

Em 1999, após a revisão da Lei das ONGD, a aprovação do documento “A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI”, pelo Conselho de Ministros, contribuiria para o reconhecimento oficial do papel das ONGD na concretização das Políticas Públicas de Cooperação Portuguesa.

Aproveitando este reconhecimento legal e institucional, no dia 11 de Novembro de 1999 a Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento foi constituída, através de escritura pública, como associação de âmbito nacional, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos. Este foi sem dúvida um passo fundamental para a afirmação e consolidação da Plataforma enquanto organização com um papel preponderante e de referência

4 É CLARAMENTE NECESSÁRIO VOLTAR A REVER ESTA LEI, FAZENDO-A REFLECTIR A EVOLUÇÃO DO CONTEXTO ORGANIZACIONAL E DE TRABALHO DAS ONGD PARA QUE, COMO REFERE LUÍSA TEOTÓNIO PEREIRA, SE POSSA “APROVEITAR ESTA BASE LEGAL PARA APROFUNDAR AQUILO QUE NOS UNE, RECONHECER O QUE É ESPECÍFICO DE CADA ORGANIZAÇÃO, E PODER SER VISTO COMO COMPLEMENTAR NO QUADRO DE UMA VISÃO GLOBAL E IDENTIFICAR AS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS QUE, DE FACTO, SÃO DIFERENTES OU ATÉ DIVERGENTES”




na reflexão e promoção das temáticas da Cooperação para o Desenvolvimento em Portugal, abrindo portas a novas perspectivas de intervenção.

Com este novo enquadramento estabelecido, a concretização de metas como: a capitalização das relações da Plataforma com Bruxelas, a aquisição e transmissão de mais *know-how* às associadas e a organização e consolidação das relações com as entidades coordenadoras das políticas de Cooperação Portuguesa, só seria possível num quadro de uma Plataforma já estabelecida institucionalmente, com uma Sede própria, com um secretariado reforçado e com as ONGD mais capacitadas e mais activas. Procurando, por isso, fortalecer esta estrutura organizativa e jurídica, foram formulados e aprovados em Assembleia Geral os novos Estatutos Legais da Plataforma, publicados em Diário da República, que incluíam a definição de uma Missão, Visão e Objectivos específicos de acção.

No ano de 2000, Portugal acolheu a Presidência da União Europeia, no âmbito da qual a Plataforma organizou uma série de *workshops* e dois seminários nacionais, em Sintra e Lisboa, destacando-se o contributo e a presença de muitas entidades portuguesas e europeias, bem como a participação de um conjunto alargado de ONGD associadas da Plataforma. Também durante o ano 2000 assistimos a um dos acontecimentos que mais uniu os portugueses à volta de uma causa comum e em que a Plataforma Portuguesa das ONGD procurou coordenar os esforços das ONGD nacionais: a situação ocorrida em Timor-Lorosae. As ONGD portuguesas levaram a cabo um trabalho de excelência ao nível da assistência humanitária, da educação, da saúde e da melhoria condições de vida e de trabalho do povo timorense, muitas vezes em colaboração com ONGD internacionais.

A viragem do século foi igualmente marcada por uma alteração no tipo de relacionamento com as estruturas do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Passou-se de uma prática de contactos ocasionais, fundada na abordagem de questões concretas relevantes num determinado momento, para a prática de um diálogo estruturado, sob a forma de jornadas de reflexão conjunta, realizadas duas



vezes por ano. Deste esforço resultou não só a assinatura, em 2001, do Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma Portuguesa das ONGD, como também o início de um trabalho conjunto com o ICP – Instituto da Cooperação Portuguesa – para a elaboração de um conjunto de regras para o co-financiamento de projectos de Cooperação para o Desenvolvimento de iniciativa das ONGD.

No seguimento deste trabalho, o ICP criou formalmente, em Outubro de 2001, uma linha de co-financiamento para projectos de ONGD para a área de Apoio ao Desenvolvimento, reconhecendo desta forma que “uma sociedade civil forte é um importante elemento na construção e desenvolvimento de democracias e um teste permanente à sensibilidade das sociedades, relativamente a assuntos como a pobreza, a desigualdade entre géneros e o livre acesso à educação”.

Em 2004, ocorreu aquele que pode ser considerado o primeiro confronto político grave com os responsáveis da Cooperação Portuguesa. Num período de grande tensão com o IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, ex-ICP), que suspendeu temporariamente as regras de co-financiamento de projectos de ONGD, as posições sólidas e firmes conjuntamente construídas pelas ONGD numa dimensão pública nunca antes atingida viriam a permitir recuperar a credibilidade junto dos decisores políticos, perante um também frágil quadro político nacional que acabaria por levar à substituição dos responsáveis do IPAD e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Em 2005, reconstruídas as relações institucionais entre o Estado e as ONGD, uma resolução do Conselho de Ministros viria a recolocar em vigor as referidas regras de co-financiamento.

Outro acontecimento que nesta altura reflectiu a importância crescente das ONGD como actores de Desenvolvimento e que contribuiu para o reconhecimento oficial do seu papel na concretização das Políticas Públicas de Cooperação Portuguesa foi a aprovação do documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, em 2005. E foi igualmente neste ano que o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, respondendo




à crescente importância assumida pela área da Educação para o Desenvolvimento no contexto português, criou uma segunda linha de co-financiamento para projectos de ONGD, especificamente para financiamento de intervenções nesta área concreta.

A Plataforma sempre procurou participar na análise da evolução da Cooperação Portuguesa utilizando, por exemplo, instrumentos como o Programa Orçamental da Cooperação (PO-05), criado em 2006, e em articulação com organizações e redes europeias, dando origem quer a documentos de análise dos dados nacionais, quer aos relatórios periódicos AID Watch, elaborados pela CONCORD com a colaboração das Plataformas e redes de cada país. Consolidando este relacionamento internacional, em 2007, começou a participar nos processos de articulação entre organizações da sociedade civil europeias e da América Central e do Sul.

No contexto da Presidência Portuguesa da União Europeia, que decorreu durante o segundo semestre de 2007, a Plataforma elaborou o “Projecto Presidência”, subordinado ao tema “Novas Dinâmicas da Solidariedade Norte-Sul – Promover a participação activa da sociedade civil no diálogo Europa-África”. O ponto alto desta importante iniciativa da Plataforma foi a realização do Fórum da Sociedade Civil Euro-Africana, que teve lugar entre 15 e 17 de Novembro, reunindo mais de 200 representantes de redes e organizações europeias e africanas, procurando construir uma visão comum sobre um modelo de desenvolvimento sustentável para os países do continente africano. Como resultado deste evento foram elaborados diversos documentos de enquadramento, entre os quais uma declaração política que foi lida numa das sessões plenárias da Cimeira Euro-Africana de Chefes de Estado.

A partir de 2009, e apostando num reforço das relações institucionais, quer com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, quer com o IPAD, foram abertas várias frentes de trabalho conjunto que permitiram abordar diversos assuntos para o futuro do trabalho das ONGD. Assim, para além de uma revisão do enquadramento normativo que regula as duas linhas de co-financiamento do IPAD para projectos da iniciativa de ONGD, da participação activa na elaboração



de uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e da participação de diversas associadas em outras estratégias sectoriais elaboradas no âmbito do Fórum da Cooperação, uma das mais importantes concretizações de 2009 foi a assinatura de um Contrato Programa, para o período 2009-2013, entre a Plataforma e o IPAD. Este contrato tem como objectivos essenciais contribuir para a capacitação técnica e operacional das ONGD, melhorando a sua capacidade de execução de projectos, e também dar visibilidade ao trabalho feito pelos diversos actores, públicos e privados, que têm intervenções na área da Cooperação para o Desenvolvimento, sensibilizando a opinião pública em geral para a importância das várias temáticas relacionadas com esta área.

Vinte sete anos depois da criação da Plataforma, não foram só os anos que passaram. O caminho percorrido até agora foi longo, sinuoso, com avanços e recuos, mas a perseverança e o empenho de todos aqueles que estiveram ligados ao trabalho da Plataforma e das ONGD permitiram que chegássemos a 2011 com esperança no futuro. É certo que nos encontramos num período muito difícil para sociedade em geral e que muitas ONGD vivem o seu dia-a-dia com inúmeras dificuldades e com muitas incertezas. Mas sabemos também que a própria natureza que forma as ONGD é a de luta constante para conseguir atingir os seus objectivos e que a Plataforma continuará a trabalhar, juntamente com as suas associadas, para as tornar agentes cada vez mais activos e participantes nos processos de decisão e execução das políticas de Cooperação do Estado Português.

Ao dinamismo de incerteza, que caracteriza a actual evolução histórica do mundo, as ONGD saberão, certamente, responder com a sua capacidade de adaptação. Continuarão a defender os seus valores universais de luta pela solidariedade, diálogo, justiça social e o direito a um desenvolvimento sustentado de todos os países e povos do mundo.



Grupos de Trabalho da Plataforma ONGD

Os vários grupos de trabalho da Plataforma, nos quais participam cerca de metade do total das associadas da Plataforma, intervêm em diversas áreas, procurando manter a dinâmica de diversificação de relações com vários actores, nacionais e internacionais, que trabalham na área da Cooperação Internacional e da Educação para o Desenvolvimento.

AidWatch

Criado em Janeiro de 2007, este Grupo de Trabalho reúne actualmente 10 organizações* e tem como objectivo principal analisar a evolução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) de Portugal, tendo como referência os compromissos internacionais assumidos pelo Estado nesta matéria, quer em termos quantitativos quer relativamente aos aspectos qualitativos dessa Ajuda ao Desenvolvimento.

Esta análise da APD é também a base para a participação da Plataforma no relatório europeu AID WATCH da Confederação Europeia das ONGD de Desenvolvimento e Acção Humanitária (CONCORD) e procura incentivar o debate nacional sobre esta temática, envolvendo neste debate diferentes decisores políticos (Governo, Assembleia da República e Partidos Políticos).

No âmbito da área de trabalho deste Grupo, a Plataforma desenvolve regularmente várias intervenções essenciais ao nível da influência política e monitorização das políticas públicas relevantes para o trabalho da Sociedade Civil.

A nível internacional, a participação de representantes deste GT em iniciativas da CONCORD tem permitido acompanhar uma série de temáticas relevantes para o futuro do trabalho das ONGD, como por exemplo o Diálogo Estruturado entre a Comissão Europeia e a Sociedade Civil dos Estados-membro e também os debates sobre a Eficácia do trabalho das Organizações da Sociedade Civil (Open

Forum on CSO Effectiveness)

*ACEP, ADRA Portugal, AID Global, IMVF, Epar, Engenho e Obra, FEC, Fundação Gonçalo da Silveira, SOLSEF, UNICEF

Ajuda Humanitária de Emergência

A 20 de Fevereiro de 2006, foi celebrado um Protocolo de Cooperação entre a Direcção da Plataforma das ONGD e algumas ONGD suas associadas que trabalham na área da ajuda humanitária de emergência. A assinatura deste Protocolo veio formalizar a existência do Grupo de Ajuda Humanitária de Emergência da Plataforma composto pelas seguintes organizações: ADRA Portugal, OIKOS Cooperação e Desenvolvimento, Associação Saúde em Português e Médicos do Mundo – Portugal.

O grupo elegeu como seu principal fundamento a necessidade de articular esforços para evitar o desaproveitamento de recursos (humanos e materiais) ao nível da implementação de projectos na área da ajuda humanitária de emergência, bem como a necessidade de promover a formação e preparação interna e externa.

O objectivo essencial da ajuda humanitária é prestar assistência às populações vítimas de catástrofes naturais (terramotos, inundações, secas, tempestades), de desastres provocados pelo homem (guerras, conflitos, rebeliões) ou de crises estruturais (graves rupturas de natureza política, económica ou social). Procura-se evitar ou aliviar o sofrimento humano. A ajuda destina-se fundamentalmente às pessoas vulneráveis e prioritariamente às populações dos países em desenvolvimento. A sua característica principal é o facto de ser concedida sem discriminação em razão de raça, religião, sexo, idade, nacionalidade ou filiação política. As decisões de ajuda humanitária devem ser tomadas com imparcialidade, exclusivamente em função das necessidades e do interesse das vítimas.

A ajuda humanitária concentra-se, principalmente, no fornecimento de bens e serviços (por exemplo, alimentos, medicamentos, vacinas, abastecimento de água, apoio psicológico, desminagem, vestuário, abrigo, reabilitação) que devem, na medida do possível, ser adquiridos



nos mercados locais de modo a estimular essas economias. A Ajuda Humanitária pode ter igualmente um alcance preventivo (plantação de árvores para prevenir inundações, etc.) e pode prolongar-se muito para além do momento imediato de ocorrência de uma catástrofe, visando a reabilitação de infraestruturas básicas e a promoção de competências das estruturas políticas, económicas e sociais dos países, para que estes possam, a médio prazo, assumir novamente as suas funções essenciais de apoio às populações.

Educação para o Desenvolvimento (ED)

O Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento (GTED) é actualmente composto por dezassete ONGD:

ADRA, AidGlobal, CPR, Engenho & Obra, EPAR, FEC, Fundação Cidade de Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira, G.A.S. Porto, Graal, Helpo, IMVF, ISU, Ligar à Vida, Médicos do Mundo, Par - Respostas Sociais, e Rosto Solidário.

Os representantes destas ONGD reúnem mensalmente para discutir a temática de ED, partilhar experiências e planear actividades a fim de reforçar o papel da Educação para o Desenvolvimento na sociedade.

O grupo desempenhou, em 2009/2010, um papel importante na elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), estratégia essa que veio criar um quadro de referência para a actuação das organizações da sociedade civil e organizações estatais na área da Educação para o Desenvolvimento. O trabalho do Grupo é, actualmente, definido também em função do Plano de Acção anual da ENED.

Como exemplo do tipo de intervenção deste GT, o seu Plano de Acção para 2011 teve os seguintes objectivos principais:

- 1) Acompanhar e influenciar as políticas/grupos nacionais de ED, reforçando a comunicação junto do IPAD;
- 2) Consolidar e alargar conhecimentos em ED, reforçando a pertinência e importância do tema junto de vários segmentos da



sociedade civil.

Em relação ao primeiro objectivo, foram planeadas diversas actividades contextualizadas pela ENED, no que respeita ao Plano de Acção 2011, como é o caso da elaboração de um parecer sobre “Os Dias do Desenvolvimento – ODD”.

No âmbito do segundo objectivo, foram programados diversos momentos de troca e partilha de informações, que decorrerão durante as reuniões mensais do Grupo. Neste contexto, será realizada uma sessão de trabalho dedicada ao tema “Influência Política em Acções de ED”, e que será orientada por um/a especialista nesse domínio.

Pode encontrar informação sobre a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) em: http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=569&Itemid=334

Ética

O Grupo de Trabalho em Ética foi criado em 2011 e conta neste momento com a participação de 10 organizações: Fundação Gonçalo da Silveira, Leigos para o Desenvolvimento, Helpo, Médicos do Mundo, Engenho e Obra, Abraço, CEAUP/ONGD, Fundação Champagnat, Orbis e IED.

O grupo foi criado com o intuito de reflectir sobre as questões éticas relacionadas com a prática das ONGD, particularmente no que diz respeito a acções de comunicação recorrendo à utilização de imagens e mensagens.

Os objectivos deste grupo passam pela dinamização do debate à volta de um conjunto de questões ligadas à Ética e Responsabilidade Social no trabalho das ONGD, tendo por base práticas e documentos já existentes noutros países. Este debate, para além de poder contribuir para o desenho e implementação de estratégias públicas de comunicação que incorporem os valores e boas práticas definidas internacionalmente sobre o tema, poderá conduzir igualmente à criação de um Código de Ética das ONGD. Este documento pretenderá formalizar um conjunto de procedimentos e valores que as ONGD



devem respeitar no seu trabalho e deverá ser construído através de um processo inclusivo e participativo, de modo a que o resultado final seja um documento em que a generalidade das organizações se revejam.

Recursos Humanos para a Cooperação

O Grupo de Trabalho de Recursos Humanos para a Cooperação (GTRHC), criado em Junho de 2005, tem como principal objectivo unir esforços em torno dos Recursos Humanos para a Cooperação, com destaque para o voluntariado na área da Cooperação para o Desenvolvimento, procurando esclarecer todas as pessoas interessadas nesta área e que tenham vontade e disponibilidade de, como voluntários, contribuir para a promoção de um mundo mais justo e equitativo.

Neste sentido, desde a sua criação, o GTRHC tem concretizado várias iniciativas de sensibilização, formação e promoção do voluntariado para a Cooperação. Em 2009 foi lançado o Guia dos Recursos Humanos para a Cooperação que procura sobretudo responder a uma necessidade de organização da informação espalhada sobre as três fases importantes do trabalho do cooperante remunerado ou voluntário: antes, durante e depois.

Desde a sua adesão ao Conselho Nacional de Promoção de Voluntariado (CNPV), a Plataforma das ONGD é representada neste órgão por um dos membros do GT, procurando contribuir para o acompanhamento de temáticas e interesses partilhados entre este Conselho e as ONGD que compõe o GTRHC.

Por outro lado, tem havido igualmente esforços concertados para actuar junto dos decisores políticos no sentido de promover políticas mais favoráveis no que diz respeito ao Voluntariado para a Cooperação e ao estatuto dos cooperantes nacionais.

Este Grupo é constituído por 7 ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD: Associação Saúde em Português, Equipa D'África, Fundação Fé e Cooperação, Instituto de Solidariedade Universitária, Médicos do Mundo, Obra Missionária de Acção Social/ Leigos da Boa Nova e Sol sem Fronteiras.



ONGD Associadas_

Abraço – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA
ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos
ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos
ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola
ADRA – Portugal (Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência)
AidGlobal - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global
AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
AJP – Acção para a Justiça e Paz
AMU – Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido
APCD- Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento
APF - Associação para o Planeamento da família
APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África
Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal (BYP)
Associação Equipa d'África
Associação Helpo
Associação PAR – Respostas Sociais
Associação Tropical Agrária (ATA)
Associação Veterinários Sem Fronteiras – Portugal (VSF – Portugal)
ATLAS - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento
Cáritas Portuguesa
Centro de Estudos Africanos Universidade do Porto (CEAUP/ONGD)
Chapitô – Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina
CIC- Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura

CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Conselho Português para os Refugiados - CPR

EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza

Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação, ONGD

EPAR – Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção Crl

FCL – Fundação Cidade de Lisboa

FEC – Fundação Fé e Cooperação

FOM – Fundação Oliveira Martins

Fundação Bomfim

Fundação Champagnat

Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)

Fundação Teresa Regojo para o Desenvolvimento

G.A.S. Porto – Grupo de Acção Social do Porto

GRAAL – Associação de Carácter Social e Cultural

GTO LX – Grupo de Teatro do Oprimido

IED- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI)

Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF)

INDE – Intercooperação e Desenvolvimento

Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária - ISU


Leigos para o Desenvolvimento

Ligar à Vida - Associação de Gestão Humanitária para o Desenvolvimento

Médicos do Mundo Portugal

Meninos do Mundo - Associação

Monte - Desenvolvimento Alentejo Central - ACE



Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses

Oikos - Cooperação e Desenvolvimento

OMAS /Leigos Boa Nova

ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento

Pro Dignitate - Fundação de Direitos Humanos

Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira

Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano

Saúde em Português - Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde dos Países de Língua Portuguesa

Sol Sem Fronteiras – Associação de Solidariedade Jovem sem Fronteiras

SOPRO - Solidariedade e Promoção

SUL – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento

Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado

TESE - Associação para o Desenvolvimento

UMP – União das Misericórdias Portuguesas

UNICEF - Comité Português para a UNICEF

Urb-África – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano

VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano

VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional

WACT - We are Changing Together



Abraço – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA

A ONGD

A ABRAÇO é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) e ONGD (Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento) sem fins lucrativos de prestação de serviços na área do VIH/SIDA.

Foi constituída por escritura pública em Junho de 1992, dando continuidade ao trabalho de um pequeno número de voluntários que, desde Dezembro de 1991, prestava apoio psicológico, social e material a seropositivos internados na Unidade de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital Egas Moniz e que paralelamente tentava melhorar as condições hospitalares.


A sua acção tem cobertura a nível nacional, dispondo de três centros de trabalho na área da grande Lisboa, dois na área do grande Porto, um aberto em Dezembro de 1994 e o outro em Dezembro de 2009, um no Funchal, aberto em Dezembro de 1995 e um em Setúbal, aberto em Dezembro de 2001.

A Associação está organizada por núcleos e delegações regionais, cada um deles reportando a um dos três membros da Comissão Executiva. Actualmente, a Associação conta com cerca de 460 sócios e diversos voluntários.

Desde Fevereiro de 2011, a Abraço é formalmente reconhecida como Entidade Formadora, pela DGERT (Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho), através da Informação nº 113/DSQA/10/02/2011, daquele organismo.

Missão

A missão da Associação Abraço, na qualidade de Organização sem Fins Lucrativos, consiste em facultar apoio a pessoas infectadas e afectadas pelo VIH/SIDA, ou seja, seropositivos e respectivas famílias e ainda prevenir a infecção pelo VIH/SIDA, através da informação e sensibilização, do auxílio médico, psicológico, sociológico, jurídico, e da promoção de iniciativas de apoio no trabalho ou em situações sociais precárias. Adicionalmente, tem o objectivo de promover a autonomia e a individualidade da pessoa, bem como actuar de



forma integrada sobre os factores de exclusão social, privilegiando o desenvolvimento de respostas ajustadas às necessidades identificadas, de maneira a contribuir para uma sociedade mais justa e solidária.

Tem também por objectivo a formação na área do VIH/SIDA tendo como finalidade o aumento do conhecimento e subsequente diminuição de estigma associado. Colabora e desenvolve internamente e em parceria estudos e investigações científicas nas diversas áreas do VIH/SIDA. Actualmente pretende o reconhecimento da autonomia das Delegações Norte, Sul e Ilhas e trabalhar todo o conceito de internacionalização da ABRAÇO através de projectos a serem elaborados em parceria, direccionados a países de expressão e língua portuguesa e não só.

Metas e Objectivos

- Contribuir para o aumento dos meios de apoio materiais, humanos e financeiros existentes para pessoas infectadas ou afectadas pelo vírus VIH/SIDA, seja através do fornecimento de serviços específicos a este tipo de público-alvo, seja através da formação de técnicos ou outros profissionais que desenvolvem actividade no sector da saúde ou similar;
- Prevenir a infecção, dirigida à população em geral e, especialmente, aos jovens, utilizadores de droga, trabalhadores do sexo, mulheres, gays, transgenders e reclusos;
- Lutar contra a discriminação e o estigma, e defender dos direitos das pessoas infectadas.
- Ser reconhecida como a entidade referência na prestação de apoios e serviços para pessoas infectadas com o vírus VIH/SIDA;
- Pautar a sua actuação com o máximo de respeito pela condição e dignidade da pessoa infectada pelo vírus HIV/SIDA;
- Inovar os serviços que presta aos seus utilizadores de modo a encontrar soluções e apoios cada vez mais eficazes e eficientes para todos os seus utilizadores.



Contactos:

Sede: Largo José Luís Champalimaud, nº 4-A, 1600-110 LISBOA

Telefone: 21 799 75 00 * Fax: 21 799 75 09

E-mail: geral@abraco.pt * Website: www.abraco.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 05/06/1992

Natureza Jurídica: IPSS, reconhecida como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento sem Fins Lucrativos

Diário da República, nº 19, III Série, de 20/08/1992

Responsável máximo: Margarida Cármen Nazaré Martins, Presidente da Comissão Executiva

Países de Actuação

Brasil; Angola; Marrocos e Itália (Projecto “Construir um Desenvolvimento Possível”).

A encetar esforços no sentido de estabelecer parcerias em S. Tomé e Príncipe, Moçambique e Burkina Faso.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Formação, Acção cultural, Acção social, Educação, Saúde e Prevenção e Investigação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Cultura – Brasil, Marrocos

Outros: Cedência de material escolar, livros infantis, roupas, calçado, brinquedos, jogos

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Crianças e Adolescentes. No âmbito do território nacional, os principais grupos-alvo, num contexto de VIH/SIDA, são: Homossexuais, Transsexuais, Utilizadores de drogas intravenosas ou outras, Pessoas sem abrigo, Homens, mulheres e crianças, Imigrantes, Jovens (população escolar), Trabalhadores/as do sexo,

Reclusos e População em geral.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal: Assistentes Sociais, Psicólogos, Nutricionistas, Enfermeiros, Agentes de Apoio Domiciliário, Infeciologista, Professor de Educação Física, Serviços Financeiros, Recepcionista, Administrativos, Serviços de Marketing, Técnicos de Prevenção, Conselheiros de VIH/SIDA, Profissionais de Comunicação, Tradutor/Intérprete.

Estagiários: Assistentes sociais, Psicólogos, Estudantes no Âmbito do Programa Da Vinci (já ocorreram estágios, neste contexto, em dois períodos distintos, no ano de 2009, sob a alçada do Departamento de Cooperação Internacional, em parceria protocolada com a Intergarbe - Centro de Línguas), Médicos e Enfermeiros.

Voluntários – Fotógrafa, Polivalentes, Gráfico, Psicólogos, Matemáticos, Actores, Modelos; etc

Filiação em Organizações e redes

World AIDS Campaign, Action AIDS Europe, AIDS Alliance, Rede Positivo PT

Publicações

- Boletim Informativo sobre VIH/SIDA, trimestral, divulgado no site e na plataforma issuu.com, e também em papel.

- Newsletter sobre VIH/SIDA, mensal, divulgada no site.

- Folheto Informativo sobre VIH/SIDA, em papel e divulgado no site.

- Livro para Crianças “VIH, o Bicho da SIDA”, de Rui Zink, em prol da Casa Ser Criança, lançado a 1.12.2008.

- Viver com a Dose Diária (livro direccionado para toxicodependentes, reclusos ou não), lançado em 2007.

- Escrita de Luz, de Margarida Martins, Livro de Fotos sobre Marrocos em prol das crianças da Casa Ser Criança da Abraço Madeira e da Liga Marroquina para a Infância de Laâyoune e Rabat-Salé, lançado a 1.12.2009.



- Crônicas de um Vírus, parceria da Abraço com a Gilead e a BMS, em prol da Casa Ser Criança, lançado a 1.12.2010.

- Vídeos, postais, cartazes de Campanhas

- DVDs “Histórias de África”, em parceria com a Global Dialogues e a Santa Claus Produções, entre outras entidades, pretendendo também este material ser um alerta e uma tentativa de pôr cobro ao estigma e à discriminação e a motivação para a prevenção e o diagnóstico precoce. Adicionalmente, como os cenários são em África, servem os mesmos, de igual modo, para despertar consciências e gerar alertas para a infecção pelo VIH/SIDA.

ACEP - Associação para a Cooperação entre os Povos

A ONGD

Constituída como Associação sem fins lucrativos, em Setembro de 1990, a ACEP é uma expressão de uma acção de cidadania, tanto nacional como internacionalmente. Deste percurso sinalizamos alguns marcos:

- Participação nos processos de criação e reforço das primeiras organizações de migrantes e no movimento pela legalização dos migrantes;
- Desenvolvimento de parcerias e projectos de educação anti-racista e pluricultural;
- Dinamização do processo “Direito ao Crédito”, gerador da 1ª associação portuguesa de micro-financiamento;
- Promoção de programas de reforço mútuo entre ONG e associações diversas dos países de língua oficial portuguesa, através da pesquisa conjunta, do confronto de experiências e do apoio aos seus projectos;
- Promoção do reconhecimento em Portugal das competências das ONG e outras organizações dos PALOP no domínio da cooperação e do desenvolvimento e criação de oportunidades de contacto directo com a sociedade e as instituições portuguesas;
- Dinamização da Rede de Solidariedade e da Rede de Informação sobre a Guiné-Bissau, durante o conflito de armado de 1998-99;
- Criação de novas abordagens da comunicação com a sociedade portuguesa, em colaboração com jornalistas e artistas plásticos, para combater estereótipos e desocultar pessoas, iniciativas e organizações, que geram mudança e confiança;
- Dinamização de processos de comunicação comunitária e dos primeiros encontros de rádios comunitárias ao nível dos PALOP e dos países da CPLP;
- Criação de espaços de diálogo e de colaboração entre sectores diversos da sociedade portuguesa, tanto nos domínios associativos como das instituições de investigação e de gestão das políticas;

- Sistematização e registo de experiências, resultados de pesquisas e de projectos, editados para divulgação alargada;
- Participação em três mandatos na Direcção da Plataforma Portuguesa de ONGD, e, em particular, nos processos de relacionamento com organizações da sociedade civil africana e de criação de capacidades nacionais de seguimento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento;

Missão

Os desafios da ACEP: manter os princípios, arriscar a inovação, aprendendo com as experiências de outros e com a realidade envolvente, a ACEP tem procurado dar corpo a um projecto coerente, baseado em princípios transversais às políticas, práticas e modelos organizativos. A democracia participativa, a solidariedade entre iguais, a integralidade dos direitos humanos, o respeito pela diferença e a partilha de conhecimento estão na base de projectos e acções, norteados por uma ética de transparência na gestão dos meios, das relações, aliada a uma estética valorizadora do outro nas formas e conteúdos da comunicação. Pela ACEP passa uma procura permanente de novas abordagens e de novas contribuições para a cooperação entre diferentes espaços de cidadania, assente naqueles princípios.

Contactos

Sede: Avenida Santos Dumont, n.º 57, 4.º esq.

Telefone: +351 217 950 175 * Fax: +351 217 950 176

E-mail: info@acep.pt * Website: www.acep.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 11/09/1990

Natureza Jurídica: Estatuto de ONGD e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Diário da República, n.º 249, III Série, de 27/10/1990

Responsável máximo: Fátima Proença, presidente do Conselho Directivo



Países de Actuação

Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Investigação, advocacy e comunicação para o desenvolvimento, Acção cultural, Educação e Edições e produção de audiovisuais.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Cultura – Guiné-Bissau, Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Guiné-Bissau, Cabo Verde

Emprego/Inserção na vida activa – Cabo Verde

Formação profissional – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Angola, Brasil, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Guiné-Bissau

Questões de género – Guiné-Bissau, Cabo Verde

Reabilitação e construção de infra-estruturas – São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau

Segurança alimentar – Cabo Verde, Guiné-Bissau

Xenofobia - Portugal

Media e desenvolvimento - Portugal

Aidwatch – Portugal

Comunicação comunitária - Cabo Verde

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Mulheres, Jovens, Crianças, Profissionais do Terceiro Sector e Jornalistas.



Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal - 4; Estagiários - 2; Voluntários - 12

Filiação em Organizações e redes

Plataforma ONGD, ANIMAR

Publicações

Publicações técnicas, que resultam de estudos e investigação, debates e intercâmbios de experiências entre vários actores da cooperação, do desenvolvimento e da cidadania.

Publicações da colecção “Arquipélago” que têm como função sensibilizar a opinião pública, através da reportagem - escrita, ilustrada, filmada - e da escrita literária.

Publicações de cariz mais informativo, que compilam recursos de informação – temáticos ou geográficos.

Newsletter eletrónica mensal “Cantos do Sul”.

ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos

A ONGD

A ADDHU – Associação de Defesa dos Direitos Humanos - é uma ONGD portuguesa (reconhecida e registada pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros, como ONGD e Instituição de Utilidade Pública, ao abrigo dos artigos 8º e 12º da Lei 66/98 de 14 de Outubro) que trabalha no campo da defesa dos direitos humanos e ajuda humanitária.

A ADDHU nasceu do empenho na luta pela libertação da Birmânia e da Prémio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi. A sua fundadora, Laura Vasconcellos, escritora e professora universitária, após uma viagem a esse país em 1997, regressou com a determinação de responder aos apelos que lhe foram feitos aquando da sua visita: “be our voice outside” (“sê a nossa voz lá fora”).

A ADDHU tem por objecto social a concepção, execução e apoio a programas e projectos de informação, educação e desenvolvimento destinados a promover as liberdades e a protecção dos direitos do cidadão em todos os seus aspectos, no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Missão

Auxiliar todos aqueles que implícita ou explicitamente necessitem de auxílio, de acordo com os meios e recursos disponíveis, quer em território nacional, quer no estrangeiro.

Metas e Objectivos

Concepção, execução e apoio a programas e projectos de informação, educação e desenvolvimento destinados a promover as liberdades e a protecção dos direitos do cidadão em todos os seus aspectos, no respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Continuar a consolidação da ADDHU como ONGD.

Consolidar os actuais projectos e implementar novos projectos.

Continuar a privilegiar o trabalho em parceria.



Contactos:

Sede: Rua D. João V, nº19, 5º esquerdo

1250-089 Lisboa

Telefone: (+351) 213 869 331

E-mail: info@addhu.org * Website: www.addhu.org

Dados Institucionais

Data da criação: 21/08/2006

Natureza Jurídica: ONGD

Diário da República, nº 236, III Série, de 11 de Dezembro de 2006 (II Série)

Responsável máximo: Dr^a. Laura Vasconcellos, Presidente da Direcção

Países de Actuação

Portugal, Quénia, Nepal

Áreas de actuação

Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Acção cultural, Acção social e Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal/Nepal/Quénia

Cultura – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Quénia

Migrações – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal/Quénia/Nepal

Questões de género - Quénia

Refugiados - Quénia

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade Educativa alargada - Portugal



Populações Vulneráveis - Quênia

Comunidade Rural - Nepal

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Estagiários;
Voluntários



ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola

A ONGD

A ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola é uma entidade pública sem fins lucrativos/associação de desenvolvimento Local, fundada em 1980, com o objectivo de contribuir de forma activa para o desenvolvimento harmonioso do concelho de Mértola, sustentado na conservação, dinamização e valorização dos recursos locais, privilegiando o envolvimento da população local no processo de melhoria das condições e da qualidade de vida das comunidades.

Aprofundando o seu papel no desenvolvimento local do concelho de Mértola, a ADPM alargou na última década o âmbito temático e geográfico das suas áreas de intervenção. Os projectos que desenvolve individualmente ou em parceria, em Portugal e noutros países, configuram à ADPM uma dimensão transnacional, facto que mais lhe enriquece a experiência local. Numa lógica de Pensar Global – Agir Local, entendemos a multiculturalidade e a diversidade como bases para o desenvolvimento dos povos.

Instituição de Utilidade Pública e considerada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Português como ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, a ADPM é associada/fundadora de outras associações regionais e nacionais. É igualmente membro fundador da Ideia Alentejo e Confederação das Associações de Defesa do Ambiente. Pertence e colabora com Associações, Redes e Plataformas Internacionais, em particular nas áreas da Cooperação e Educação para o Desenvolvimento, Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Desenvolvimento Sustentável e Apoio a Países Terceiros.

Integrado num trabalho de desenvolvimento em curso desde os anos 70 e numa estratégia mais alargada de intervenção, protagonizada por diversas entidades locais, com vista à reconversão do mundo rural a partir do aproveitamento e rentabilização das potencialidades locais, a ADPM concentrou os seus esforços, nos últimos 26 anos, fundamentalmente na prossecução dos seguintes objectivos:

- Conciliação entre a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconómico, como estratégia para o futuro sustentável das áreas rurais, através da implementação de projectos demonstrativos sobre gestão sustentável dos recursos naturais e a realização de estudos científicos e acções práticas de conservação da natureza, bem como através da promoção de um turismo sustentável;
- Promoção da educação ambiental como um meio privilegiado de educar as populações locais, especialmente os mais jovens, na importância de participar activamente na melhoria das condições ambientais existentes, promovendo uma relação mais equilibrada entre o potencial natural presente e as comunidades locais;
- Implementação de um processo de desenvolvimento integrado que envolva diferentes agentes públicos e privados, individuais e colectivos, numa lógica de intervenção multisectorial que incentive o incremento e fortalecimento de um conjunto diversificado de actividades, respeitando a tradição e cultura secular da região (revitalização e valorização das actividades tradicionais e outras de carácter inovador adaptadas às condições e recursos existentes);
- Valorização dos recursos humanos locais e incentivação da constituição de um tecido económico diversificado e empreendedor através da concretização de gabinetes técnicos de apoio e consultadoria, formação profissional e gestão empresarial;
- Promoção da inclusão social e a colmatação das necessidades sentidas pela população, em particular ao nível de fragilidades sociais: o desemprego, o isolamento sócio demográfico, o insucesso escolar, as dependências, entre outras, fomentando a participação dos indivíduos na resolução dos seus problemas envolvendo-os nos processos de inclusão, e intervenção activa enquanto cidadãos informados, responsáveis e capacidade de decisão;
- Cooperação em países em vias de desenvolvimento, com o objectivo de minimizar algumas dificuldades e colaborar num processo de desenvolvimento que conduza a melhores condições de vida e a um maior bem-estar das populações;
- Promoção do desenvolvimento local, entendido como processo de



melhoria de condições culturais e materiais assim como da qualidade de vida das populações, privilegiando-se um modelo de (des)envolvimento sustentado na conservação, dinamização e valorização dos recursos locais, que promova a participação da população local no processo de melhoria das condições e da qualidade de vida das comunidades;

- Promoção de projectos culturais e lúdicos em territórios de baixa densidade;


De forma a alcançar tais objectivos, as actividades desta Associação assentam nas seguintes áreas – conservação e gestão dos recursos naturais, educação ambiental, ecoturismo, desenvolvimento local e cooperação, formação/inserção profissional e intervenção social – promovendo a participação activa das comunidades locais nas acções desenvolvidas.

A diversificação das áreas de trabalho e a respectiva implementação de estratégias e actividades complementares e continuadas graças à consolidação de um vasto corpo técnico multidisciplinar, gerador das suas próprias condições de trabalho.

A articulação dos interesses e objectivos desta equipa em estreita colaboração com a captação de diferentes sinergias locais e regionais, nacionais e estrangeiras, tanto a nível técnico como financeiro, permitiu a constituição de parcerias activas nos mais diversificados campos, a envolvimento de diferentes agentes socioeconómicos e a responsabilização das comunidades locais no seu próprio processo de desenvolvimento.

Localmente, a colaboração com diferentes entidades como é o caso da Cooperativa Agrícola do Guadiana, o Clube Náutico de Mértola, as Escolas EB 2,3/ES S. Sebastião de Mértola e Bento de Jesus Caraça, as Sociedades Recreativas e as Juntas de Freguesia, tem permitido a multiplicidade de acções que reforçam o Projecto Integrado de Mértola contribuindo simultaneamente para o seu enriquecimento constante.

O Projecto Integrado de Mértola assenta numa lógica de desenvolvimento sustentável, o qual implica uma metodologia



de longo prazo, resistente às compreensivas pressões que o desenvolvimento local sofre de apresentação de resultados imediatos e visíveis. Neste sentido, o desenvolvimento local é um processo lento, contínuo mas duradouro que requer tempo e paciência na obtenção de resultados.


As diferentes componentes e áreas de trabalho da ADPM obedeceram e respeitam sistematicamente uma abordagem de baixo para cima, mobilizadora de todos os agentes activos, no sentido de promover a criação e aproveitamento de sinergias locais, de acordo com as necessidades e especificidades territoriais, permitindo, assim, uma correcta implementação das acções experimentais.

Ao nível local, tem sido fundamental a articulação entre a autarquia, as entidades públicas e privadas e as entidades locais sem fins lucrativos pois permitiu a possibilidade de materializar projectos cujos conteúdos e acções são incomportáveis, pelo facto de se encontrarem aquém das suas atribuições e competências. Desta forma as ADL's poderão assumir um papel fundamental levando a cabo acções de reconhecida importância, numa lógica concertada com os restantes agentes, facilitando a participação da própria comunidade no processo de desenvolvimento local.

O envolvimento e apoio das diferentes entidades regionais/nacionais e internacionais revelou-se igualmente imprescindível para a exequibilidade de grande parte das acções, não só pelo necessário enquadramento estratégico mas igualmente pela necessidade de reflexão, apoio técnico e financeiro.

Pelo seu carácter complementar (especial e/ou sectorial) da maioria das áreas de trabalho, privilegiou-se a articulação entre os diferentes programas e iniciativas com expressão na região.

Numa perspectiva sustentável é fundamental continuar a privilegiar o carácter de diversidade do conjunto das actividades a incrementar, respeitando-se a tradição e cultura multissecular da região entendida como base de identidade e afirmação colectiva local e criando as condições necessárias para o reforço/competitividade e inovação das actividades socioeconómicas das populações.



Podemos salientar neste processo a relevância da actuação das seguintes entidades/instituições, no panorama regional e nacional: Câmara Municipal de Mértola; Campo Arqueológico de Mértola; Centro Experimental do Vale Formoso; Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Alentejo; Instituto de Emprego e Formação Profissional; Centro de Emprego de Beja; Centro Regional de Segurança Social de Beja; Região de Turismo de Évora; Região de Turismo Planície Dourada; Associação de Municípios do Distrito de Beja; Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana; Instituto Nacional do Ambiente; Instituto de Conservação da Natureza; Secretaria de Estado da Cultura; Instituto da Juventude; Fundação Calouste Gulbenkian; Faculdade de Ciências de Lisboa; Universidade Nova de Lisboa; ADL's - nomeadamente IN LOCO, Rota do Guadiana, Esdime, Terras do Baixo Guadiana, Alentejo XXI; IPDT (Instituto Português da Droga e da Toxicodependência; IRS /Instituto de Reinserção Social.

Internacionalmente, é de salientar o apoio e envolvimento do WWF (World Wide Fund of Nature) nas diferentes componentes ligadas à conservação e educação ambiental do projecto integrado de Mértola, para além das diferentes parcerias que estabelece com outras entidades para a concretização de projectos específicos. Sendo que a ADPM tem igualmente vindo a desenvolver projectos de cooperação com o Norte de Marrocos (Chefchaouen) e Moçambique (Nampula).

Ao nível do trabalho em rede, a ADPM faz parte da rede Europeia Carrefour, pertencendo, a nível nacional aos órgãos locais da IDEIA ALENTEJO (Concelho de Administração) e ANIMAR (Assembleia Geral), e fazendo-se representar na Confederação das Associações de Defesa do Ambiente no Conselho Cinegético de Mértola, Conselho Cinegético de Serpa; Conselho da Bacia do Guadiana, Conselho Consultivo do Parque Natural do Guadiana e Plataforma das Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento.

Paralelamente, a ADPM é também membro dos Núcleos Concelhios do Projecto Vida e Rendimento Mínimo Garantido, pertencendo ainda ao Conselho consultivo do Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Beja e Agrupamento Escola 1º Ciclo – Mértola.



Missão

A missão da ADPM prende-se fundamentalmente com o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios onde intervém, partilhando estrategicamente com entidades públicas e privadas, mas igualmente com os cidadãos, a responsabilidade de participação activa nas dinâmicas dos seus próprios processos de desenvolvimento sustentável.

Metas e Objectivos

Em matéria de educação e cooperação para o desenvolvimento e de ajuda humanitária e de emergência, a Associação de Defesa do Património de Mértola tem como objectivos principais:

- Diagnosticar carências locais e regionais, envolver e captar interesses para a definição de programas e projectos capazes de alcançar os fins da sua satisfação;
- Redistribuir recursos, incentivando a criatividade com vista ao desenvolvimento auto- sustentado e duradouro;
- Promover intercâmbios e a cooperação entre grupos, especialmente dos mais desfavorecidos e dos que apresentam carências especiais, com particular atenção para os povos do sul;
- Promover e colaborar na promoção de iniciativas de outras entidades, visando a educação para o desenvolvimento, designadamente ao nível das atitudes dos agentes económicos e políticos mas também das escolas e dos jovens com particular atenção para a igualdade entre homens e mulheres;
- Promover e colaborar em iniciativas e acções que, respeitando a cultura dos povos, contribuam para minorar as carências das vítimas de catástrofes naturais ou humanas.

Contactos

Sede: Largo Vasco da Gama, 7750-328 Mértola

Telefone: 286 610 000 * Fax: 286 610 001

E-mail: direccao@adpm.pt * Website: www.adpm.pt



Dados Institucionais

Data da criação: 16/12/1980

Natureza Jurídica: Entidade Privada sem Fins Lucrativos

Diário da República, nº 42, III Série, de 19-2-1981

Responsável máximo: Jorge José Horta Revez - Presidente da Direcção

Países de Actuação

Portugal, Espanha, Cabo Verde, Moçambique, Marrocos e S. Tomé e Príncipe

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Capacitação e Empowerment, Acção cultural, Acção social, Educação, Saúde, Educação Ambiental e Conservação da Biodiversidade, Educação Formal e Não Formal e Criação de Micro-Empresas.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal, Moçambique, Cabo Verde

Cultura – Portugal, Marrocos

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Portugal, Moçambique

Ecologia/Meio ambiente – Portugal

Economia alternativa/ Microcrédito – S. Tomé e Príncipe

Educação formal – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Portugal, Moçambique, Cabo Verde

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal, Moçambique

Formação profissional – Portugal, Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Portugal, Moçambique, Cabo Verde

Questões de género – Moçambique, Cabo Verde



Reabilitação e construção de infra-estruturas - Moçambique

Saneamento/água - Moçambique

Saúde - Moçambique

Segurança alimentar - Moçambique

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Crianças, Dirigentes Associativos, Comunidade Educativa Alargada, Agentes de Desenvolvimento, Técnicos de Saúde, Público em Geral, Jovens, Mulheres, Deficientes, Desempregados Longa Duração, Professores, Técnicos.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal: 45; Colaboradores no terreno: 10

Filiação em Organizações e redes

ANIMAR, Plataforma das ONGD.

Publicações

Livros: sem regularidade

Revistas: sem regularidade

CD: sem regularidade

DVD: sem regularidade



ADRA – Portugal (Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência)

A ONGD

A ADRA Portugal foi fundada em 2000 e é membro de uma Rede Internacional a ADRA, Adventist Development and Relief Agency, fundada em 1980 pela Igreja Adventista do Sétimo Dia e com sede nos Estados Unidos da América.

A ADRA Portugal recebeu o registo como ONGD, por parte do IPAD, em Junho de 2001 e tornou-se membro da Plataforma Portuguesa das ONGD, em 2003.

Desde a sua génese, a ADRA – Portugal tem apoiado projectos em vários países espalhados pelo mundo, sobretudo nos PALOP.

Como está ligada à Rede ADRA International, presente em 125 países, a ADRA Portugal cria parcerias com os escritórios ADRA nos países onde implementa projectos. Os programas que promove são de Cooperação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária de Emergência e são realizados envolvendo, de forma participativa, as populações mais desfavorecidas ou que são afectadas por catástrofes.


ADRA – Portugal desempenha também o papel importante no apoio social às comunidades mais desfavorecidas de 30 localidades do nosso país. Os voluntários da ADRA – Portugal apoiam centenas de famílias providenciando os meios de que necessitam para escaparem do ciclo da pobreza.

Missão

A ADRA trabalha com pessoas em situação de pobreza, vulnerabilidade e emergência, capacitando-as e envolvendo-as em processos de desenvolvimento, cooperação e acção responsável, a fim de proporcionar mudanças positivas e promover a equidade.

Visão

A ADRA integra uma rede profissional, de conhecimento e eficiência, e é uma organização de referência a nível nacional.



Pela sua acção, a ADRA promove o direito a uma vida digna e facilita oportunidades sociais, morais e intelectuais aos indivíduos com quem interage.

Metas e Objectivos

Metas:

- 1) Responsabilidade Social: A ADRA baseia-se na visão bíblica da Responsabilidade Social e enfatiza o pensamento da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) sobre o compromisso de acção social;
- 2) Estrutura e programas de organização: As actividades da ADRA são apoiadas por uma estrutura organizacional ágil e eficaz;
- 3) Comunicação: A ADRA desenvolve uma cultura de comunicação que facilita o acesso à informação e promove os seus valores e princípios;
- 4) Educação para o desenvolvimento: A ADRA cria uma estrutura de Educação para o Desenvolvimento que promove o conhecimento e a sensibilização para situações sociais menos favoráveis;
- 5) Acção Social: A ADRA mantém uma rede social nacional que responde eficazmente às necessidades das pessoas e comunidades onde está inserida;
- 6) Cooperação: A ADRA Portugal é um actor de apoio a projectos de cooperação para o desenvolvimento e de ajuda de emergência;
- 7) Parcerias: A ADRA mantém uma presença activa junto da sociedade civil na promoção do bem comum.

Contactos

Sede: ADRA Portugal

Rua Ilha Terceira, nº3 – 3º, 1000-171 Lisboa

Telefone: 213 580 535 * Fax: 213 580 536

E-mail: info@adra.org.pt * Website: www.adra.org.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 3 de Março de 2000



Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Diário da República, nº 93, III Série, de 19 de Abril de 2000

Responsável máximo: João Martins, Director Executivo

Países de Actuação

Portugal, São Tomé e Príncipe, Albânia, Haiti, Burkina Faso.

Áreas de actuação

Ajuda de Emergência, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Acção social, Educação, Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal; China, Peru, Bangladesh; São Tomé e Príncipe

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Burkina Faso; São Tomé e Príncipe; Angola

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Angola

Economia alternativa/ Microcrédito – Angola; Indonésia

Educação formal – São Tomé e Príncipe; Burkina Faso; Albânia

Educação não formal/alfabetização – Angola

Emprego/Inserção na vida activa – Angola

Formação profissional – São Tomé e Príncipe, Burkina Faso

Pobreza/Exclusão Social – Portugal; São Tomé e Príncipe, Burkina Faso; Albânia

Questões de género – Angola; São Tomé e Príncipe

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Haiti; Indonésia

Saneamento/água - São Tomé e Príncipe, Haiti, Myanmar

Saúde - São Tomé e Príncipe, Tunísia, Suazilândia, Zimbabué

Segurança alimentar – Angola, São Tomé e Príncipe, Burkina Faso



Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Pessoas de todas as idades, etnias ou raças em situações de pobreza, vulnerabilidade e emergência

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Colaboradores no terreno, Cooperantes, Estagiários e Voluntários

Filiação em Organizações e redes

ADRA - Adventist Development and Relief Agency, Concord, Plataforma Portuguesa das ONGD, Categoria Consultiva 1 da ONU

Publicações

Blogue: <http://www.souresponsavel.blogspot.com/>



AidGlobal - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global

A ONGD

A AIDGLOBAL surge de uma experiência de voluntariado em Moçambique, no Orfanato das Irmãs de Nossa Senhora da Encarnação, em Conhane, no qual foi dinamizada uma ludoteca, em Agosto de 2005. Inspirada por esta experiência, Susana Damasceno, actual Presidente da Direcção, fundou esta jovem Organização com a crença de que este poderá ser o caminho que irá ao encontro do sonho de intervir para que mais crianças possam sorrir.

Missão

Promover diferentes formas de Acção e de Integração nas áreas de Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Migrações, visando o bem-estar das populações e a promoção de uma cidadania global, justa e inclusiva, nomeadamente na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Metas e Objectivos

- 1) Participar na Intercooperação para um Desenvolvimento Inclusivo, Justo e Sustentável;
- 2) Contribuir para o respeito pelos Direitos Humanos, para uma Cultura de Paz e de Não-Violência;
- 3) Promover projectos de Inclusão Social em meios urbanos e rurais;
- 4) Participar em projectos de erradicação da Pobreza e de Desenvolvimento integrado em comunidades locais, nomeadamente nos Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa;
- 5) Promover acções de Desenvolvimento local em Portugal e em outras regiões do mundo;
- 6) Realizar acções de Cooperação, Educação e Formação para o Desenvolvimento;
- 7) Desenvolver acções que promovam a Integração e Participação

plena dos imigrantes e das suas famílias na sociedade portuguesa;

8) Fomentar a cooperação artística e cultural;

9) Incentivar o Voluntariado como prática de uma Cidadania responsável e plena;

10) Desenvolver projectos de participação e reforço do associativismo juvenil;

11) Desenvolver estudos e projectos de investigação no âmbito das suas áreas de acção.

Contactos

Sede: Rua Gago Coutinho, 3 - 2º Esq., Camarate - 2680-523 Loures

Telefone: 212 471 741 * Fax: 21 864 60 28

E-mail: geral@aidglobal.org * Website: www.aidglobal.org

Dados Institucionais

Data da criação: 04/11/2005

Natureza Jurídica: Associação de Direito Privado sem Fins Lucrativos, de Natureza Altruísta

Diário da República, nº 3, III Série, de 4 de Janeiro de 2006

Responsável máximo: Dr.ª Susana Damasceno, Presidente de Direcção

Países de Actuação

Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Voluntariado, Acção cultural, Acção social, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Moçambique

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique



Educação não formal/alfabetização – Portugal, Moçambique, Cabo Verde

Outros: Empresas e Instituições dos Concelhos de Loures e Lisboa

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Agentes Educativos, Crianças dos 4 aos 12 anos, Alunos dos 5º e 6º anos de escolaridade, Comunidade em geral, Empresas e instituições do Concelho de Loures e Lisboa, Voluntários, Utentes do Centro Comunitário do Chimundo em Moçambique, Funcionários e utentes da Biblioteca do Xai-Xai e do Chibuto em Moçambique

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

6 colaboradores em Portugal, 2 colaboradores em Moçambique (estágios inov-mundus), 2 Estagiários Profissionais e 1 Estagiário Curricular, 2 voluntários regulares em Portugal e 1 voluntário em Moçambique

Filiação em Organizações e redes

Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ)

Publicações

Newsletter: mensal, envio electrónico; Boletim: trianual, pelo correio, 500 exemplares; Notícias do Voluntariado, periodicidade não definida, envio electrónico



AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

A ONGD

A AJAP é uma ONGD que desenvolve projectos de Cooperação desde 1984, tendo iniciado o seu trabalho com a criação e acompanhamento de Delegações em todos os PALOP. De forma sintética, os projectos mais relevantes desenvolvidos referem-se à Formação Profissional em Moçambique, Instalação de Jovens Agricultores Portugueses em parceria com Jovens Agricultores Moçambicanos, concepção de Manuais Técnicos, relativos à área agrícola, distribuídos por todos os PALOP, entre outros, de enfatizar os projectos de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

Missão

A Missão da AJAP enquanto ONGD prende-se essencialmente com duas vertentes, por um lado a desenvolvimento de projectos de cariz social, direccionados para a erradicação da pobreza e exclusão social, por outro lado, inclui-se na missão da AJAP o forte contributo para a Internacionalização das Empresas Agrícolas Portuguesas.

Metas e Objectivos

A curto prazo constituem objectivos da AJAP reforçar os laços de cooperação com Angola e Guiné - Bissau, através do desenvolvimento de vários projectos agrícolas. No caso particular de Moçambique o objectivo prende-se com a continuidade do projecto de instalação de Jovens Agricultores em parceria com Jovens agricultores Moçambicanos.

Contactos

Sede: Rua D. Pedro V, nº 108, 2º - 1269-128 Lisboa

Telefone: 213 244 970 * Fax: 213 431 490

E-mail: ajap@ajap.pt * Website: www.ajap.pt

Dados Institucionais

Data da criação: Março de 1983

Natureza Jurídica: Associação Privada sem fins lucrativos

Diário da República, nº 86, III Série, de 14-4-1983

Responsável máximo: José Firmino Brunhoso Cordeiro - Presidente

Países de Actuação

Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Acção social, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Instalação e Acompanhamento de J.A - Moçambique

Formação profissional – Formação na área Agrícola - Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Apoio Pequenos Agricultores - S. Tomé e Príncipe

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Agricultores, Comunidade Educativa Alargada, Estudantes Universitários.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Colaboradores Locais, Estagiários.

Filiação em Organizações e redes:

CEJA, EUROMONTANA

Publicações

Revista - “Jovens Agricultores”, trimestral, distribuída pelos Associados, Principais Feiras Nacionais e dos PALOP.

AJAP OBJECTIVA - Newsletter mensal

Livros Técnicos - Área Agrícola



AJP – Acção para a Justiça e Paz

A ONGD

A Acção para a Justiça e Paz é uma ONGD com origens em 1973, mas formalizada legalmente em 1986. Inicialmente surge associada ao Movimento Internacional de Juventude, Youth Action for Peace. Com o decorrer dos anos, o seu âmbito de trabalho expande-se e multiplica-se passando a ser não só a Juventude, mas também a Educação para o Desenvolvimento, a Solidariedade Internacional, os Direitos Humanos, as Mulheres e Animação sócio-comunitária. Com a inauguração da Sede, em 2000, é inaugurada uma nova fase na AJPaz de articulação da acção em três grandes vertentes: Cooperação para o Desenvolvimento e Direitos Humanos; Juventude e Mobilidade; Desenvolvimento Local. Os seus objectivos, conforme a Constituição Internacional, são: Lutar Contra a Diferentes Formas de Violência, de Exploração, de Injustiça e de Exclusão, lutando pela Solidariedade, a Paz e a Cooperação entre os Povos. Alguns dos valores que desde sempre nortearam a sua acção são: solidariedade, cooperação, trabalho de equipa, compromisso, empenho, iniciativa, crítica, sonho!

Missão

Construir uma Cultura de Paz, baseada no Respeito pelos Direitos de todas as Pessoas, na Democracia Paritária, Inclusiva e Participativa, na Justiça Cognitiva e Social e num Ambiente Saudável capaz de dar e preservar a Vida.

Metas e Objectivos

Criação de uma rede territorial de produção, distribuição e comercialização solidária de produtos e serviços geradora de rendimentos; Promoção do desenvolvimento comunitário sustentado e da gestão participada do território, tendo como condições a capacitação e a participação da população local; Consolidação de uma cultura de intervenção cosmopolita solidária que articula as realidades e as alternativas locais e globais.



Contactos

Rua de S. João, nº 10, 3130-080 Granja do Ulmeiro

Telefone: 239 642 815 * Fax: 239 642 816

E-mail: ajp@ajpaz.org.pt * Website: www.ajpaz.org.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 5 de Junho de 1986

Natureza Jurídica: Associação Sem Fins Lucrativos

Diário da República, nº 36, III Série, de 12-2-1987

Responsável máximo: Teresa Cunha, Presidente da Direcção

Áreas de actuação

Educação para o Desenvolvimento, Formação, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Portugal

Economia alternativa/ Microcrédito – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Formação profissional – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Portugal

Questões de género - Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Mulheres, Agentes de Desenvolvimento, Comunidade Educativa, Comunidade em geral.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal – 7, Estagiários – 2, Voluntários – 50



Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD, Marcha Mundial das Mulheres, ANIMAR,

Publicações

Livro Art⁹ Feminino - Anual; Revista Agitanços - on line; Newsletter - on line



AMU – Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido

A ONGD

A AMU é uma Associação privada, sem fins lucrativos, (constituída em 1994) reconhecida pelo IPAD desde 1996 como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), o que lhe confere o estatuto de utilidade pública.

A AMU começou em 1994 a desenvolver a sua acção nas áreas de Acolhimento e Inserção, sobretudo de imigrantes provenientes dos PALOP, e de Cooperação para o Desenvolvimento, através de acções de ajuda humanitária e da implementação de projectos nesses países.

A ideia nuclear da AMU consistiu, na sua génese, em aproveitar o relacionamento criado na área do acolhimento aos imigrantes, para identificar as ideias mais viáveis de projectos de cooperação, a implementar em prol do desenvolvimento dos seus países e mobilizar as pessoas mais sensíveis à sua concretização, dotando-as dos meios e da preparação necessária para a promoção dos mesmos.

Ao longo dos vários anos de existência, a AMU tem vindo a desenvolver também diversas actividades que se enquadram na área de Educação para o Desenvolvimento, promovendo iniciativas de sensibilização das pessoas em Portugal para toda a problemática dos Países em Desenvolvimento (PED). Nesta área a AMU tem promovido significativos colóquios e conferências, orientados para as questões da economia social, com especial destaque para o projecto “Economia de Comunhão”, e para questões importantes da actualidade, como a globalização, a cooperação internacional e o financiamento do desenvolvimento.

Missão

Favorecer o desenvolvimento de uma humanidade na qual cada povo possa exprimir plenamente a sua singularidade na diversidade dos povos e participar com o seu contributo insubstituível, através do conhecimento e doação recíprocos das suas riquezas espirituais, culturais e materiais.



Metas e Objectivos

Pretende actuar na realidade sócio-política segundo o espírito da unidade, que leva a “amar a pátria alheia como a sua própria pátria” para, deste modo, enfrentar as questões relativas às relações entre povos, etnias ou grupos diversos – como nómadas, imigrantes, refugiados, etc., levando este espírito o mais longe possível, e assim contribuir para a realização de um mundo unido.

Contactos

Sede: Cidadela Arco-Íris, Vale Menriço, Abrigada

Delegação de Lisboa para correspondência: Rua Joaquim Paço d’Arcos, N.º 2F – Atelier 1, 1500-366 Lisboa

Telefone: 211 505 048 * Fax: 211 505 048

E-mail: geral@amu.org.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 11/08/1994

Natureza Jurídica: A Associação de direito privado e sem fins lucrativos

Diário da República, nº 207, III Série, de 7/09/1994

Responsável máximo: Cristina Marques - Presidente

Países de Actuação

Portugal, Angola, S. Tomé, Cabo Verde.

Áreas de actuação

Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Acção social, Educação, Saúde, Projectos da denominada economia social.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Ecologia/Meio ambiente – Angola

Educação não formal/alfabetização – Angola, São Tomé e Cabo Verde



Reabilitação e construção de infra-estruturas - Angola
Saúde - Angola

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Professores, Estudantes do ensino secundário.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Colaboradores no terreno, Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD

APF - Associação para o Planeamento da família

A ONGD

A Associação para o Planeamento da Família é uma IPSS criada em 1967 que foi pioneira do Planeamento Familiar no nosso país.

A APF é o membro português da IPPF – International Planned Parenthood Federation – que é a maior ONG mundial na área da Saúde Sexual e Reprodutiva. Esta filiação internacional tem sido essencial quer no apoio às actividades de terreno, quer na actualização técnica permanente ao nível das diversas temáticas ligadas à Saúde Sexual e Reprodutiva, Direitos Humanos e Desenvolvimento.

A APF é totalmente dirigida por voluntários e está organizada numa Direcção Nacional e em 7 delegações regionais, cada uma delas dirigidas por uma direcção regional. Actualmente, integram a APF mais de 100 voluntários e cerca de 64 profissionais distribuídos pelos vários serviços e projectos em todo o país, para além de inúmeros colaboradores, por exemplo na área específica da formação e outras. A Direcção Nacional e as Direcções Regionais (inteiramente voluntárias) são eleitas pelas pessoas individuais e colectivas sócias da APF de 3 em 3 anos, mediante a apresentação de Lista própria.

A História da APF está intimamente ligada à História dos Direitos e da Saúde Sexual e Reprodutiva no nosso país, quer em termos da legislação e das políticas seguidas, quer em termos da promoção de projectos, actividades e serviços de promoção da saúde e educação sexual e reprodutiva em Portugal e no contexto internacional.

As primeiras consultas/aconselhamentos de Planeamento Familiar do país foram criados pela APF ainda nos anos 60 (nas instalações da até hoje sede nacional na Rua Artilharia Um, 38-2º Dto) e prolongaram-se até à existência das mesmas nos centros de saúde. Os primeiros materiais de informação e formação em matéria de Planeamento Familiar e Educação Sexual foram produzidos pela APF nos anos 70, bem como as primeiras intervenções comunitárias nestas matérias.

A APF iniciou também, no final dos anos 60, os primeiros cursos de



planeamento familiar dirigidos a profissionais de saúde que depois foram continuados pelo Ministério da Saúde, pela então Direcção Geral dos Cuidados de Saúde Primários (DGCSP) com o apoio da UNFPA. Esta actividade de formação continua a ser uma das componentes importantes da acção da APF.


Até 1976, o principal objectivo da APF foi contribuir para que o Planeamento Familiar integrasse os serviços públicos de Saúde, o que aconteceu em Março de 1976 quando o Secretário de Estado da Saúde Dr. Albino Aroso (co-fundador e presidente da APF) fez o primeiro despacho nesta matéria que integrou as consultas de planeamento familiar nos centros de saúde.

Nos anos 80, a APF teve um papel decisivo quer na defesa do direito de acesso dos jovens à contracepção, quer no desenvolvimento de projectos-piloto nas áreas dos serviços de atendimento/ aconselhamento para jovens (face-a-face e telefónicos), na formação de profissionais de saúde e na promoção da educação sexual nas escolas.

Em 1987, o Ministério da Saúde iniciou um apoio financeiro regular às actividades da APF através do IGIF, apoio este que se tem mantido embora com as alterações decorrentes da própria legislação.

Nos anos 90, a APF envolveu-se activamente na prevenção do VIH/Sida e, por outro lado, dinamizou o debate sobre o problema do aborto ilegal e inseguro em Portugal, tendo desenvolvido estudos pioneiros nesta área e apresentado aos governos e grupos parlamentares diversas propostas no sentido da despenalização da IVG (interrupção voluntária da gravidez) a pedido da Mulher.

Também nos anos 90 a APF iniciou o debate em torno das questões associadas à violência e abusos sexuais sobre crianças e adolescentes, sendo da nossa iniciativa e responsabilidade a organização do I Seminário Internacional realizado em Portugal sobre este problema, partindo de um grupo de trabalho inter-sectorial coordenado pela APF; deste trabalho resultaram não apenas novas medidas de formação que abrangem a prevenção, sinalização e actuação na protecção, para profissionais de saúde (incluindo medicina familiar



e médico-legal), educação, justiça, intervenção comunitária e outras, mas *modus operandi* na articulação intersectorial nesta matéria. Parte deste trabalho foi registado em livro publicado pela APF e disponível no Centro de Recursos e Conhecimento da APF.

Consagrando uma colaboração tão antiga quanto intensa, a APF e a Direcção Geral da Saúde (DGS) celebraram em 1997 um protocolo de colaboração nas áreas da Formação de Profissionais, Serviços para Jovens, Documentação e Informação, Produção e Disseminação de Materiais Educativos e Consulta Mútua.

Em 1998 a APF assina com a Secretaria de Estado da Juventude e o IPJ o protocolo para a criação da primeira linha telefónica de ajuda em matéria de Educação e Saúde Sexual e Reprodutiva, Sexualidade em Linha, protocolo que se mantém até hoje.

Foi ainda entre 1995 e 1998 que a APF, em conjunto com a DGS e com o Ministério da Educação, desenvolveu o projecto experimental de Educação Sexual em 5 escolas do Continente, que esteve na base da elaboração das “Linhas Orientadoras para a Educação Sexual em Meio Escolar”, documento publicado em 2000 e subscrito pelos Ministérios da Saúde e da Educação e pela APF. Entre 2000 e 2007 a APF manteve um Protocolo com o Ministério da Educação no âmbito do apoio às actividades de Educação Sexual Escolar.

Em finais dos anos 90, e em consequência de uma reavaliação das necessidades em Saúde Sexual e Reprodutiva, a APF decidiu reforçar a sua acção junto de grupos vulneráveis, nomeadamente mães adolescentes, populações em situação de pobreza ou exclusão social, comunidades migrantes e meio prostitucional. Neste contexto todas as Regiões APF se têm envolvido em novos projectos de intervenção, sempre em parceria com os serviços de saúde. São exemplo disto a Unidade Móvel da APF que opera no Distrito de Faro, em colaboração com a ARS Algarve e o Espaço Pessoa – Centro de Apoio a Prostitutas e Prostitutos na cidade do Porto – até hoje a funcionar em colaboração com a Segurança Social; ainda em colaboração com a Segurança Social, a APF é responsável pelo, até agora único no país, Centro de Acolhimento e Protecção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos (específico para mulheres em todas as situações



de tráfico). Os projectos de intervenção comunitária com jovens, mulheres, comunidades migrantes, comunidade cigana/Roma, e outras abrangidas directamente pelo trabalho de terreno das 7 Delegações Regionais APF (Açores – Alentejo – Algarve – Centro – Lisboa, Tejo e Sado – Madeira – Norte).


Esta área de trabalho que hoje envolve iniciativas de apoio psico-social, inclusão e empoderamento na perspectiva da promoção da saúde e cidadania, envolve por exemplo as intervenções em bairros de realojamento com mães e pais adolescentes, famílias em situação de risco, mulheres vítimas de tráfico, e outras.

Desde 2000 a APF intensificou a produção de estudos sobre temáticas e grupos específicos em matérias de necessidades em Saúde e Educação Sexual e Reprodutivas, na maioria dos casos em colaboração com outras entidades.

Também desde 2000 se intensificaram os projectos de intervenção com populações migrantes, centrados quer na prevenção do VIH/Sida, quer na igualdade de Género e Oportunidades, quer da prevenção das práticas tradicionais nefastas (como casamentos forçados e Mutilação Genital Feminina) quer ainda da promoção do acesso global à saúde, enquanto direito humano básico, incluindo a saúde reprodutiva e materno infantil. Exemplo deste trabalho são os projectos “Passaporte” da APF Lisboa, Tejo e Sado e o projecto “Amar, Amar e a Unidade Móvel de Saúde Sexual e Reprodutiva” da APF Algarve.

Em 2006 e no contexto da preparação do Referendo sobre a IVG a APF produziu o estudo “A situação do Aborto em Portugal: práticas, contexto e problemas” (APF/consulmark), e em simultâneo iniciou a actividade da Linha de Ajuda “Opções” um serviço de informação e aconselhamento na área da Gravidez não Desejada e da IVG.

A primeira parceria internacional e iniciativas da APF no âmbito da advocacy e cooperação para o desenvolvimento associadas quer ao trabalho com Parlamentares quer como agentes de decisão técnica surgem nos anos 90, em resultado da nossa participação em iniciativas da IPPF e EuroNGOs.



A APF organizou em Portugal os 3 eventos nacionais sobre a CIPD: CIPD+5 (1999) e CIPD+10 (2004) em colaboração com o Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento da Assembleia da República, em 2009 em colaboração com o GPPSPD, o UNFPA, o EPF e o Projecto Countdown 2015 Europe realizámos a Conferência CIPD+15: Desenvolvimento, Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos Fundamentais – da mudança do paradigma aos novos desafios da actualidade. Desde 2000 a nossa agenda de trabalho em matéria de advocacy e cooperação internacional tem sido profundamente marcada pelos ODM, cumprimento da APD e coerência entre políticas, medidas e orçamentos, nomeadamente em matérias como Saúde Reprodutiva, População, VIH/Sida, Saúde Materna, Igualdade de género; temos também assumido iniciativas de assessoria técnica para organizações internacionais em matéria de SSR no contexto dos países lusófonos.

A colaboração entre APF e o UNFPA vem de 1977, quando após uma visita ao país para identificação de entidades parceiras e reuniões com a DGCS e Ministério da Saúde, a APF foi a ONG seleccionada para parceria com aquele organismo das Nações Unidas. O apoio do UNFPA à APF foi para projectos de intervenção comunitária que envolviam parcerias com o Estado, na altura a DGCS e a CCF (Comissão da Condição Feminina) – o primeiro projecto foi desenvolvido no Bairro do Charquinho em Lisboa.

Do ponto de vista do Trabalho de Advocacy mantemos desde 1998 até hoje o trabalho com o Fórum Europeu de Parlamentares, responsável por um conjunto de iniciativas com parlamentares que envolve Visitas de Estudo a países em Desenvolvimento Lusófonos (já realizadas a S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau) e a outros países como Mali, Tailândia, Chile, Perú, Filipinas, Brasil, Tanzânia, Índia, Bangladesh, Suriname. Além do apoio a participações específicas em reuniões parlamentares de iniciativas da ONU, do EPF, do PE, entre outras.

Desde 2001, e em colaboração com o UNFPA, a APF tem sido responsável pela Apresentação Pública em Portugal do Relatório sobre o Estado da População Mundial, de responsabilidade daquele



organismo das Nações Unidas, bem como do acompanhamento e assessoria técnica ao trabalho desenvolvido pela Embaixadora de Boa Vontade do UNFPA, Catarina Furtado (desde 2000). É neste contexto que a APF acompanha o projecto “Cuidados Obstétricos de urgência” na Guiné-Bissau, iniciativa conjunta UNFPA, IPAD e RTP.

Em 2005 e decorrente do nosso trabalho sobre MGF, a APF iniciou um Projecto de trabalho com a Euronet-FGM com vista à existência em Portugal de um Programa de Acção para a Eliminação da MGF. O então SE da PCM, Jorge Lação foi mentor de um Grupo de Trabalho Intersectorial que reunia responsáveis de vários sectores governamentais, serviços públicos e organizações não governamentais. Deste trabalho resultou o 1º programa de Acção sobre MGF apresentado publicamente em 2009 e cuja implementação é coordenada pela actual CIG. A APF é actualmente parceira da Campanha Europeia FIM à MGF de iniciativa conjunta da AI-Irlanda e cerca de 12 ONG do espaço europeu.


Enquanto membro da IPPF, Euronet, Eurongos e graças ao trabalho em rede com cerca de 300 organizações a nível internacional a APF tem participação activa em numerosas iniciativas internacionais e nacionais que envolvem workshops, conferências, estudos, projectos, call for action, entre outros.

A APF foi em 1998 condecorada pelo Senhor Presidente da República com a Ordem do Mérito.

Missão

Dar resposta às necessidades não resolvidas em Educação Sexual, Planeamento Familiar e Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva, indo especialmente ao encontro de necessidades de grupos sociais mais marginalizados e desfavorecidos.

Desenvolver uma organização nacional e regional através de um corpo de voluntários e profissionais capazes e empenhados, que seja flexível e auto-sustentada, que assegure uma base diversificada de financiamento, mantenha uma gestão financeira rigorosa, e seja aberta à cooperação com outras organizações que possam dar resposta às necessidades dos seus grupos-alvo.



Contribuir para o avanço do direito humano fundamental das pessoas a fazerem escolhas livres, responsáveis e informadas na sua vida sexual e reprodutiva, e advogar para que esse direito seja exercido. Assegurar que a igualdade de oportunidades e o direito ao planeamento familiar, na saúde sexual e reprodutiva continuem a ser prioridades nas políticas de desenvolvimento nacional e internacional.

Metas e Objectivos

A Associação para o Planeamento da Família prossegue os seguintes objectivos:

- Ajudar as pessoas a fazerem escolhas livres e conscientes no âmbito da vida sexual e reprodutiva;
- Contribuir para a promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres;
- Ajudar a Mulher ao consciente e livre controlo da sua fecundidade e assim contribuir para a sua emancipação;
- Promover a educação e o aconselhamento sobre sexualidade, o acesso à contracepção e a orientação de problemas de infertilidade, sempre na base da aceitação voluntária e escolha informada e sem qualquer coerção;
- Promover a formação e o treino de profissionais de saúde, educação e intervenção comunitária para a abordagem das questões ligadas ao Planeamento Familiar e à Educação Sexual;
- Contribuir para a promoção de legislação e políticas que garantam o exercício dos direitos humanos nos campos da reprodução e sexualidade;
- Cooperar com os organismos oficiais relacionados com os objectivos da Associação para o Planeamento da Família, e com organizações nacionais e internacionais e similares;
- Contribuir para avanço do conhecimento científico nas áreas acima referidas, através da promoção regular de actividades e projectos da investigação científica nomeadamente nos domínios das ciências da

saúde, da reprodução e sociais.

Contactos

Sede: Rua Artilharia Um, 38 – 2º Dto. 1250-040 Lisboa

Telefone: +351 21 385 3993 * Fax: +351 21 388 73 79

E-mail: apfsede@apf.pt * Website: www.apf.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 23 de Julho de 1967

Natureza jurídica: IPSS reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública, com forma de Associação

Diário da República, nº 191, III Série, de 17 de Agosto de 1967 (Diário do Governo)

Responsável máximo: Manuela Sampaio – Presidente

Países de Actuação

Portugal, PALOP's e outros

Áreas de actuação

Cooperação e Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Advocacy, IEC, Aconselhamento, Acção Social, Educação, Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal

Educação formal – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Formação Profissional – Portugal e PALOPs

Migrações – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal, PALOPs e outros

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – PALOPs e outros

Questões de género – Portugal, PALOPs e outros

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Portugal e Guiné-Bissau

Refugiados – Portugal e outros

Saúde – Portugal, PALOPs e outros

Xenofobia – Portugal

Outros: O nosso trabalho em rede internacional e advocacy abrange países específicos com necessidades não resolvidas ao nível da Saúde e Empoderamento (ODM 3,4,5,6) mas sobretudo as responsabilidades e compromissos assumidos ou não pelos Estados no que respeita aos Direitos Humanos, Desenvolvimento, Saúde nos últimos anos com enfoque ao nível da CIPD, PoA de Pequim, ODM, VIH/SIDA, CEDAW, CSW e outros.

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Profissionais de saúde, docentes, profissionais de intervenção comunitária e juvenil, estudantes, investigadores/as, jornalistas, profissionais da comunicação, jovens, mães adolescentes, migrantes, comunidade cigana/Roma, grupos vulneráveis, trabalhadores sexuais, mulheres, agentes de decisão técnica e política (com especial enfoque em parlamentares), jovens decisores, dirigentes, Ensino Superior, ONG dos vários domínios, sociedade civil, população em geral.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Dirigentes (1), Coordenações (11), Técnicos (44), Administrativos/Auxiliares (8), Colaboradores (50), Estágios (8), Voluntários (101).

Filiação em Organizações e redes

Internacionais: IPPF (www.ippf.org), EuroNGOs (www.eurongos.org), EuroNet-FGM (www.euronetfgm.org).

Nacionais: Plataforma Portuguesa das ONGD, CC das Famílias, Fórum Nacional da Sociedade Civil para o VIH/Sida, CC das ONG da CIG, Fórum Não Governamental para a Inclusão Social.



Publicações

Publicações Técnicas: Estudos, Manuais, Guias de Recursos e Orientações Técnicas; Publicações Periódicas: Boletim Médico da IPPF Tradução Portuguesa/Trimestral, Educação Sexual em Rede/Revista semestral, Sexualidade e Planeamento Familiar/Revista semestral, Folha Informativa Em Rede Connosco/ Mensal, News News News /Seleccção de Imprensa Internacional em matéria de DSR semanal, IEC – folhetos de grande divulgação, brochuras, cartazes, postais, autocolantes, materiais pedagógicos, Kits, jogos, Folhas de Dados e edição em Português de documentos internacionais relevantes.



APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África

A ONGD

A APOIAR é uma associação humanitária, sem fins lucrativos, constituída em 1995, cujo principal objectivo é colaborar no desenvolvimento dos países africanos de expressão portuguesa, através da formação. Acreditamos que a educação e o acesso à informação ajudarão a romper com o “ciclo de pobreza”.

Missão

Cooperação Para o Desenvolvimento - Formação

Contactos

Sede: Rua Pêro da Covilhã, 145 - R7c Dto, 2765-183 Alapraia

Telefone: +351 21 4869 881 * Fax: +351 21 4869 882

E-mail: mail@apoiar.org * Website: www.apoiar.org

Dados Institucionais

Data da criação: 27 de Março de 1995

Natureza Jurídica: Associação- Organização não governamental sem fins lucrativos

Diário da República, nº 144 - 24-6-1995, III Série, de 11 995

Responsável máximo: Laura G. Pereira - Presidente da Direcção

Países de Actuação

Angola, Moçambique

Áreas de actuação

Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Formação, Acção social, Educação, Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Moçambique e Angola

Ecologia/Meio ambiente – Angola e Moçambique



Educação formal – Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Moçambique

Emprego/Inserção na vida activa – Angola e Moçambique

Formação profissional – Angola e Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Angola

Saúde – Moçambique e Angola

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Crianças sem acesso ao ensino oficial, Jovens sem formação profissional específica, Doentes HIV.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores no terreno – 1 em Moçambique, 2 em Angola

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD

Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal (BYP)

A ONGD

A Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal (BYP) é uma associação cultural sem fins lucrativos implementada em Portugal, em 1996, pelo bailarino e coreógrafo Angolano Júlio Leitão, seguindo os princípios da educação não formal através das artes.

Desde a sua criação, a essência da Batoto Yetu, que significa “as nossas crianças”, em suaíli, baseia-se nas premissas pedagógicas da educação não formal através das artes, em particular através do envolvimento na dança, música e outras expressões artísticas da cultura africana. Na sequência desse trabalho contínuo de capacitação, passaram pela associação, desde a sua criação, mais de 1000 músicos e bailarinos, envolvendo-os paralelamente em diversas iniciativas de formação pessoal e social (e.g. atribuição de bolsas de estudo para ensino superior; acções de formação para monitores).

Em 2006, a BYP procurou dar um novo passo na sua intervenção, reforçando a sua intervenção a nível local, candidatando-se ao Programa escolhas do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (PAAI). Assim surgiu o projecto Áfri-Cá, desenvolvido nas Freguesias de Caxias e Paço de Arcos, no Concelho de Oeiras, que tem permitido à associação consolidar o trabalho feito junto da comunidade local, com especial destaque para o trabalho desenvolvido junto de crianças e jovens nos domínios da integração social, desenvolvimento comunitário, educação, empregabilidade e empreendedorismo.

A BYP também tem procurado estender os seus princípios de inclusão pelas artes no estrangeiro, através da participação de alguns elementos, a convite do seu fundador, Júlio Leitão, no espectáculo de lançamento da Batoto Yetu Angola, na cidade de Luanda, em 2006, e mais tarde, em 2009, nas cerimónias de abertura e encerramento da Copa Africana das Nações em futebol – CAN.

Em 2008, a BYP realizou um intercâmbio social e cultural com Cabo Verde (São Vicente e Santo Antão), que veio dar força ao projecto



de internacionalização da associação, através da organização de um workshop de formação com crianças do Centro de Emergência do Mindelo e de algumas escolas locais e da participação do grupo nos festejos do kola san jon.


Também em 2008, teve lugar o primeiro Dia Intercultural Batoto Yetu, dinamizado no âmbito das Festas de Oeiras, que se assume como um evento único, com diversas manifestações culturais e artísticas, em que se celebra a interculturalidade e a diversidade artística e cultural. O sucesso deste evento conduziu a que a experiência fosse sempre replicada nos anos seguintes, com diferentes actuações e iniciativas.

Simultaneamente, foi sendo reforçada a estrutura associativa e foram criadas novas sinergias com entidades públicas e privadas, que permitiram expandir o leque de projectos desenvolvidos pela associação.

Desde 2009, na sequência do seu reconhecimento pelo ACIDI como associação de apoio aos imigrantes e seus descendentes, a BYP tem desenvolvido projectos no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (ACIDI), com iniciativas de apoio ao acolhimento e integração da população imigrante e de sensibilização da opinião pública para as questões da diversidade e integração social.

Ainda em 2009, a BYP participou na implementação do projecto de Promoção ao Empreendedorismo Imigrante (PEI) do ACIDI. O projecto PEI que se enquadrava no plano de actividades da associação proporcionou à população que se dirigiu até nós formação específica sobre empreendedorismo e criação de negócios. Dado o sucesso desta experiência piloto, a BYP continuou como promotor local da edição de 2010 desta iniciativa.

Também no campo do empreendedorismo, a BYP tem feito uma aposta recente no projecto Mukishi, de criação de máscaras e artefactos de origem africana, com base em madeira de Pita, um recurso naturalmente disponível e renovável. Este projecto, que contempla actividades de formação técnica, criação artística e venda/sensibilização da opinião pública, é uma actividade inovadora, que



surge na sequência de um esforço crescente de sustentabilidade e auto-financiamento da associação.

Paralelamente a todas estas iniciativas, continuou-se o esforço transversal de capacitação associativa, nomeadamente através do reconhecimento da BYP como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, o que permite à associação tomar conhecimento de outras aprendizagens e apoios até então inacessíveis.

Estas iniciativas têm reforçado e dado ânimo à BYP esperando assim que esta se torne cada vez mais uma referência no campo da educação não formal

Missão


A BYP assume-se como um projecto multicultural de formação e capacitação, baseando-se na premissa de que independentemente das condições económicas e sociais em que viva o indivíduo, o reconhecimento e valorização das suas raízes ancestrais é um factor essencial para a consolidação da sua auto-estima e sentimento de pertença.

Nesse sentido, através do envolvimento na dança, música e outras actividades artísticas e sociais, procuramos que as crianças e jovens da Batoto Yetu (re)descubram e explorem as raízes culturais africanas ou contactem com novas culturas e tradições, promovendo uma maior consciência da sua identidade, sentido de pertença e resiliência. Deste modo, pretendemos capacitar estas crianças e jovens para que ocupem o seu lugar de forma mais plena na sociedade civil e se tornem líderes responsáveis e confiantes no futuro.

Metas e Objectivos

Através dos seus diversos projectos culturais e sociais, a BYP pretende:

- Estimular a plena inclusão social das crianças e jovens que frequentam as suas actividades, através da dinamização de actividades de desenvolvimento pessoal, social, artístico e de incentivo ao sucesso escolar;



- Contribuir para a divulgação da cultura africana em Portugal e fora de fronteiras, junto do público em geral, instituições públicas ou sector privado, através de diversas actividades de educação não formal pelas artes, estimulando valores de tolerância e pluralidade e contribuindo para uma melhor integração dos imigrantes e outras minorias na nossa sociedade.

Contactos

Sede: Avenida João de Freitas Branco, 12 e 12 A, 2760-073 Caxias

Telefone: 214460729

E-mail: batotoyetu@gmail.com * Website: www.batotoyetu.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 4 de Novembro de 1996

Natureza Jurídica: Associação Cultural sem fins lucrativos

Diário da República, nº 641, III Série, de 1996

Responsável máximo: Charles Allen Buchanan - Presidente da Direcção

Países de Actuação

Portugal (sediada em Oeiras, mas com actividades desenvolvidas a nível nacional)

Acções pontuais em Cabo Verde (São Vicente e Santo Antão) e Angola (Luanda).

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Acção cultural, Acção social, Educação, Promoção do Empreendedorismo.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Cultura – Portugal, Cabo Verde, Angola

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal



Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Xenofobia - Portugal

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal – 11, Voluntários – 20.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma das ONGD

Publicações

Blog e Newsletter; distribuição pontual, preferencialmente via internet.



Associação Equipa d'África

A ONGD

A Associação Equipa d'África surge em 1998 a partir de um grupo constituído por 9 jovens com raízes nas equipas de jovens de Nossa Senhora.

Ao longo destes 12 anos de missão, a Equipa d'África esteve presente em diferentes províncias: Maputo, Inhambane, Niassa e Cabo Delgado. Conta já com 57 projectos em 19 locais distintos.

Os voluntários que integram as missões em Moçambique trabalham em cooperação com as equipas missionárias do terreno, dando particular destaque a áreas como: a educação, a saúde e a formação.

Para além dos projectos em Moçambique, os voluntários realizam também projectos em Portugal.

Metas e Objectivos

Formar os voluntários de competências adequadas em contexto de missão.

Sensibilizar a população local para a temática da responsabilidade social.

Fomentar a entreaajuda dos voluntários e da população.

Contribuir para o desenvolvimento da população portuguesa e moçambicana.

Contactos

Sede: Praça da Estrela nº 12 1200-667 Lisboa

Telefone: 213972532 / 962286692


E-mail: equipadafrica@yahoo.com

Website: www.equipadeafrica.com

Dados Institucionais

Data da criação: 22 de Fevereiro de 2007

Natureza Jurídica: Associação Juvenil para o Desenvolvimento



Diário da República, nº 38, III Série, de 2007

Responsável máximo: Miguel Jarimba - Presidente da Associação

Países de Actuação

Portugal, Moçambique.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Formação, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Ecologia/Meio ambiente – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Portugal e Moçambique

Formação profissional – Portugal e Moçambique

Saúde - Moçambique

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade educativa alargada - Portugal e Moçambique - crianças e jovens com idades compreendidas entre os 5 e os 20 anos de idade; professores; Adultos - Portugal e Moçambique; Jovens voluntários com idades entre os 18 e os 30 anos de idade.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal – 5, Voluntários – 50, Cooperantes em Moçambique – 2.

Publicações

Newsletter – mensal, Revista de projectos – anual.



Associação Helpo

A ONGD

A Helpo nasce em 2004 com o objectivo de apoiar as crianças das aldeias rurais e contextos isolados em Moçambique, Nepal e Angola, através de parcerias com Organizações radicadas no terreno. A partir de 2007 a Helpo transforma a sua modalidade de intervenção e passa a operar, em 2008, directamente no terreno com equipas radicadas de forma permanente em Moçambique onde concentra a sua acção, na zona Norte. Hoje em dia a Associação Helpo desenvolve acções de assistência (alimentar, sanitária, humanitária) e projectos para o Desenvolvimento das comunidades onde trabalha (melhoria e construção de estruturas escolares, acesso à água, bibliotecas, hortas escolares, educação para a saúde, escola profissional, etc.) nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, em Moçambique e na Ilha de São Tomé em São Tomé e Príncipe. Hoje, a Associação Helpo trabalha em Portugal, na área da Educação para o Desenvolvimento e Desenvolvimento Humano com crianças e Jovens do Concelho de Cascais, onde se encontra a sua sede e no terreno, em mais de 30 escolas, escolinhas, centros de assistência e orfanatos e reconhece nos mesmos os seus parceiros para apoiar mais de 6,000 crianças anualmente, através do apoio de empresas e particulares que participam no nosso Programa de Apadrinhamento de Crianças à Distância, permitindo-nos recolher os fundos necessários ao desenvolvimento da nossa actividade.

Missão

A Missão que pretende tornar tangível a nossa Visão é a realização de projectos educativos, formativos e de geração de rendimento que permitam a capacitação dos indivíduos e grupos das populações locais partindo da convicção de que o conhecimento e a utilização de ferramentas adequadas possibilitam o desfrutar de uma condição mais elevada e de uma vida mais digna. Acreditamos e agimos para a implementação da educação para o desenvolvimento e amadurecimento do desenvolvimento humano da população, como base para a aceitação da diferença, consciencialização e mobilização da sociedade civil no sentido de participar na resolução dos

problemas sociais globais.

Metas e Objectivos

1. Sensibilizar a população dos países desenvolvidos para os problemas graves que afectam a população dos países em vias de desenvolvimento e actuar através da recolha e aplicação de fundos em programas e projectos desenvolvidos em contextos rurais e isolados, tendo como prioridade o apoio às áreas afectas à infância.

2. Nos países em vias de desenvolvimento a Associação executa e dá apoio a projectos de cariz social, cívico, ambiental e educacional, actuando nos sectores da educação, formação, assistência social e sanitária, ajuda humanitária, direccionados a grupos carenciados, privilegiando-se, como áreas de intervenção, a tutela e acompanhamento da infância e da condição dos jovens, da mulher e da população em geral através da formação alfabetização e educação em colaboração com instituições, comunidades e outras entidades locais;


3. Nos países ditos desenvolvidos, elaborar e executar programas de educação para o desenvolvimento visando informar, esclarecer e sensibilizar a população no sentido de a consciencializar para os problemas relativos à realidade dos países em vias de desenvolvimento, favorecendo iniciativas capazes de promover uma cultura de paz e solidariedade;

4. Contribuir para o aumento da escolarização, da frequência escolar e da importância conferida à educação formal nas aldeias rurais onde trabalhamos;

5. Contribuir para a prevenção de doenças através da assistência alimentar, acesso à água, e educação para a saúde, entre a população infantil das aldeias rurais onde trabalhamos;

6. Contribuir para o acesso à informação, através do proporcionar de condições mais dignas ao nível escolar, quer estrutural quer a nível de material, e da construção e equipamento de bibliotecas abertas aos alunos e comunidades em geral;

7. Contribuir para a capacitação das populações rurais através do



trabalho conjunto na identificação de problemas, de soluções para esses problemas e da tentativa da concretização conjunta dessas mesmas soluções.

Contactos

Sede: Rua Catarina Eufémia, Fontaínhas, 2750-318 Cascais

Telefone: 211537687

E-mail: info@helpo.pt * Website: www.helpo.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 26-11-2004

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

Diário da República, nº 17, III Série, de 25 de Janeiro de 2005

Responsável máximo: Presidente - Maria Ribeiro da Fonseca

Países de Actuação

Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe.

Áreas de actuação

Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Acção social, Educação, Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Moçambique; São Tomé e Príncipe

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Moçambique; São Tomé e Príncipe

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Formação profissional – Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique; São Tomé e Príncipe

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Moçambique; São



Tomé e Príncipe

Saneamento/água - Moçambique

Saúde – Moçambique; São Tomé e Príncipe

Segurança alimentar - Moçambique

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade educativa alargada, Infância em risco.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal – 5, Colaboradores no terreno – 33,
Cooperantes – 4, Voluntários – 2.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma das ONGD; NUCODEC (CABO DELGADO)

Publicações

Revista trimestral mundo h, de distribuição gratuita com 4500
exemplares de tiragem; newsletter digital



Associação PAR – Respostas Sociais

A ONGD

A Associação PAR – Respostas Sociais é uma associação sem fins lucrativos, com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social e Organização Não Governamental para o Desenvolvimento. A sua criação surge na sequência de um processo de crescimento da Associação Juvenil Jovem a Jovem (AJJJ), criada em 1994.

A Associação PAR viria a nascer em 2006, enquanto expressão do desejo de alargar a acção desenvolvida pela Associação Jovem a Jovem a novas áreas, de forma a promover, de forma sustentável, o desenvolvimento de mais pessoas, grupos e comunidades.

A Associação PAR pretende oferecer a pessoas, grupos e/ou comunidades, um conjunto de respostas integradas e individualizadas, tendo em vista a promoção do seu desenvolvimento e bem-estar, mediante um processo de descoberta e de valorização das suas capacidades e possibilidades.

Neste sentido, apostando em rigorosos princípios éticos, científicos e pessoais e dispondo de uma equipa interdisciplinar de profissionais, propõe-se com o apoio dos seus sócios/as e entidades parceiras a desenvolver e disponibilizar respostas sociais de excelência nas áreas da Educação e Formação, Intervenção Social, Comunitária e Saúde.

Missão

A missão da Associação PAR consiste em facilitar o desenvolvimento das potencialidades da pessoa e em promover a sua autonomia e individualidade, bem como, actuar de forma integrada sobre os factores de exclusão social, privilegiando o desenvolvimento de respostas ajustadas às necessidades identificadas de forma a contribuir para uma sociedade mais justa e solidária. A PAR pretende, assim, promover o desenvolvimento da pessoa numa perspectiva sistémica e ecológica, encorajando ao exercício de uma cidadania activa e global.



Metas e Objectivos

A Associação PAR pretende afirmar-se como uma organização de referência da sociedade civil, especializada em criar, implementar e inspirar respostas e políticas sociais de excelência, promotoras de desenvolvimento e realização dos indivíduos e das sociedades.

Contactos

Sede: Rua da Estrela Nº21, 3º andar, 1200-668 Lisboa

Telefone: 210935349 / 913857468 * Fax: 210935349

E-mail: info@par.org.pt * Website: www.par.org.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 27-12-1994

Natureza Jurídica: IPSS/ONGD

Diário da República, nº 57, III Série, de 08-03-1995

Responsável máximo: Amândio Paulo Gomes Rodrigues - Presidente da Direcção

Países de Actuação

Portugal Continental, Açores.

Áreas de actuação

Educação para o Desenvolvimento, Formação, Intervenção e Desenvolvimento Comunitário, Promoção da Saúde, Acção cultural, Acção social, Educação e Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Cultura – Portugal

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Portugal

Ecologia/Meio ambiente – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Educação não formal - Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal



Questões de género - Portugal

Saneamento/água - Portugal

Saúde - Portugal

Xenofobia - Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Crianças e jovens adultos entre os 5 e os 35 anos, Comunidade Educativa alargada, Crianças e jovens acolhidos em instituições, Dirigentes Associativos Inscritos na RNAJ.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Colaboradores no terreno, Estagiários, Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

CNJ, IPJ, RNAJ, Plataforma Portuguesa das ONGD

Publicações

Livros, CD - Música, Manuais, Guias, Brochuras, Multimédia.



Associação Tropical Agrária (ATA)

A ONGD

A ATA - Associação Tropical Agrária é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que se define como organização não governamental de cooperação para o desenvolvimento, nos termos da Lei n.º 66/98 de 14 de Outubro, cuja escritura de constituição foi celebrada no dia 25 de Novembro de 2003.

Acções a desenvolver:

No seu âmbito de actuação e tendo em vista a concretização dos seus objectivos a ATA propõe-se a desenvolver as seguintes acções:

- Realização de estudos descritivos e prospectivos sobre o meio rural dos países em vias de desenvolvimento;
- Acções de divulgação, informação, ensino, formação profissional e experimentação de técnicas no âmbito da produção agrária, saúde e da formação pedagógica;
- Promoção e organização de programas de instalação de recursos humanos e tecnológicos para o apoio ao desenvolvimento do meio rural dos países em vias de desenvolvimento;
- Promoção e organização de programas de desenvolvimento rural;
- Promoção e organização de programas de apoio à segurança alimentar;
- Promoção e organização de acções de divulgação das realidades actuais do meio rural dos países em vias de desenvolvimento e de sensibilização para as necessidades de cooperação para o seu desenvolvimento;
- Apoio logístico local ao envio de produtos e equipamentos destinados ao desenvolvimento do meio rural nos países em vias de desenvolvimento;.

A Associação Tropical Agrária encontra-se vocacionada para as seguintes áreas de intervenção:

- Estudos e planos de desenvolvimento regional e rural;

- Realização de estudos descritivos e prospectivos sobre o meio rural dos países em vias de desenvolvimento;
- Promoção e organização de programas de apoio à segurança alimentar;
- Promoção e organização de programas de desenvolvimento rural;
- Monetização e dinamização do espaço rurais;
- Concepção e dimensionamento de fileiras de valorização dos produtos agro-rurais;
- Criação e apropriação de valor pelas populações das zonas rurais;
- Acções de divulgação, informação, ensino, formação profissional e experimentação de técnicas no âmbito da produção agrária, saúde e da formação pedagógica;
- Promoção e organização de programas de instalação de recursos humanos e tecnológicos para o apoio ao desenvolvimento do meio rural dos países em vias de desenvolvimento;
- Promoção e organização de acções de divulgação das realidades actuais do meio rural dos países em vias de desenvolvimento e de sensibilização para as necessidades de cooperação para o seu desenvolvimento;
- Apoio logístico local ao envio de produtos e equipamentos destinados ao desenvolvimento do meio rural nos países em vias de desenvolvimento;
- Apoio na análise da viabilidade técnica e financeira dos investimentos de apoio ao desenvolvimento;
- Criação e implementação de sistemas de monitorização e avaliação do impacto de acções e projectos de apoio ao desenvolvimento.

Associados:

A ATA possui actualmente cerca de 40 associados, cuja formação académica e experiência profissional são o principal suporte da qualidade, consistência, eficácia e adequabilidade das acções e projectos promovidos pela Associação ou em que esta seja convidada



a participar.

A constituição da ATA teve, desde o início, o objectivo de congregar profissionais provenientes de diversas áreas do conhecimento de forma a garantir uma metodologia de abordagem abrangente suportada por equipas de trabalho multidisciplinares.

Experiência:

Concepção e coordenação de projectos de desenvolvimento agrário e de formação profissional agrária em Moçambique. Colaboração na concepção e na coordenação de projectos de desenvolvimento pecuário em Angola e na Guiné-Bissau.

Missão

Contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado dos países em vias de desenvolvimento através de programas e projectos que promovam o aumento da qualidade de vida das suas zonas rurais.

Metas e Objectivos

- Conceber, executar e apoiar programas e projectos de cooperação para o desenvolvimento, nas áreas da educação, assistência científica e técnica, saúde, formação profissional, desenvolvimento rural e segurança alimentar;
- Sensibilizar a opinião pública para a necessidade de um relacionamento mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, divulgando as suas realidades e promovendo a cooperação para o seu desenvolvimento;
- Promover a educação e a sua componente de formação profissional como instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento do meio rural nos países que constituem o seu âmbito de acção;
- Apoiar a valorização de grupos sociais sensíveis, como as crianças de rua, idosos e desocupados e, em especial, à valorização do papel da mulher no meio rural.

Contactos

Sede: Rua Gregório Lopes lote 1515, 6dtº, 1400-/195 Lisboa

Telefone: 91 8295645

E-mail: alfarocardoso@fmv.utl.pt; geral@ata-ong.com

Website: <http://ata-ong.com>

Dados Institucionais

Data da criação: 25 de Novembro de 2003.

Natureza Jurídica: organização não governamental de cooperação para o desenvolvimento, nos termos da Lei n.º 66/98 de 14 de Outubro

Diário da República, n.º 59, III Série, de 10 Março 2004

Responsável máximo: Luís Alfaro Cardoso, Presidente da Direcção.

Países de Actuação

Moçambique, Angola, Guiné-Bissau.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Formação, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique; Angola; Guiné-Bissau

Formação profissional – Moçambique

Segurança alimentar - Moçambique

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Agricultores, Estudantes do ensino profissional.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal – 10, Colaboradores no terreno – 3, Cooperantes – 2.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD.



Associação Veterinários Sem Fronteiras – Portugal (VSF – Portugal)

A ONGD

A Associação Veterinários Sem Fronteiras Portugal, VSF Portugal, foi fundada em 2006, partindo da iniciativa de um pequeno grupo de médicos veterinários, alguns já com experiência de cooperação em países em desenvolvimento. Rapidamente foi possível alargar o grupo inicial a 70 membros fundadores, com os objectivos de actuação definidos nos estatutos entre os quais se destaca providenciar apoio veterinário às populações mais necessitadas dos países em vias de desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da saúde animal e da saúde humana através da prevenção das zoonoses e da valorização qualitativa e quantitativa dos produtos de origem animal. O registo como ONG foi obtido em 2007, bem como a adesão aos VSF Europa, também obtida nesse ano. Os primeiros anos foram aplicados em diversas iniciativas de que se destaca a realização do seminário internacional “EU-AFRICA Challenges for Rural Development and Animal Health Control”, realizado em Junho de 2008, para o qual contribuíram diversos membros dos VSF Europa para além de convidados portugueses e estrangeiros. O número de associados foi crescendo, sendo presentemente mais do dobro dos sócios fundadores. A colaboração a nível internacional tem sido mais marcante com Cabo Verde, contando nesse País com a colaboração intensiva de uma ONG local, a Associação Bons Amigos de Cabo Verde. Essa ligação foi reforçada em 2009 com a publicação de uma brochura internacional com exemplos da actividade realizada pelas diversas associações, na qual a Bons Amigos vem referida, e, em 2010, com a realização de uma missão intensiva de duas semanas destinada à castração e controle sanitário de animais domésticos e errantes na ilha do Maio, em colaboração com a Câmara Municipal da mesma ilha.

Em finais de 2010 a VSF Portugal candidatou-se à Plataforma Portuguesa das ONGD, a qual foi aceite.

A Associação tem estado presente nas duas iniciativas do Instituto



Português de Apoio ao Desenvolvimento intituladas “Dias do Desenvolvimento”, pretendendo nestas e noutras nas quais tem participado, alargar a possibilidade de parcerias para projectos conjuntos, tendo sempre em vista os objectivos de desenvolvimento para os países onde a sua colaboração seja entendida como útil.

Missão

Providenciar apoio veterinário às populações mais necessitadas dos países em vias de desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da saúde animal e da saúde humana através da prevenção das zoonoses e da valorização qualitativa e quantitativa dos produtos de origem animal.

Metas e Objectivos

Os VSF - Portugal têm como objectivos participar em projectos de formação e investigação e na transmissão de conhecimentos técnicos nas áreas da produção, saúde e bem-estar animal, medicina preventiva e saúde pública veterinária.

Pretendem contribuir para a promoção da consciência solidária entre países industrializados e países em vias de desenvolvimento, tendente à construção de uma ordem económica e social mais justa, sem perder e vista o respeito pela cultura e leis locais.

É também um dos seus objectivos manter relações de parceria e colaboração com as associações públicas ou privadas que persigam os mesmos objectivos que a VSF-Portugal, nomeadamente as de outros países que integram o projecto conhecido internacionalmente como Veterinários Sem Fronteiras.

Os VSF - Portugal pretendem ainda assegurar que nas suas actividades a população local, seja estimulada a participar na concepção e na realização de projectos, bem como na tomada de decisões, numa perspectiva de respeito pela cultura e leis locais.

Contactos

Sede: VSF-Portugal, Faculdade de Medicina Veterinária - UTL, Av. da Universidade Técnica, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1300-477 Lisboa



Telefone: +351 21 365 2875 * Fax: +351 21 365 2889

E-mail: vsfportugal@gmail.com * Website: www.vsfportugal.org

Dados Institucionais

Data da criação: 29 de Maio de 2006

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Diário da República, nº 125, III Série, de 30 de junho de 2006

Países de Actuação

Portugal, Cabo Verde.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Formação, Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Cabo Verde

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Cabo Verde - População urbana carenciada, detentora de animais de companhia

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Cabo Verde - Voluntários e Colaboradores no terreno

Filiação em Organizações e redes

Veterinários Sem Fronteira - Europa (membro)

ATLAS - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento

A ONGD

O Atlas foi constituído em Março de 2008 e, em Março de 2009, foi reconhecido pelo IPAD – Instituto português de Apoio ao Desenvolvimento/Ministério dos Negócios estrangeiros como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). Nestes 3 anos de actividade, tem desenvolvido 3 áreas de actuação: Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Desenvolvimento Local. Na COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO tem desenvolvido 4 projectos

1-Projecto Crianças de Angola: teve início em Maio de 2009, com o apoio ao Lar Orfanato Consoladora dos Aflitos, em Luanda, onde residem crianças em condições muito precárias. Instituiu-se um sistema de apadrinhamento de crianças à distância, de modo a melhorar a alimentação, cuidados médicos e acesso à escola. Numa 2ª fase, prevê-se também a melhorias das infra-estruturas e a formação profissional dos jovens. Um agrupamento de escolas da Marinha Grande também apadrinhou o Projecto e apoia o orfanato com a recolha de material para as crianças e recolha de fundos. Actualmente, todas as crianças frequentam a escola.

2-Projecto Doher/ Chade: prevê cursos de alfabetização e formação profissional em costura para mulheres, com o intuito de promover a capacitação das mulheres numa região onde 85% das mulheres são analfabetas. O projecto inclui ainda a construção de um centro comunitário com uma creche. Prevê-se que, nos dois primeiros anos, sejam beneficiadas 100 mulheres, das quais 15 habilitadas a serem também formadoras. Este projecto é no Sul do Chade, na Vila de Doher, onde se vive numa situação de pobreza extrema. Há apenas agricultura de subsistência, se qualquer outra actividade económica significativa. O local mais próximo com electricidade situa-se a 200 km.

3-Projecto Mukole – SOS Crianças em Risco: pretende-se combater a desnutrição grave e a propagação de HIV/SIDA entre crianças recém

nascidas desfavorecidas, através de consultas de nutrição e formação em Nutrição para as mães. Foi criada a consulta de nutrição, da qual beneficiam actualmente 260 crianças e 179 mães, no hospital do Marrère no Norte de Moçambique, província de Nampula, a 12 km de Nampula. O parceiro local do projecto é a ASA – Associação Social Arquidiocesana de Nampula.

4-Projecto Mototeca: envio de livros escolares, dicionários e gramáticas através de expedições de moto (MotoXplorers), com angariação de livros junto de editoras e de particulares para bibliotecas de escolas e instituições na Guiné. Até Outubro de 2011 foram beneficiadas 3 escolas em Bissau e uma em Buba.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

1-Projecto ODM nas Escolas - 1º e 2º edição: tem como principal objectivo a divulgação e sensibilização sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), junto dos alunos do ensino secundário, com a intervenção directa de alunos universitários. Na 1º edição foram abrangidas 6 escolas secundárias da cidade de Coimbra, no total de mais de 3000 alunos. Na 2ª edição, o projecto foi implementado em 5 escolas secundárias de Cantanhede, Anadia, Mealhada e Condeixa e Lousã, com mais de 1660 alunos abrangidos. Para além destas escolas, foram também solicitadas intervenções do projecto noutras escolas.

2-Projecto ODM na Cidade: O ATLAS foi membro fundador e com mais 2 instituições secretariou uma rede de parceiros da sociedade civil para promover a sensibilização em torno dos ODM e das questões do Desenvolvimento Humano. O projecto manifesta maior enfoque sobre o Objectivo nº 1 – Redução da Pobreza e da Fome, em 50%, até 2015. Na 2ª edição (Outubro de 2011), foram realizadas as seguintes actividades: acção de Sensibilização sobre os ODM no Jogo de Futebol ACADÉMICA x PORTO, flash mob em 2 Centros Comerciais, Feira Solidária e Colóquio-Tertúlia “A Caminho de 2015 – O ponto de situação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”.

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Projecto Alta de Coimbra: projecto de voluntariado de apoio



domiciliário a pessoas idosas, aos fins-de-semana. O projecto inclui também a preocupação de mitigar os problemas da solidão, isolamento social e melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas.

Missão

O ATLAS tem uma VISÃO integrada do Desenvolvimento em que a Pessoa é o centro das políticas, das acções e das motivações. O verdadeiro desenvolvimento ultrapassa substancialmente a melhoria de indicadores e de estatísticas.

O ATLAS tem como MISSÃO intervir em sectores chave da sociedade, de modo a criar, junto das comunidades locais, alavancas de Desenvolvimento Humano Sustentável, com efeito multiplicador continuado, em que as populações autóctones sejam as verdadeiras protagonistas da mudança. O ATLAS abraça como seus os 8 objectivos de Desenvolvimento do Milénio definidos pelas Nações Unidas em 2000. Está comprometido com o desafio da erradicação da pobreza.

O ATLAS tem três grandes linhas de actuação: a Educação para o Desenvolvimento, a Cooperação para o Desenvolvimento e o Desenvolvimento Local.

Metas e Objectivos

Nos próximos dois anos o ATLAS pretende consolidar e melhorar o que está a fazer, nas suas três áreas de intervenção. Pretende ainda abrir delegações em Leiria, Porto, Aveiro e Lisboa.

Contactos

Sede: Rua General Humberto Delgado, nº 139 - A 3030-327 Coimbra

Telefone: 239781332

E-mail: secretariado@atlaspeople.net / info@atlaspeople.net

Website: www.atlaspeople.net

Dados Institucionais

Data da criação: 28 de Março 2008

Natureza Jurídica: Associação

Diário da República, III Série, de 1 de Abril 2008

Responsável máximo: Rosário de Almeida e Sousa - Presidente da Direcção e Maria Raquel Freire - Presidente do Conselho Geral

Países de Actuação

Portugal, Angola, Moçambique, Guiné e Chade.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Desenvolvimento Local/ Voluntariado, Acção cultural, Acção social, Educação, Saúde, Igualdade de Género, Objectivos Desenvolvimento do Milénio.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal

Cultura – Guiné

Educação formal – Angola

Educação não formal/alfabetização – Portuga, Angola

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Saúde – Moçambique

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Portugal - Desenvolvimento Local - Idosos

Portugal - Educação para o Desenvolvimento - Estudantes universitários e do ensino secundário

Angola - Cooperação para o Desenvolvimento - Crianças

Moçambique - Cooperação para o Desenvolvimento - Crianças e Mulheres

Guiné - Cooperação para o Desenvolvimento - Crianças e Jovens

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal – 3, Colaboradores locais – 3, Estagiários -2, Voluntários – 90.



Filiação em Organizações e redes

Global Compact, Campanha Global pela Educação, Plataforma ODM NA CIDADE.



Cáritas Portuguesa

A ONGD

A Cáritas Portuguesa foi criada logo após a II Guerra Mundial, sendo então designada por União de Caridade Portuguesa, obtendo aprovação canónica em 1956. Teve como primeira actividade o acolhimento de crianças refugiadas. Logo de início, ficou definida umas das suas orientações: a actuação nos problemas sociais de maior gravidade.

As actividades da Cáritas iniciaram-se em Lisboa e foram-se estendendo, através de delegações, a todo o território português, incluindo o Ultramar. Em meados dos anos 70 inicia-se o processo de autonomia jurídica civil e canónica das Cáritas diocesanas e a criação do serviço nacional – Cáritas Portuguesa (Estatutos de 1976).


Hoje em dia, a Cáritas Portuguesa é um serviço nacional que articula a sua acção com a rede de 20 Cáritas Diocesanas, espalhada pelo país. As Cáritas Diocesanas gozam de autonomia jurídica e canónica e a sua área geográfica corresponde, sensivelmente, à divisão administrativa distrital.

A Cáritas Portuguesa é membro da Cáritas Internationalis, Confederação das 162 organizações católicas de ajuda ao desenvolvimento e de serviço social a operarem em 201 países de todo o mundo. É também membro da Cáritas Europa, onde estão congregadas as Cáritas Nacionais dos Países Europeus. Esteve na origem da criação do Fórum das Cáritas Lusófonas, no ano de 2000, que é constituído por todas as Cáritas dos países de expressão portuguesa.

Missão

A Cáritas Portuguesa é uma instituição oficial da Conferência Episcopal, para a promoção e dinamização da acção social da Igreja.

Tem como orientações fundamentais a Doutrina Social da Igreja, os imperativos da solidariedade e a legislação civil e canónica aplicável, atribuindo prioridade às situações mais graves de pobreza ou exclusão social.



Luta por uma sociedade mais justa, sem olhar a crenças, culturas, etnias ou origem. Como tal, vincula-se aos princípios da universalidade e da radicalidade em favor dos mais pobres, o que implica: a animação social, a comunhão cristã de bens e a formação. Promove a animação da pastoral social, estimulando a existência de grupos de acção social nas paróquias.

Metas e Objectivos

A Cáritas pretende informar, denunciar e sensibilizar a sociedade, propondo medidas de solução para problemas sociais graves, através de:

- Assistência e apoio nas emergências
- Promoção da autonomia de cada homem e mulher
- Processos de desenvolvimento local
- Intervenção junto dos centros de decisão política
- Formação de agentes de voluntariado
- Empenho na conservação do meio ambiente sustentável.

Contactos

Sede: Praça Pasteur, Nº11, 2ºEsq, 1000-238, Lisboa

Telefone: 218 454 220 * Fax: 218 454 221

E-mail: caritas@caritas.pt * Website: www.caritas.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 1956

Natureza Jurídica: ONGD

Diário da República: Instituição canonicamente erecta e que, ao abrigo da Concordata, não necessita de publicação em Diário da República

Responsável máximo: Professor Eugénio José da Cruz Fonseca, Presidente da Direcção da Cáritas Portuguesa

Países de Actuação

Todos os lusófonos, Sudeste Asiático (Índia, Indonésia, Sri Lanka), Haiti, Peru, República Centro Africana.

Áreas de actuação

Ajuda de Emergência, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Acção social.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Rural/Agricultura – S. Tomé

Ecologia/Meio ambiente – Brasil

Economia alternativa/ Microcrédito – Índia, Sri Lanka, Indonésia

Educação formal – S. Tomé

Educação não formal/alfabetização – Angola

Emprego/Inserção na vida activa – Índia, Sri Lanka, Indonésia

Formação profissional – Moçambique, Angola, Cabo-Verde

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Índia, Sri Lanka, Indonésia, Haiti, Peru

Refugiados -- Índia, Sri Lanka, Indonésia, Haiti, Peru

Saneamento/água – Haiti, Índia, Indonésia, Sri Lanka

Segurança alimentar - Índia, Sri Lanka, Indonésia

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Pessoas afectadas por situações de pobreza e/ou exclusão, seja por catástrofes naturais, conflitos, dificuldades do país de origem.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal – 7, Estagiários – 1.

Filiação em Organizações e redes

Caritas Internationalis, Caritas Europa, Plataforma Portuguesa



das ONGD, Fórum Não Governamental para a Inclusão Social, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), Confederação Portuguesa do Voluntariado

Publicações

Programa e relatório de actividades (anuais), produtos de campanhas. Distribuição pela rede Cáritas Nacional.



Centro de Estudos Africanos Universidade do Porto (CEAUP/ONGD)

A ONGD

Desde 2008, ano em que o CEAUP passou a ter o estatuto de ONGD, foram desenvolvidas actividades no âmbito da execução dos seguintes protocolos de cooperação:

a) Em Angola:

- com o Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (participação em pós-graduações);
- com o Arquivo Histórico Nacional de Angola (classificação e inventariação de património documental);
- com o Museu Nacional de Antropologia de Angola (classificação de colecções de arte africana);
- com a Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiental de Angola (ADRA): acções de formação.

b) Em Moçambique:

- com o Arquivo Histórico de Moçambique (classificação e inventariação de património documental, disponibilizando base de dados online no sítio www.africanos.eu);

c) Em Cabo Verde:

- com a Universidade de Cabo Verde (co-organização do Mestrado em Estudos Africanos 2005-07, na Cidade da Praia e do Mestrado em Estudos Africanos 2007-09, na Cidade do Mindelo);
- com o Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (classificação e inventariação de património documental).

d) Em S. Tomé e Príncipe

- com o Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe (classificação e inventariação de património documental);

e) Nos Camarões

- com a Universidade de Yaoundé (MEROUA). Cooperação com a ONG NTM (Ngaoundéré-Touboro-Moundou).

Em Portugal:

a) com a Câmara Municipal da Maia, com o objectivo de desenvolvimento da cooperação descentralizada com autarquias dos PALOP.

Decorreram ainda as seguintes iniciativas:

1 - Organização conjunta com E&O do Workshop “Objectivos do Desenvolvimento do Milénio – paz e segurança / governação e direitos humanos” - 19 de Novembro de 2008.

2 - Promoção de acções de cooperação a convite do CE.DO (Centro de Estudos do Deserto) em Angola e entrega de propostas de protocolo. Objectivo principal:

Desenvolvimento de um projecto-piloto no âmbito construtivo e de formação, possibilitando intervenções dos alunos de mestrado e doutoramento em Estudos Africanos.

3 - Participação, nos dias 21 e 22 de Abril de 2010, na 3ª edição do evento ODD 2010 com tema “Cidadania e Desenvolvimento”, tendo Três subtemas associados: Comunicação e Desenvolvimento; Conhecimento, Capacitação, Transferência de Tecnologia e Desenvolvimento; Democracia, Estado de Direito, Segurança e Desenvolvimento.

Missão

O CEAUP tem como missão prioritária realizar:

1. investigação científica e aplicada;
2. cooperação científica e pedagógica com universidades e centros africanos, especialmente com os Países Africanos de Expressão Portuguesa;
3. formação superior avançada (doutoramentos, mestrados e pós-graduações em Estudos Africanos);
4. elaboração e cooperação em projectos de desenvolvimento

enquadrados em parcerias com instituições operando em África;

5. recuperação e animação do património cultural e histórico de países africanos, em particular, dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, destacando-se a cooperação nas áreas da recuperação de bibliotecas, arquivos, edifícios e monumentos históricos. 6.

publicação e edição de estudos e fontes em Estudos Africanos, incluindo a publicação regular de uma revista especializada - Africana Studia.

Metas e Objectivos

A curto e médio prazo, o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) desenvolve um projecto com o governo da Província do Cunene e da Diocese de Ondjiva em Angola com os seguintes objectivos:

1.1. Desenvolver e divulgar resultados dos seus projectos de investigação, através de missões científicas, nas áreas de Genética, Antropologia, Linguística, e História, dos grupos culturais ou étnicos “em extinção” na Província do Cunene (e não só), tais como os Khoisan, Ovatomwa e outros. Nestes projectos participarão especialistas da Universidade do Porto e peritos da Província do Cunene, a definir localmente.

1.2. Colaborar na elaboração de textos de apoio para apoio didáctico às escolas de ensino médio e superior da província, com conteúdos de História, Geografia, Biologia, Linguística, Antropologia Cultural da Província do Cunene.

1.3. Apoiar, em caso de solicitação pelo Governo Provincial do Cunene, as candidaturas e outras diligências feitas no sentido de criar condições logísticas para os seus estudantes bolseiros e funcionários públicos, nas suas formações e estágios académicos e profissionais em Portugal, nomeadamente nas áreas de:

- a) saúde (laboratórios na especialidade de Biologia, Química, Anatomia, etc.);
- b) veterinária e agronomia
- c) gestão e exploração de recursos hídricos



2. Elaborar um projecto de arquitectura para construção da escola secundária Pe. Carlos Mittelberger.

3. Elaborar um projecto de construção de uma Biblioteca diocesana/ CÁRITAS do Cunene, agregada à Escola Secundária Pe Carlos Mittelberger.

Estes projectos incluirão:

a) A apresentação de um projecto de arquitectura para os edifícios das referidas Escola e Biblioteca, a construir de acordo com uma concepção de aproveitamento de materiais locais e adaptado ao seu meio físico.

b) A formulação de candidaturas de financiamento para este efeito, ressaltando que a concretização destes projectos dependerá da concessão de financiamentos externos ao Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP).

c) A organização da biblioteca, com a colaboração de técnicos da Rede Portuguesa de Leitura Pública.

3. A apresentação e experimentação de um programa de leitura pública, incluindo estratégias para garantir o seu acesso a populações não urbanas e com modos de vida que até agora tem dificultado o seu acesso à leitura pública.

3.1. Colaboração na formação de pessoal técnico qualificado (bibliotecários e outros quadros técnicos da área da biblioteconomia) para exercício nas Bibliotecas da província.

3.2. Tendo em conta as experiências pedagógicas das escolas do ensino médio, da Província do Kunene e da Diocese de Ondjiva (CARITAS) e do pólo do Kunene da Universidade Mandume Ya Ndemufayo, colaborar na apresentação e implementação de acções de formação, em diversas áreas curriculares a definir com a direcção das Instituições escolares do Cunene, para professores (ensino médio) e formadores.

Contactos

Sede: FLUP - Via Panorâmica S/N - 4150-564 Porto

Telefone: 22 607 71 41 * Fax: 22 607 71 41

E-mail: ceaup@letras.up.pt * Website: www.africanos.eu

Dados Institucionais

Data da criação: 13/11/1997

Natureza Jurídica: Associação cultural sem fins lucrativos

Diário da República, nº 179/98, III Série, de 5 de Agosto de 1998

Responsável máximo: Isabel Galhano Rodrigues

Países de Actuação

Angola, S. Tomé e Príncipe.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Acção cultural, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Cultura – Angola; S. Tomé

Educação formal – Angola/S. Tomé

Formação profissional – Angola/S. Tomé

Migrações – Angola/S. Tomé

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade educativa alargada

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Colaboradores no terreno, Estagiários.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD, AEGIS.

Publicações

Revista semestral AFRICANA STUDIA.



Chapitô – Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina

A ONGD

A história do Chapitô não podia deixar de ser uma história arredondada. Os arredondamentos parecem ser coerentes com a matriz circense da “casa”. A Instituição/Projecto faz, formalmente, 29 anos em 2010. A formalidade dos 29 anos quer dizer que a escritura da Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina, entidade suporte do Chapitô, se deu em Janeiro de 1981.

Evidentemente que, nestas histórias complexas e intrincadas, tem que haver uma pré-história que, neste caso, tem mais uns 8 ou 10 anos.

É uma história que vem dos anos 70, uma história de desassossegos nómadas e no quadro dos movimentos artísticos implicados na mudança social. Nos meandros preambulares do projecto estiveram “coisas” como a animação, as “artes circenses”, o espectáculo “popular”, as “artes efémeras e performativas” e a intervenção sociocultural no mundo multicultural do Portugal do fim do século XX.

À maneira circense, a história do Chapitô confunde-se e emaranha-se na história e trajetória de vida da sua principal mentora: A Teresa Ricou, ou a “Tété”, seu nome artístico.

O que veio a tornar-se na actual Instituição, que nós insistimos em continuar a chamar de “Projecto”, desenvolveu-se no pós-25 de Abril, com uma sucessão de acções de animação através do Circo (em diversos pontos do país).

No início foi criada uma 1ª Escola: a Escola de Circo Mariano Franco, em homenagem ao grande bailarino e coreógrafo, parceiro de Teresa Ricou, no Bairro Alto. Essa Escola localizada num centro de dia de idosos “Palácio dos Condes de Soure” tinha um acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (instalações), e os animadores realizavam trabalho com crianças do bairro e com idosos. Durou 3-4 anos e os seus beneficiários eram jovens e outros cidadãos que se

inscreviam autodidacticamente para aulas de várias modalidades. Foi um primeiro embrião da versão actual do Chapitô/Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo.

Entretanto, começou a desenvolver-se um trabalho de animação com a Justiça (junto de menores tutelados), que se foi instituindo e incorporando como “eixo fundador” do Projecto. A intervenção junto dos “meninos” do ex-COAS de Lisboa, actual Centro Educativo da Bela Vista, foi pioneira neste campo de reinserção pela arte, intervenção socioeducativa e a Colectividade foi acumulando um capital de experiência e modelagem que já vai em duas décadas de relação inter-institucional, alargada também ao Centro Educativo de Navarro de Paiva.

Em 1986, ao abrigo do Protocolo com a Justiça, o Chapitô instalou-se na Costa do Castelo e assim começou e passou a ser nomeado e publicamente reconhecido.

Depois das intensas obras de recuperação da casa, o espaço Chapitô afirma-se como ONGD e ganha o estatuto de IPSS, na Costa do Castelo funciona desde 1987-88, e arrancou com a realização de um Curso inovador do Fundo Social Europeu (Projecto Circo/Jovem - Curso de Expressão Circense), que ao longo de 3 anos formou um primeiro conjunto de profissionais, que vieram a constituir a primeira geração de artistas de actriz circense implantados no mercado de trabalho.

É a partir de 1991 que o Chapitô é suporte de uma Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo (EPAOE) com 2 Cursos de nível 3 (equivalentes ao 12º ano). Vamos em 17 anos de institucionalização da função escola que já vem das fundações e que se foi tornando noutra eixo estruturante do Projecto.

Ao longo dos tempos a “casa”-Instituição, como lhe competia, foi-se tornando em “parceiro social” e integrando múltiplas “redes”. Tem relações protocolares com uma variedade de Entidades, oficiais e privadas, nas diversas instâncias, nos níveis local e nacional, como nos níveis europeu e internacional. Estão formalmente adquiridos os estatutos oficiais, designadamente de “utilidade pública”, de “manifesto interesse cultural”, “IPSS/Instituição Particular



de Solidariedade Social” e “ONGD” (integrante da Plataforma Portuguesa).

Missão

Promover a educação e a formação profissional através das artes e dos ofícios do espectáculo. Promover, desenvolver e intervir na integração social e comunitária de crianças e de jovens em situação de vulnerabilidade social. Activar a sociedade civil pelas artes.


A integração social, a educação e a formação de populações jovens desfavorecidas, e em particular de jovens em risco de exclusão, constituem áreas-chave de actuação do projecto Chapatô há mais de 29 anos.

Nesse sentido, desenvolvemos acções de carácter informativo, formativo e de sensibilização contra qualquer tipo de discriminação, tendo como leitmotiv a educação pela Arte e mais especificamente as Artes Circenses.

O Chapatô é frequentado diariamente por centenas de jovens que, quer enquanto alunos dos Cursos Profissionais de Artes e Ofícios do Espectáculo que a sua Escola (EPAOE) oferece, quer enquanto alunos de cursos livres de fim de tarde, nesse espaço encontram novas motivações e sentidos de realização pessoal e profissional que as instituições de ensino por eles frequentadas, até então, não ofereciam ou desvalorizavam, conduzindo-os muitas vezes a situações de insucesso escolar, abandono precoce do sistema de ensino e conseqüentemente a uma marginalização social.

Também na área da intervenção social, o Chapatô desenvolve iniciativas de integração social pelas artes dos jovens sob tutela do Instituto de Reinserção Social - nos Centros Educativos da Bela Vista e de Navarro de Paiva - através de equipas de formadores especializados.

O projecto assenta igualmente num conceito de cultura que visa estimular a criação e experimentação artísticas, ensaiando novas dinâmicas nas actividades de circo-teatro, circo-música e circo-dança - um Outro Circo. Nesta área de intensa criação e circulação de



públicos, a Companhia de Teatro do Chapitô desempenha um papel crucial, em conjunto com a Produção de Eventos Culturais e a área de Audiovisuais.

Metas e Objectivos

Objectivo Social: Promover a educação e formação profissional através das artes e ofícios do espectáculo. Promover, desenvolver e intervir na integração social e comunitária de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, nomeadamente em regime de tutela.

Contactos

Sede: Costa do Castelo, n.ºs 1 - 7 1149-079 Lisboa

Telefone: +351 2188555580 * Fax: +351 218861463

E-mail: mail@chapito.org

Website: www.chapito.org * <http://chapitoblog.blogspot.com/>

Dados Institucionais

Data da criação: 7 de Janeiro de 1981

Natureza Jurídica: Associação

Diário da República, nº 83, III Série, de 09/04/1981

Responsável máximo: Teresa Ricou - Presidente

Países de Actuação

Portugal

Áreas de actuação

Acção cultural, Acção social, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal

Cultura – Portugal

Educação formal – Portugal



Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Formação profissional – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Questões de género - Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Jovens em risco de exclusão social, Comunidade Educativa alargada.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Estagiários, Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma das ONGD

Publicações

Agenda Mensal Chapitô - 8000 exemplares distribuídos por Lisboa ;

Jornal Chapitando - Anual - 2500 exemplares;

FotoGrafias e VideoGrafias da EPAOE - Anual



CIC- Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura

A ONGD

A CIC- Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura é uma Organização Não Governamental vocacionada para a cooperação internacional e para o apoio a populações carenciadas.

Esta associação actua desde 1992 nas áreas da Saúde e da Educação, de forma sistemática, e com o reconhecimento explícito das entidades oficiais dos países receptores de cooperação. Atenta aos problemas emergentes da sociedade portuguesa, a CIC-Portugal desenvolve desde 1998 intervenção no campo da Luta contra a Pobreza e Exclusão Social numa óptica de promoção do empowerment das populações com quem trabalha. Durante a sua existência, desenvolveu já cerca de 180 projectos em Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Honduras, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Senegal, Timor e Portugal.

Como denominador comum da nossa actividade ao longo dos anos temos a partilha da língua portuguesa e de raízes históricas com os países a quem nos dirigimos, pautados sempre pelo profundo respeito que nos merecem outras formas de ver e de estar no mundo, reconhecendo que a verdadeira riqueza reside na diversidade.

A CIC-Portugal está, todavia, atenta a acções que envolvem crianças e jovens órfãos em situações de risco seja ele familiar ou de saúde.

Missão

Promover o desenvolvimento participativo e sustentável das sociedades, pautando a sua actuação pelo profundo respeito pelas crenças e valores sociais, históricos e culturais, bem como os valores do humanismo e da cidadania.

Metas e Objectivos

Objectivo principal desenvolver acções de Cooperação, Intercâmbio e Cultura nos domínios das especialidades científicas e técnicas dos seus membros, em Portugal e com Países em Vias de Desenvolvimento.



Contactos

Sede: Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º61 C, escritório 11,
1070-061 LISBOA

Telefone: 21 385 71 41 * Fax: 21 385 71 51

E-mail: cicportugal@cicportugal.pt * Website: www.cicportugal.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 27-02-1991

Natureza Jurídica: Organização Não Governamental para o
Desenvolvimento/ Instituto de Utilidade Pública

Diário da República, n.º 48, III Série, de 26/02/1992

Responsável máximo: José Prates Raposo - Presidente da Direcção

Países de Actuação

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Formação, Acção cultural,
Acção social, Inserção Profissional.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal

Cultura – Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Angola

Educação não formal/alfabetização – Cabo Verde e Angola

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Angola

Segurança alimentar – Cabo Verde

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade Educativa alargada, Comunidades Locais, Adultos



excluídos e/ou em riscos de exclusão, Desempregados.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Colaboradores no terreno, Cooperantes, Estagiários, Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza, Rede Alargada para os Refugiados, Rede Social de Lisboa.

Publicações

Livros



CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

A ONGD

O CIDAC iniciou a sua actividade em Maio de 1974 e tem pautado sempre a sua acção por um conjunto de valores, dos quais destacamos: a solidariedade, a justiça nas relações internacionais, o reconhecimento e a valorização das identidades e dos recursos locais, o papel específico da sociedade civil na procura e na construção de soluções alternativas, a independência e autonomia face aos poderes instituídos e a intervenção com outros – em rede, em parceria... Mantemos a vontade de estar atentos, de conseguir interpretar criticamente e deixar-nos interpelar pelas realidades e acontecimentos do mundo em que vivemos. Assim tem evoluído o nosso pensamento e a nossa acção. Verificámos como era importante fazer escolhas e centrar a nossa intervenção em temáticas fundamentais no contexto do Desenvolvimento, nomeadamente a Educação para o Desenvolvimento e o Comércio Justo na perspectiva da Economia Social e Solidária e da Soberania Alimentar. Esta opção permite-nos evitar a dispersão, ganhar conhecimentos e capacidades e dar contributos específicos mais aprofundados. Para concretizarmos a nossa intervenção, estruturamo-nos em quatro núcleos de trabalho: Centro de Recursos para o Desenvolvimento, Loja de Comércio Justo (a partir do final de 2010), Cooperação para o Desenvolvimento e Centro de Formação em Línguas. Acreditamos que esta estruturação contribui para uma maior abertura à comunidade onde estamos inseridos e para a aproximação a públicos diversificados.

Missão

O CIDAC promove a solidariedade entre os povos como parte integrante de uma cidadania activa num contexto de progressivas interdependências mundiais. Consideram-se formas de participação privilegiadas as acções de Cooperação para o Desenvolvimento e de Educação para o Desenvolvimento, assim como outras acções potenciadoras do desenvolvimento sustentado de pessoas e comunidades

Metas e Objectivos

- Descodificar junto do grande público questões globais do Desenvolvimento e promover posturas activas de cidadania / Aprender a ler a realidade para intervir nela - Consolidar o entendimento e as práticas de Educação para o Desenvolvimento junto dos seus actores - Incentivar à adesão a uma visão e práticas de comércio justo alicerçadas na soberania alimentar e na economia social e solidária

Contactos

Sede: Rua Pinheiro Chagas, N.º 77 - 1º Dto, 1069-069 Lisboa

Telefone: 351. 213 172 860 * Fax: 351. 213 172 870

E-mail: cidac@cidac.pt * Website: www.cidac.pt

Dados Institucionais

Data da criação: Maio 1974

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Diário da República, nº 5, III Série, de 01.1981

Responsável máximo: Cristina Cruz - Presidente do Conselho Directivo

Países de Actuação

Portugal e Europa, Timor-Leste, Guiné-Bissau.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Informação e Documentação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Guiné-Bissau

Economia alternativa – Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste

Educação não formal – Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste

Migrações – Portugal, Guiné-Bissau



Pobreza/Exclusão Social – Timor-Leste, Guiné-Bissau

Outros: Consumo Responsável, Portugal / Capacitação e reforço organizacional, Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste / Soberania Alimentar - Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste / Turismo de base comunitária, Timor-Leste

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Organizações da Sociedade Civil, Produtores/as agrícolas e artesanais, Comunidades rurais, Decisores políticos e económicos, Comunidade escolar, Consumidores, Associações de Migrantes, Funcionários da administração pública local e central.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Estagiários, Voluntários

Filiação em Organizações e redes

ANIMAR - Associação Portuguesa de Desenvolvimento Local Rede Espaço por um Comércio Justo - ECJ Global Education Network Europe - GENE

Publicações

Livros, materiais didácticos e pedagógicos, em vários suportes

Conselho Português para os Refugiados - CPR

A ONGD

O Conselho Português para os Refugiados (CPR), associação de solidariedade social e organização não governamental para o desenvolvimento (ONGD), é a única ONGD portuguesa que trabalha exclusivamente com refugiados.

O CPR foi constituído em 20 de Setembro de 1991 por um conjunto de personalidades ligadas à vida política, sindical e ao trabalho com a sociedade civil, nomeadamente: Acácio Catarino, Agostinho Jardim Gonçalves; Alberto Manuel Tavares da Costa; Álvaro Neves da Silva; Ângelo D'Almeida Ribeiro; António Guterres; Henrique Nascimento Rodrigues; José Luís Judas; José Manuel Oliveira Antunes; José Pereira Lopes; Lénia Godinho Lopes; Luís Moita; Luís Silveira; Maria Delfina Ruivo; Maria Teresa Tito de Morais Mendes; Teresa Costa Macedo; Vítor Melícias; Victor Nogueira; Vítor Ramalho e Victor Sá Machado.

Em Julho de 1993 celebrou o 1º Protocolo de colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e começou a prestar apoio directo e aconselhamento aos requerentes de asilo e refugiados, em todas as fases do procedimento de asilo. Desde 1999, e após o encerramento da delegação de Lisboa, o CPR é o representante operacional do ACNUR em Portugal.

O trabalho do CPR foi, desde sempre, reconhecido pelas autoridades portuguesas, tendo a partir de 1998 visto o seu papel consagrado na Lei de Asilo 15/98, de 26 de Março, como organização que presta apoio jurídico aos requerentes de asilo em todas as fases do processo (artigo 52º). Também na actual Lei de Asilo 27/2008, de 30 de Junho, o CPR figura como instituição que presta apoio jurídico aos requerentes de asilo em todas as fases do procedimento (artº. 49 – 4º).

A intervenção do CPR divide-se em duas áreas principais: o apoio jurídico e social aos requerentes de asilo e refugiados, desde a fase do acolhimento até à integração, e a informação pública e sensibilização da sociedade de acolhimento para os problemas específicos desta



população.

Alguns Factos Relevantes:

O CPR é parceiro operacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Portugal, desde 1993, e após o encerramento da delegação desta Agência (Dezembro 1998), representa os seus interesses no nosso país.

- Figura na Lei de Asilo 27/2008, de 30 de Junho, como instituição que presta apoio jurídico aos requerentes de asilo em todas as fases do procedimento (artº. 49 – 4º).

- Foi distinguido, a 12 de Dezembro de 2000, pela Assembleia da República, com o Prémio “Direitos Humanos 2000”.

- É membro da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação (CICDR), presidida pelo Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) em representação das Organizações de Direitos Humanos.

- Está acreditado enquanto entidade formadora, nas modalidades presencial e a distância, junto da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho – DGERT / Direcção de Serviços de Qualidade e Acreditação (ex. Instituto para a Qualidade na Formação – IQF) desde 1997.

- Em Agosto de 2004 foi-lhe reconhecido pelo Instituto Português para o Desenvolvimento (IPAD), do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), o estatuto de Organização não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD).

Missão

- Apoiar os requerentes de asilo, beneficiários de formas subsidiárias de protecção e refugiados, em todas as fases do procedimento de asilo, acolhimento e integração na sociedade portuguesa;

- Sensibilizar a sociedade de acolhimento para a problemática dos refugiados, promovendo acções de formação, seminários e congressos internacionais sobre direito de asilo e refugiados.



Metas e Objectivos

- Prestar o melhor acolhimento de requerentes de asilo e refugiados, respeitador da dignidade e direitos deste grupo, e promotor da futura integração na sociedade de acolhimento;
- Continuar a informar, sensibilizar e formar na área do asilo, refugiados e migrações forçadas, tornando a sociedade portuguesa mais aberta e compreensiva para os problemas específicos da população refugiada, em Portugal e no Mundo;
- Continuar a desenvolver o Espaço a Criança enquanto escola de referência nos níveis creche e pré-escolar, educando as crianças para a multiculturalidade, cultura de parceria, num contexto educativo de disciplina positiva.

Contactos

Sede: Av. Vergílio Ferreira, Lt. 764 - Lojas D/E - 1950-339 LISBOA

Telefone: 21 8314372 * Fax: 21 8375072

E-mail: geral@cpr.pt * Website: www.cpr.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 1991

Natureza Jurídica: Associação de solidariedade social

Diário da República, nº 250, III Série, de 30.10.1991

Responsável máximo: Maria Teresa Tito de Moraes Mendes -
Presidente da Direcção

Países de Actuação

Portugal.

Áreas de actuação

Educação para o Desenvolvimento, Formação, Apoio aos requerentes de asilo e refugiados em Portugal, Acção social, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal



Educação formal – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Refugiados - Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Refugiados e requerentes de asilo, Técnicos que trabalhem na área das migrações e respectivas organizações, Professores, Alunos, Sociedade em geral (no caso de acções de informação e sensibilização com maior abrangência).

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Estagiários, Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

ECRE - European Council on Refugees and Exiles, Plataforma Portuguesa de ONGD, Rede Alargada de Instituições para o Acolhimento e Integração de Refugiados, Rede Social de Loures (Comissão Social de Freguesia de Bobadela e Comissão Social Inter-Freguesias de S. João da Talha e Santa Iria da Azóia).

Publicações

Há inúmeros materiais que são publicados pelo CPR, mas que não têm uma periodicidade regular (ex. relatórios de actividades, estudos, brochuras de sensibilização, etc.). A maior parte das publicações estão disponíveis on-line, em www.cpr.pt e em www.refugiados.net



EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza

A ONGD

A EAPN Portugal representa a European Anti Poverty Network (EAPN), desde a sua fundação, em 1990. A EAPN é uma associação sem fins lucrativos (ASBL), sediada em Bruxelas, estando representada em cada um dos Estado - Membro da União Europeia por Redes Nacionais.


A EAPN Portugal é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como Associação de Solidariedade Social, de âmbito nacional, constituída a 17 de Dezembro de 1991. Em 1995, é reconhecida, pelo Instituto de Cooperação Portuguesa, como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD).

Missão

A missão da EAPN Portugal é defender os direitos humanos fundamentais e garantir que todos tenham as condições necessárias ao exercício da cidadania e a uma vida digna, promovendo a luta contra a pobreza e a exclusão social, o trabalho em rede e o envolvimento de toda a sociedade civil.

Metas e Objectivos

- Promover acções que aumentem a eficácia dos programas de luta contra a pobreza e a exclusão social e incentivar acções inovadoras neste campo;
- Estabelecer/dinamizar uma interacção (rede) entre as instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno da luta contra a pobreza e a exclusão social;
- Colaborar na concepção/definição de programas de acção e políticas sociais;
- Garantir a função de “grupo de pressão” para os menos favorecidos;
- Promover junto das pessoas ou grupos que se encontram em situação de pobreza/exclusão, por um lado, e junto dos agentes de intervenção (profissionais, trabalhadores sociais, dirigentes de instituições particulares de solidariedade social), por outro, a



integração social e a organização de serviços e outras actividades que visem principalmente o desenvolvimento cultural, económico, moral e físico das pessoas que se encontram em situação de pobreza/exclusão.

Contactos

Sede: Rua Costa Cabral, 2368,4200-218 Porto

Telefone: 225420800 * Fax: 2254033250

E-mail: geral@eapn.pt * Website: www.eapn.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 17 de Dezembro de 1991

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social

Responsável máximo: Padre Jardim Moreira, Presidente

Países de Actuação

Portugal e Europa

Áreas de actuação

Educação para o Desenvolvimento; Formação; Acção Social; Educação; Informação, formação, investigação e lobby no âmbito da luta contra a pobreza e a exclusão social.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Economia alternativa/ Microcrédito – Portugal

Formação profissional – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal e Europa

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade educativa alargada; Sociedade civil, em geral; ONG de acção social, em particular, dirigentes, quadros técnicos e voluntários; Partidos Políticos, Sindicatos e outras organizações; Pessoas em situação de pobreza e exclusão social.



Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Estagiários; Voluntários.

Publicações

Edição de diversos estudos, guias, documentos [consultar, por favor o site da organização]

Edição da revista Focus Social, publicação trimestral



Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação

A ONGD

A “ENGENHO E OBRA” - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento - ONGD, associação da sociedade civil, de direito privado e fins não lucrativos.

Tem como objecto a concepção, execução e apoio a programas e projectos de cooperação para o desenvolvimento, de ajuda de emergência e de protecção e promoção dos direitos humanos. Tem ainda como objecto a intervenção nas áreas de ensino, educação e cultura, de assistência científica e técnica, de emprego e formação profissional, de protecção e defesa do ambiente, de desenvolvimento rural, de educação para o desenvolvimento, bem como da execução de todo o tipo de empreitada global que se destine à promoção e melhoramento das condições de vida das populações. Tem finalmente como objecto a promoção, divulgação e disseminação da língua portuguesa no Mundo.

A E&O nasceu em finais de 2005, fruto da conjugação de um grupo de pessoas e instituições, com experiência em projectos internacionais, ao longo de mais duas décadas, conscientes da importância da sociedade civil na cooperação internacional, no papel que lhes poderá caber na transformação de ideias em projectos concretos, na obra imensa que significa a dignificação da qualidade de vida das populações dos países terceiros, em particular dos países da lusofonia. O apelo à participação nesta iniciativa foi feito a técnicas(os) e profissionais, bem como instituições nacionais ou estrangeiras, para se juntarem no sentido da constituição de uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento.

Em Abril de 2006, surge a E&O, constituída formalmente como Associação e posteriormente reconhecida em Junho desse ano, pelo Estado Português como ONGD e registada nesses termos no IPAD. Na constituição da E&O, participaram 20 pessoas individuais, 2 Instituições do Ensino Superior: ISEP, Instituto Superior de

Engenharia do Porto e ESELx, Escola Superior de Educação de Lisboa, 1 Federação Sindical: FENPROF, Federação Nacional dos Professores e 2 Empresas: ECV – Consultores, Lda. e OXYS – Consultores de Marketing, Lda.

a) Projectos ED financiados

A E&O participa no momento em 3 Projectos ED apresentados ao IPAD em 2007, em consórcio e/ou parceria com a ONGD AJPaz:

- Projecto “AO SUL...”, uma proposta de intervenção da E&O para a sensibilização da opinião pública portuguesa para as realidades económicas, sociais, culturais e ambientais dos países em desenvolvimento, nomeadamente de Angola; prevê a concepção e a implementação de acções concertadas de ED, nas zonas Norte, Centro e de Lisboa e vale do Tejo, partindo da concepção, realização e montagem de um documentário a filmar em Angola, que serve de suporte às acções projectadas.

- Projecto “ELAS no Norte e no Sul: As Mulheres no Desenvolvimento”, uma proposta de intervenção da AJPaz, destinado a sensibilizar a sociedade portuguesa para a necessidade de reconhecer e apoiar o papel das Mulheres no Desenvolvimento Global, nomeadamente no Sul, a capacitar mulheres rurais, artesãs e empresárias do Norte para analisar e intervir nos processos de desenvolvimento global, através da criação de laços e iniciativas partilhadas de solidariedade e ainda a criar espaços de intercâmbio entre agentes e beneficiários de projectos de desenvolvimento comunitário e cooperação internacional cujo objectivo é a capacitação e inclusão das mulheres.


- Projecto “Lés a Lés, Solidariedade Glocal”, uma proposta de intervenção da AJPaz, que tem como principal finalidade sensibilizar e mobilizar as/os agentes locais de desenvolvimento para um consumo responsável e sustentável, que pretende alargar as práticas ED a territórios locais e rurais em Portugal e reforçar modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconómico e os valores de justiça e solidariedade subjacentes.

b) Outras intervenções



A intervenção da E&O tem sido direccionada para iniciativas a nível da Educação para o Desenvolvimento, quer no plano de formação interna dos seus associados, a fim de os preparar para intervenções futuras, quer no estabelecimento de parcerias com organizações similares. Nesse sentido, a organização promove, desde Outubro de 2006, um conjunto de iniciativas vocacionadas para a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania, através da divulgação aos Associados, no Porto e em Lisboa, dos princípios gerais e dos conceitos ligados ao tema em apreço; o processo foi iniciado em sessões alargadas, onde foram analisados documentos de referência, a começar pelo parecer da Comissão Nacional da UNESCO, “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), Contributos para a sua dinamização em Portugal”. Como resultado das iniciativas referidas, foi apresentado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR-N) uma Proposta de Intervenção, em que é apresentado um Plano que contém, entre outros pontos:

- uma proposta de Acções de Sensibilização e de Formação em toda a Região Norte do País, no sentido de estimular uma cultura de participação cívica no domínios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
- uma proposta de lançamento de um Projecto-piloto devidamente monitorizado, com a criação de uma rede de “lugares avançados” a partir de experiências exemplares de implementação de projectos de Educação para o Desenvolvimento Sustentável,
- uma proposta de um Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Local;
- uma proposta de um Projecto de Intervenção Formativa (Curso de formação) para formação de “Formadores de Formadores em Desenvolvimento Sustentável”, a apresentar ao IEFP, para homologação. Existem já elaborados referenciais de formação concretos para as intervenções formativas referidas, bem como a proposta do Projecto-piloto, que conta desde já com o alto patrocínio do Governo Civil do Porto para o efeito.



A E&O tem participado e colaborado de forma activa na elaboração da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), fazendo parte do grupo de ED convocado pela Plataforma, onde, entre outras acções e tomadas de posição, tem defendido o reconhecimento da importância da Engenharia e da Educação para a Engenharia na definição e acção de uma estratégia nacional de educação para o desenvolvimento mais completa, eficaz e integral.

Para além deste conjunto de iniciativas de carácter informativo e formativo, a E&O tem vindo a analisar com a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto, a possibilidade de intervenções conjuntas em Escolas do distrito no sentido de conjugar o tratamento das questões da ED e da cooperação com os países de língua portuguesa.

Existem também em carteira projectos de sensibilização de jovens estudantes do ensino secundário para questões ambientais e de motivação para a ciência e tecnologia. Estes projectos, a implementar numa primeira fase, nas regiões da Grande Lisboa, Grande Porto e Setúbal, visam através de actividades de carácter lúdico - pedagógico, promover o gosto pela resolução de problemas concretos, e a motivação para o reconhecimento da importância da engenharia na construção de um mundo melhor.

Missão

Melhorar a qualidade de vida das populações de países fragilizados, criando condições que permitam aumentar a sua autonomia, nomeadamente através de projectos integrados de engenharia.

Metas e Objectivos

Objectivos Gerais

Os objectivos gerais da E&O emanam do Estatuto das Organizações não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento, respeitam a Declaração Universal dos Direitos do Homem e são os seguintes:

1. a concepção, a execução e o apoio a programas e projectos de cariz social, cultural, ambiental, cívico e económico, designadamente



através de acções nos países em vias de desenvolvimento:

a. de cooperação para o desenvolvimento

b. de assistência humanitária

c. de protecção e promoção dos direitos humanos

2. a sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento cada vez mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento, bem como a divulgação das suas realidades.

3. A E&O assume a promoção da educação, consciente de que é um factor imprescindível para o desenvolvimento integral das sociedades e para a existência e o reforço da paz.

Objectivos Específicos

4. Conceber, executar e apoiar projectos e programas que contribuam para a melhoria das condições de vida das populações, designadamente através de projectos integrados de engenharia.

5. Conceber, executar e apoiar projectos e programas que contribuam para a eliminação da pobreza no mundo.


6. Conceber, executar e apoiar projectos e programas de educação para a cidadania global, nomeadamente nas vertentes de educação para os direitos humanos, educação para o desenvolvimento sustentável, educação ambiental, educação para a paz, educação para a interculturalidade e educação para a saúde.

7. Estimular, promover e apoiar a execução de projectos e programas na área do emprego e da formação profissional, nomeadamente empreendedorismo social e criação de emprego.

8. Criar, executar e apoiar projectos e programas de assistência científica, técnica e tecnológica que contribuam para a autonomia das respectivas populações.

9. Participar em projectos e programas de cooperação para o desenvolvimento.

10. Contribuir para o reforço da sociedade civil, designadamente através da colaboração com organizações do terceiro sector.



11. Promover a interculturalidade e multiculturalidade através de acções específicas e de apoio a acções de outras organizações.

12. Promover a igualdade de género.

13. Promover a cidadania europeia.

14. Fomentar acções para o desenvolvimento sustentável, designadamente nas suas vertentes de ensino, cultura, assistência científica e técnica, emprego e formação profissional.

Objectivos Complementares

1. Divulgar e disseminar a Língua Portuguesa no mundo.

2. Desenvolver acções de solidariedade, no sentido lato do termo, através da cooperação entre povos, independentemente dos sistemas políticos e forças religiosas que os regem.

3. Promover parcerias com quaisquer organizações que tenham objectivos comuns aos da E&O e se pautem pelos mesmos valores humanistas.

4. Contribuir para o crescimento do capital social de Portugal, através de acções de sensibilização que demonstrem a importância da participação activa da sociedade civil no actual contexto de globalização.

5. Promover cursos, estágios, seminários, colóquios, palestras, conferências, encontros, exposições e outras iniciativas semelhantes.

6. Apoiar a produção e divulgação de trabalhos que se enquadrem nos objectivos da Associação.

7. Desenvolver quaisquer outras actividades relacionadas com a sua missão.

Contactos

Sede Nacional: Rua Dr. António Bernardino de Almeida, N.º 431 – Edifício R, Salas 101/102, 4200-072 Porto

Telefone: +351 228 340 583

Telemóvel: +351 965 704 711

Mail: secretariado@engenhoeobra.org

Dados Institucionais

Data da criação: 29/04/2006

Natureza Jurídica: Associação da sociedade civil, de direito privado e sem fins lucrativos.

Diário da República: nº 111, III Série, de 08/06/2006

Responsável máximo: Alfredo Soares Ferreira (Presidente)

Países de Actuação

Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Timor-Leste.

Áreas de actuação

Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Acção cultural, Acção social, Saúde, Formação Especifica, Prestação de Serviços.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Angola + Portugal

Cultura – Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Angola

Ecologia/Meio ambiente – Portugal

Economia alternativa/ Microcrédito – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Angola + Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Formação profissional – Moçambique + Portugal


Pobreza/Exclusão Social – Países de Língua portuguesa

Questões de género - Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Timor-Leste

Saúde - Timor-Leste

Segurança alimentar - Angola + Portugal



Capacitação da Sociedade Civil - Timor-Leste + Angola + Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Sociedade Civil: trabalhadores, estudantes, professores, autarcas, profissionais e técnicos de vários sectores, Comunicação Social, Autarquias Locais, Organizações de Trabalhadores / Sindicatos, Empresas e Associações Empresariais.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Pessoal Contratado: 1, Estagiários: 3, Voluntários (a tempo inteiro e parcial): 32.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD, PADOR.

Publicações

Newsletter “Espalhem a Notícia” (semestral), Folheto divulgação E&O, em português e inglês, Documentário “Viver Ao Sul”, uma recolha que a Equipe Técnica E&O efectuou em Angola, desde Luanda a Kalandula, passando por Malange e todo o posterior trabalho de produção e montagem, procurando reflectir a realidade de como de facto se vive ao Sul. (integrado no Projecto “AO SUL...”)



EPAR – Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção Crl

A ONGD

A EPAR, Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção, crl, Cooperativa multisectorial de Ensino e Solidariedade, detentora da Escola Profissional Almirante Reis, nasceu de uma ideia que pressupõe a concepção e implementação de um sistema educativo e formativo com base nos princípios de participação, descentralização, autonomia e cooperação, sendo este último alvo de especial atenção no que concerne o envolvimento dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

A EPAR diferencia-se, também, pela sua Missão, numa óptica de intervenção multicultural, de promoção da diversidade e da inserção social e solidariedade.

Após mais de 7 anos de actividade da Escola Profissional Almirante Reis, e por força da aplicação do DL 04/98 de 4 de Janeiro, a EPAR assumiu a natureza Jurídica de Cooperativa Multisectorial de Ensino e Solidariedade, entidade de utilidade pública e sem fins lucrativos, com o n.º de Pessoa Colectiva: 504 883 526 e a designação de EPAR, Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção, crl, sendo hoje a EPAR uma entidade com perto de 17 anos de actividade e experiência no Ensino Profissional, na Formação Profissional e na Inserção Sócio Profissional.

Missão

“Promover a inserção cultural, social e profissional das Pessoas, potenciando a diversidade e multiculturalidade como valor acrescentado e factor de reforço relacional entre pessoas, organizações e seus espaços, de forma sustentável”

Metas e Objectivos

O nascimento da EPAR, como instituição protocolada com o Ministério da Educação no âmbito do Ensino Técnico-Profissional e vocacionada, também, para a Formação e Inserção, e a sua posterior transformação numa organização sem fins lucrativos, uma cooperativa, multisectorial de ensino e solidariedade, reveste-

se de valores que, para além das palavras que representam, se têm traduzido numa prática difícil de percorrer.

O seu Projecto Educativo, aquando do seu nascimento, reflectiu a preocupação e o desejo de desenvolvimento de acções que contemplassem os PALOP's, de forma pioneira, afirmando-se como "Republicano, Laico e Solidário", transportando valores de cidadania global, que ainda hoje se mantêm.

Sendo a EPAR uma cooperativa multisectorial de ensino e solidariedade social, o ensino, a formação profissional e a consultoria são, nas suas diferentes formas e metodologias, os mecanismos de intervenção que mais tem utilizado.

A actualização, o desenvolvimento e a qualificação profissional das pessoas e das organizações são instrumentos utilizados pela EPAR para realizar os seus objectivos e consubstanciar a sua Missão. O suporte à empregabilidade e quaisquer outras formas de inserção e valorização das pessoas, constituem as suas áreas de intervenção primordiais.

Do ponto de vista estratégico, a EPAR tem definidos objectivos que são fundamentais à sua afirmação no mercado e ao reforço e saneamento da sua situação financeira, dado o facto de, na sua maioria, desenvolver projectos e programas co-financiados por fundos comunitários e/ou pelo Estado Português.

-Procura e análise de novas Parcerias que potenciem o reforço e a complementaridade de competências da EPAR e/ou da sua descentralização, nomeadamente através da sua internacionalização;

-Homologação de Cursos que confirmam a dupla certificação, qualificação profissional e/ou equivalência académica.

-Criação de segmentos de actividade novos que reforcem a posição da EPAR no Ensino, na Formação e na Inserção e que se relacionem com estas actividades

Contactos

Sede: Rua do Paraíso, n.º 1 - 5, 1100-396 Lisboa

Telefone: 21 884 41 30 * Fax: 21 888 28 02

E-mail: nataliafox@epar.pt * Website: www.epar.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 01-07-1992

Natureza Jurídica: Cooperativa Multisectorial de Ensino e Solidariedade

Diário da República, nº 166, III Série, de 20-07-1995

Responsável máximo: Ana Bela Martins Pereira da Silva, Presidente de Direcção

Países de Actuação: Portugal, Moçambique.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Educação, Ensino, Acção social, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Educação formal, Emprego/Inserção na vida activa, Formação profissional, Pobreza/Exclusão Social, Questões de género.

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Estudantes do Ensino Secundário

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal

Filiação em Organizações e redes

OCPLP

Publicações

tvonline: www.epar.tv



FCL – Fundação Cidade de Lisboa

A ONGD

A Fundação Cidade Lisboa é uma Instituição de Direito Privado, constituída por Escritura Pública em 10 de Janeiro de 1989 e reconhecida por Portaria publicada no Diário da República, II Série, nº 92, de 20/04/89;

É uma Instituição de Utilidade Pública, por Declaração publicada no Diário da República, II Série, nº 166, de 21/07/89;

As suas actividades foram reconhecidas de superior interesse cultural pelo Ministério da Cultura, estando, assim, ao abrigo da Lei do Mecenato;

É uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento, reconhecida como tal pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento;

Está acreditada como entidade formadora pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social;

Está representada no Conselho de Administração e de Patronos da Fundação Arpad Szénes-Vieira da Silva e é membro fundador da Fundação Portugal - África;

É membro do Centro Português de Fundações, do European Foundation Centre e da Plataforma das ONGD Portuguesas;

Tem como seu Presidente Honorário, S. Exa. o Presidente da República.

A Fundação Cidade de Lisboa surgiu da iniciativa do Engº Nuno Krus Abecasis e do empenhamento cidadão de vinte e três personalidades, que aceitaram o encargo de construir, valorizar e divulgar a Cidade, as suas ligações com Portugal e com outras cidades do mundo, tornando-a, cada dia mais, um grande e aberto centro de convívio e de realização pessoal, aproximando todos os falantes da língua de Camões, não só pela expressão, mas também pelos profundos sentimentos humanitários partilhados e que em todos se manifestam.



Missão

Tem como objecto a promoção e defesa dos valores culturais, artísticos, monumentais, turísticos, etnográficos, educativos e sociais da Cidade de Lisboa, bem como o estímulo ao estudo da realidade urbana em geral e o desenvolvimento de relações e intercâmbio entre Lisboa e outras cidades, a nível nacional e internacional, nomeadamente com as de língua oficial portuguesa ou em que vivam significativas comunidades portuguesas.


Metas e Objectivos

Desde a sua criação, em 1989, que a Fundação Cidade de Lisboa assumiu como valores orientadores da sua actuação a promoção da língua e da cultura portuguesa, a valorização da diversidade cultural lusófona, o reforço da coesão social e a formação e qualificação das pessoas.

Dando cumprimento a esses objectivos, desenvolve, desde 1990, o projecto “Colégio Universitário da Cooperação - Nuno Krus Abecasis” que concede bolsas de estudo a estudantes oriundos dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, alojando-os em residência própria, preparando-os académica e culturalmente para regressarem aos seus países de origem e aí exercerem a sua actividade profissional, desempenhando uma verdadeira e eficaz acção motora no sentido de dinamizar a sociedade e de contribuir, tanto quanto possível, para o desenvolvimento auto-sustentado dos seus países.

O projecto concedeu até ao momento um total de 580 bolsas de estudo. Inclui a frequência obrigatória de um programa cultural organizado pela F.C.L., e, ainda, a componente profissional, através da realização de estágios de trabalho junto de empresas e instituições ligadas ao projecto. Destina-se a jovens a frequentar cursos superiores em universidades sediadas na área metropolitana de Lisboa.

Em Fevereiro de 2010, deu início ao projecto “Formar no Feminino”, na Ilha de Santo Antão, direccionado para as mulheres mais desfavorecidas e desempregadas, visando a formação/capacitação nas seguintes áreas: monitoras de apoio à primeira infância,



promotoras de saúde sexual e reprodutiva e em empreendedorismo. As três formações incluem uma componente de sensibilização em saúde materno-infantil. Espera-se, com estas acções reduzir a pobreza, aumentando a capacidade de empregabilidade feminina.

No âmbito da divulgação e do ensino da língua portuguesa, realiza em Goa, nas cidades de Panjim e Margão, desde há 14 anos consecutivos, cursos de português, língua e cultura e, a partir de 2010, estende estes cursos às cidades de Calangute e Mapussá;

No campo editorial, a Fundação Cidade Lisboa entende, desde o seu início, ser sua missão revelar, através da publicação de livros, as razões profundas do modo dos portugueses estarem no Mundo e de terem sido capazes de criar, através dos séculos, formas de convívio com outros povos. Nesse sentido, têm sido dadas à estampa várias obras de reconhecido valor.

Para além dos projectos próprios, a Fundação Cidade de Lisboa tem apoiado inúmeros projectos de carácter sociocultural realizados tanto em Portugal como nos PALOP e em Goa sempre que os mesmos se revelarem importantes no desenvolvimento e na ajuda das populações carenciadas, tendo sempre em conta os seus fins estatutários.

Contactos

Sede: Campo Grande, 380 - 1700-097 Lisboa

Telefone: 21 756 82 41 * Fax: 21 756 82 48

E-mail: fcl@fundacaocidadedelisboa.pt

Website: www.fundacaocidadedelisboa.pt

Dados Institucionais

Data da criação: Janeiro de 1989

Natureza Jurídica: A Fundação Cidade Lisboa é uma Instituição de Direito Privado, constituída por Escritura Pública em 10 de Janeiro de 1989 e reconhecida por Portaria publicada no Diário da República, II Série, nº 92, de 20/04/89;

É uma Instituição de Utilidade Pública, por Declaração publicada no Diário da República, II Série, nº 166, de 21/07/89;

Responsável máximo: Eng^o Álvaro Pinto Correia - Presidente do Conselho de Administração

Países de Actuação

Portugal, Índia – Goa, Cabo Verde.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Formação, Acção cultural, Acção social, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Cultura, Educação formal, Educação não formal/alfabetização, Emprego/Inserção na vida activa, Formação profissional, Pobreza/Exclusão Social.

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade Educativa alargada (Estudantes universitários, outros estudantes e profissionais de várias áreas), Mulheres carenciadas e desempregadas.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal – 7, Colaborador expatriado – 1, Colaboradores deslocados em Goa, 5 meses/ano – 2.

Filiação em Organizações e redes

Centro Português de Fundações e Plataforma Portuguesa das ONGD

Publicações

Edição de livros sem periodicidade certa



FEC – Fundação Fé e Cooperação

A ONGD

A FEC, criada pela Igreja Católica em Portugal - Conferência Episcopal Portuguesa, Confederação Nacional dos Institutos Religiosos e Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos - surge no contexto das celebrações dos cinco séculos de acção missionária da Igreja Católica em Portugal, decorridas entre 1990 e 2000, no âmbito do encontro e reencontro dos povos da lusofonia e do seu relacionamento, fruto de uma história comum e da contínua e profunda acção desenvolvida pelos missionários ao longo de décadas junto das populações dos países lusófonos.

Numa primeira fase a FEC esteve ligada às celebrações comemorativas, mas à medida que a década das Comemorações se aproximou do fim, a FEC assumiu a continuação desse relacionamento entre comunidades e Igrejas, através de actividades e projectos de desenvolvimento nos países de expressão portuguesa.

Missão

Inspirados pelo Evangelho e pela Doutrina Social da Igreja Católica a nossa missão é: promover o desenvolvimento humano integral através da cooperação e solidariedade entre pessoas, comunidades e Igrejas.

A nossa Missão alicerça, estrutura e fundamenta o trabalho que realizamos no quotidiano, juntamente com os nossos parceiros. Face a um número crescente de solicitações nas mais variadas áreas e o surgimento de múltiplas oportunidades em vários campos, queremos que a nossa missão seja instrumento de discernimento e de tomada decisão. O fundamento e razão de ser de cada projecto ou iniciativa serão, em última análise, a missão da FEC.

Enquanto organismo da Igreja Católica em Portugal, a FEC realiza a sua missão operando como uma ampla rede de diálogo, mobilização, cooperação e sensibilização entre pessoas, comunidades e Igrejas - em particular dos países lusófonos - através de duas áreas de actuação: Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o

Desenvolvimento & Advocacia Social

Metas e Objectivos

1 - Cooperação para o Desenvolvimento: OBJECTIVO ESTRATÉGICO - Construir parcerias sólidas e de longa duração que garantam a sustentabilidade das intervenções.

1.1. - Educação - OBJECTIVO ESPECÍFICO - Reforçar o acesso à educação de qualidade, formal e não formal, das comunidades mais desfavorecidas.

1.2. - Capacitação Institucional - OBJECTIVO ESPECÍFICO - Reforçar os conhecimentos e competências dos parceiros no âmbito do ciclo do projecto e áreas técnicas.

1.3. - Saúde - OBJECTIVO ESPECÍFICO - Melhorar o acesso das comunidades mais desfavorecidas a serviços de saúde de qualidade, em particular cuidados de saúde primários.

2 - Educação para o Desenvolvimento & Advocacia Social - OBJECTIVO ESTRATÉGICO - Sensibilizar e mobilizar a sociedade portuguesa para a justiça social e o desenvolvimento sustentável

Contactos

Sede: Quinta do Cabeço, Porta D, 1885-076 Moscovide, Portugal

Telefone: +351.21.886.17.10 * Fax: +351.21.886.17.08

E-mail: geral@fecongnd.org * Website: <http://www.fecongnd.org>

Dados Institucionais

Data da criação: 12-06-1990

Natureza Jurídica: PCUP - Fundação

Diário da República, nº 18, III Série, de 22-01-1993

Responsável máximo: Jorge Líbano Monteiro - Administrador Executivo

Países de Actuação

Guiné-Bissau, Angola, Portugal.



Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Advocacia Social.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Guiné-Bissau; Angola

Educação formal – Guiné-Bissau; Angola

Educação não formal/alfabetização – Guiné-Bissau; Angola

Emprego/Inserção na vida activa – Guiné-Bissau;

Formação profissional – Guiné-Bissau;

Pobreza/Exclusão Social – Guiné-Bissau; Angola

Questões de género - Guiné-Bissau; Angola

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Guiné-Bissau; Angola

Saúde – Guiné-Bissau; Angola

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade Educativa Alargada (Professores, inspectores escolares, alfabetizadores), Organizações da sociedade civil dos países em desenvolvimento, Recursos Humanos de Saúde, Comunidades locais.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal – 10, Colaboradores no terreno – 46 = 39-GB + 7-Angola, Cooperantes – 10 GB, Estagiários – 1, Voluntários – 2.

Filiação em Organizações e redes: CIDSE

Publicações

Newsletter quinzenal - via mail (5000 endereços)

BIL - Boletim Igrejas Lusófonas - semestral - 1500 exemplares

Boletim + Escola - anual - 1500 exemplares



FOM – Fundação Oliveira Martins

A ONGD

Criada em 1976 com o objectivo de promover a evolução do Povo português no sentido da consolidação crescente da democracia e fomentar o entendimento e a colaboração entre os povos, mormente pela prática da democracia e o respeito pelos direitos do homem.

Metas e Objectivos

- a) Promover acções de formação, designadamente, económica e social;
- b) Apoiar e incentivar a investigação nos campos das ciências económicas, sociais e políticas, especialmente nos domínios mais relevantes para o estudo e conhecimento da realidade social portuguesa;
- c) Promover a publicação de obras científicas ou doutrinárias nos domínios próprios da sua actividade;
- d) Dar o devido apoio a tarefas e projectos de investigação e acção social;
- e) Apoiar moral e financeiramente estudantes ou investigadores sem recursos suficientes;
- f) Promover a cooperação internacional nos domínios de que se ocupa.

Contactos

Sede: Rua Rodrigo da Fonseca, nº 17 - 1º Dto., 1250-189 Lisboa

Telefone: 213 879 132 * Fax: 213 859 897

Dados Institucionais

Data da criação: 1976

Natureza Jurídica: Fundação

Diário da República, nº 282, III Série, de 03/12/1976

Responsável máximo: Rui Chancerelle de Machete, Presidente do



Conselho de Administração

Países de Actuação

Portugal

Áreas de actuação

Educação para o Desenvolvimento, Formação, Acção social, Educação,
Saúde



Fundação Bomfim

A ONGD

A Fundação Bomfim é uma Fundação de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, reconhecida em Diário da República como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública. Fundada em 1993 pela Igreja Evangélica Baptista de Braga, estamos localizados no centro histórico da cidade de Braga, próximo de 2 Bairros Sociais que apresentam problemáticas sociais.

O nosso trabalho diário e a nossa razão de ser são apoiar e ajudar os mais desfavorecidos tanto na área da Infância como na Terceira Idade.

A Fundação Bomfim desenvolve trabalho social em Braga e Guimarães, apoiando cerca de 130 crianças e jovens, dos 0 aos 18 anos, através de valências como a Creche, Jardim-de-infância e Lares de acolhimento para crianças e jovens de risco. Ao nível da Terceira Idade apoiamos cerca de 110 idosos carenciados através de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

Em 15 de Outubro de 2004 obtive o reconhecimento oficial de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). Presentemente está no planalto central de Angola com um projecto de desenvolvimento comunitário na Missão de Etunda (província de Huambo) onde apoia a população local nas suas necessidades básicas que incluem as cinco vertentes do projecto CESTA (Construção, Educação, Saúde, Testemunho e Agricultura).

Paralelamente à área social, a Fundação Bomfim possui em Braga uma escola de ensino artístico especializado de música com 380 alunos, tendo sido acolhida pela Câmara Municipal de Braga, com protocolo assinado a 17 de Outubro de 2008, para vir a ocupar a nova escola de Música do Mercado Cultural do Carandá.

Missão

A Fundação Bomfim sendo uma organização cristã tem por missão promover o desenvolvimento pessoal, social, espiritual e artístico de

●
●
●
●

peçoas de todas as idades.

Metas e Objectivos

Para o ano de 2010 temos dois objectivos principais para o projecto CESTA em Angola: a melhoria das instalações para prosseguimento das actividades da exploração agro-pecuária montada ao nível da Agricultura e na área da Educação o apoio complementar ao ensino escolar; por outro lado iremos desenvolver iniciativas que promovam a sustentabilidade do projecto CESTA / Leite Escolar.

Contactos

Sede: Rua da Boavista, n.º 152 - 154, 4700-416 Braga, Portugal

Telefone: 253271267 * Fax: 253216236

E-mail: info@bomfim.org * Website: www.bomfim.org

Dados Institucionais

Data da criação: 15-02-1993

Natureza Jurídica: Fundação de Solidariedade Social

Diário da República, n.º 75 - 2ª série, III Série, de 17 de Abril de 2009

Responsável máximo: Silas Esteves Pego, Director Geral e Vice-Presidente do Conselho Directivo

Países de Actuação

Angola - Província de Huambo - Missão da Etunda

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Acção cultural, Acção social, Educação, Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Angola

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Angola

Educação não formal/alfabetização – Angola

Emprego/Inserção na vida activa – Angola

Pobreza/Exclusão Social – Angola

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Angola

Saneamento/água - Angola

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Aldeia da Etunda - cerca de 100 famílias

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal: 2, Colaboradores no terreno: 2,
Cooperantes: 2, Voluntários: 5.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD, CNIS, EAPN, CLAS, Rede Social,
Associação Portuguesa de Educação Musical.

Publicações

Caracterização do Publicações ou outros materiais produzidos pela
ONGD (tipo de publicação, periodicidade, distribuição)

Boletim Bomfim - newsletter de periodicidade trimestral



Fundação Champagnat

A ONGD

Nasceu do diálogo e reflexão de Irmãos Maristas e leigos, que tinham como objectivos: promover a melhoria da qualidade educativa e contribuir para a promoção e assistência dos que mais precisam.

Missão

Contribuir para a promoção da melhoria de condições de vida dos mais carenciadas, em especial crianças e jovens. Promovendo educação de qualidade e formação permanente a agentes educativos. Colaborar na educação para o desenvolvimento e solidariedade com os países em vias de desenvolvimento, em especial os PALOP, em resposta às suas necessidades, mediante a organização e realização de programas comuns.

Metas e Objectivos

- a) Promover, criar, gerir, apoiar escolas e outros centros educativos de qualquer grau e tipo de ensino, dotando-os, total ou parcialmente de todos os meios possíveis e necessários;
- b) Realizar cursos e trabalhos de formação e aperfeiçoamento de pais e professores, organizar seminários e conferências relacionados com a educação.
- c) Conceder apoio moral e financeiro a estudantes e professores sem recursos suficientes;
- d) Promover e dinamizar a realização de todo o tipo de actividades de carácter cultural, social e religioso;
- e) Promover e dinamizar a realização de estudos e publicações de obras sobre temas educativos, sociais, culturais e religiosos;
- f) Desenvolver actividades nas áreas de formação, educação e assistência que contribuam para a integração social de deficientes e marginalizados;
- g) Preparar, formar e enviar cooperantes e voluntários para os países em vias de desenvolvimento, em especial para os PALOP;

h) Fomentar a criação de grupos de voluntariado social, organizar campanhas de solidariedade, ajudar e promover a assistência a pessoas ou a grupos mais necessitados, incluindo marginalizados;

i) Implementar projectos de intervenção social que visem a formação e promoção de grupos desfavorecidos;

j) Promover a cooperação internacional nos domínios de que se ocupa.

Contactos

Sede: Estrada de Benfica, nº 372

Telefone: 217780073

E-mail: funda_champagnat@maristascompostela.org

Website: <http://www.fundacaochampagnat.org/>

Dados Institucionais

Data da criação: 1995

Diário da República, nº 176, III Série, de 13 de Setembro de 2005

Responsável máximo: António Neves Leal

Países de Actuação

Moçambique.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Formação, Acção social, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Nivava - Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Moçambique e Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade educativa dos Colégios Maristas de Lisboa e Carcavelos,



Estudantes do ensino superior.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Cooperantes, Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD, Plataforma Voluntariado Missionário, União Distrital das IPSS, Conselho Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Irmãos Maristas

Publicações

Boletim trimestral da Fundação, Newsletter Mensal da Casa da Criança de Tires



Fundação Gonçalo da Silveira (FGS)

A ONGD

A FGS foi constituída em Abril 2004, com o intuito de coordenar o apoio às missões dos jesuítas, nomeadamente a angariação de fundos e elaboração de projectos a implementar pelos missionários. A sua actuação, nesta área do Apoio ao Desenvolvimento, tem-se concentrado em África e Timor Leste. Desde 2006 actua em Portugal, no âmbito da Educação para o Desenvolvimento, com a Campanha educativa “M-Igual?”. Em Dezembro de 2004 torna-se um dos membros fundadores da Fundação Rede Xavier, com outras 5 instituições jesuítas europeias congéneres, ficando responsável pelo acompanhamento dos projectos em Moçambique. Paralelamente promove 2 campanhas de apoio humanitário de emergência e, em 2007, desenvolve duas campanhas de advocacia, por Darfur e pelos Acordos Parceria Económica. Em 2008 passa a ser a responsável em Portugal pela coordenação da Campanha Global pela Educação.

Missão

Contribuir para o desenvolvimento humano integral, em especial nas comunidades mais desfavorecidas dos países lusófonos, principalmente através do apoio às Missões jesuítas, e também pela sensibilização para uma sociedade mais comprometida.

Metas e Objectivos

Obj 1. Lutar contra a pobreza e pela melhoria das condições de vida das comunidades mais desfavorecidas, em particular nos países lusófonos.

Obj 2. Promover o conhecimento e sensibilidade para os problemas do desenvolvimento que conduzam a uma cidadania activa e solidária.

Contactos

Sede: Estrada da Torre, 26 | 1750-296 Lisboa

Telefone: +351 217 541 627/ 217 541 620 * Fax: +351 217 541 629

E-mail: geral@fgs.org.pt * Website: www.fgs.org.pt



Dados Institucionais

Data da criação: Abril de 2004

Natureza Jurídica: ONGD

Diário da República, nº 175, III Série, de 27 julho 2004

Responsável máximo: Teresa Paiva Couceiro - Presidente de Direcção

Países de Actuação

Países ou áreas geográficas onde a ONGD desenvolve projectos e/ou acção, Portugal, Moçambique, Angola, Quénia, Timor Leste, Burkina Faso.

Áreas de actuação

Ajuda de Emergência, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Angola e Quénia

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Educação formal – Portugal, Timor Leste e Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Moçambique, Angola e Quénia

Saneamento/água - Moçambique

Segurança alimentar - Moçambique

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Mulheres, Comunidade educativa alargada, Crianças e Adolescentes, Comunidades rurais e aldeias isoladas, Políticos e meios de comunicação.



Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal – 7, Estagiários – 2, Voluntária – 1.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD, Fundação Rede Xavier, Plataforma por Darfur, Campanha Global pela Educação

Publicações

E-newsletter trimestral, artigos mensais em diversas publicações, materiais didácticos disponíveis na internet, folhetos informativos.

Fundação Teresa Regojo para o Desenvolvimento

A ONGD

Perante a progressiva degradação do Hospital de Marrere, verificada a exiguidade dos meios técnicos disponíveis, sobretudo ao nível do saneamento, com o conseqüente impacto nas condições de atendimento e internamento dos doentes, a inoperância do sistema de saneamento, acrescido do relevante facto de não haver fornecimento de água desde o ano de 2002 que contribuiu para a existência de um ambiente insalubre no Hospital, a Fundação Teresa Regojo para o Desenvolvimento lançou mão na reabilitação do Hospital de Marrere que assenta no Acordo assinado com a Arquidiocese de Nampula relativo à gestão do mesmo Hospital, que lhe foi atribuída por Acordo com o Ministério da Saúde.

Face à insustentabilidade do Hospital de Marrere por inexistência de verbas por parte da Arquidiocese de Nampula e ao exíguo apoio do Governo moçambicano, é intenção da Fundação Teresa Regojo para o Desenvolvimento implementar um projecto agro-pecuário que possibilite:

- Alimentação variada e com qualidade aos doentes hospitalizados;
- Aquisição e manutenção de equipamentos hospitalares;

Para que este projecto seja possível a Fundação efectuou vários contactos com as Autoridades Locais nomeadamente com o Presidente do Município de Nampula e com o Governador da Província.

Este Projecto agro-pecuário foi merecedor do melhor acolhimento das referidas autoridades e, a atestá-lo, o Município de Nampula comunicou à Fundação a sua satisfação e motivação para a implementação do referido Projecto ligado ao desenvolvimento rural das áreas circundantes à Missão de Marrere.

O Conselho Municipal afirma-se disposto a discutir todos os vectores do Projecto incluindo a questão do reassentamento das populações que se acharem abrangidas pela implementação do Projecto agro-pecuário.de.



Missão

A Fundação foi constituída para a prossecução de fins humanitários de interesse colectivo, de utilidade pública e de solidariedade social, vocacionada fundamentalmente para a promoção e desenvolvimento de acções de apoio nas áreas da saúde, educação, sócio económica e cultural e assistência de pessoas ou povos carenciados.

As áreas de actuação compreendem todas as formas de ajuda (promoção, subsídio, contribuição, participação, realização e compra) a qualquer projecto que permita atingir os objectivos ou finalidades da Fundação independentemente do país, nacionalidade, religião ou raça dos beneficiários, com especial atenção para os meninos de rua.

Metas e Objectivos

Promover o desenvolvimento integrado dos povos, apostando no reforço das iniciativas realizadas por organizações idóneas e sempre que se afigure pertinente, apresentar novos projectos que visem colmatar situações gravosas e sem qualquer tipo de apoio.

Contactos

Sede: Rua do Desterro nº 31 1069-200 Lisboa

Telefone: 218854000 * Fax: 218850446

E-mail: jose.carreira@regojop.pt * Website: www.ftregojop.org

Dados Institucionais

Data da criação: Dezembro 2003

Natureza Jurídica: ONGD

Diário da República, nº 63, III Série, de , de 31 de Março de 2005

Responsável máximo: Teresa Regojop Otero, Presidente

Países de Actuação

Portugal, Moçambique, Angola.



Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Saúde; Agro-Pecuária, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Moçambique

Saneamento/água - Moçambique

Saúde - Moçambique

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores no terreno, Cooperantes, Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa ONGD



G.A.S. Porto – Grupo de Acção Social do Porto

A ONGD

O G.A.S. Porto surge em Dezembro de 2002 da vontade de 5 amigos, estudantes universitários, em criar no Porto um movimento de acção humanitária que fosse ao encontro das realidades sociais necessitadas aí existentes. Guiado pelo lema “Estamos Juntos”, o G.A.S. Porto tem vindo a desenvolver projectos de acção social não só no Porto (estando presente já em 11 instituições), mas actua também, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, em Moçambique, Timor-Leste e nas áreas de maior isolamento em Portugal. Em 2010, Cabo Verde passa também a fazer parte dos países onde o G.A.S. Porto actua. Em 2007, o grupo é apresentado no enquadramento legal de estatuto de ONGD e passa a dividir-se em dois grupos: o Grupo de Jovens e o G.A.S. Abrigo.

Missão

Criar uma Escola de Vida vocacionada para a Ajuda e Desenvolvimento Humano em Portugal e nos Países em Vias de Desenvolvimento contribuindo para um mundo melhor.

Metas e Objectivos

- 1.Responder a necessidades primárias;
- 2.Melhorar o Desenvolvimento Humano;
- 3.Desenvolver o conceito do Apoio Humanitário na sociedade.

Contactos

Sede: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, sala B(-)107, Rua Dr. Roberto Frias s/n 4200-465 Porto

Telefone: 93 897 30 26

E-mail: gabinete.apoio@gasporto.org * Website: www.gasporto.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 2002

Natureza Jurídica: ONGD

Diário da República, nº 1, III Série, de 02/01/2006

Responsável máximo: Sérgio Guedes Silva, Presidente

Países de Actuação

Portugal, Moçambique, Timor-Leste, Cabo Verde.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Formação; Acção social; Educação; Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal, Moçambique

Cultura – Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Educação formal – Timor-Leste

Educação não formal/alfabetização – Portugal, Moçambique, Timor-Leste e Cabo Verde

Emprego/Inserção na vida activa – Moçambique

Formação profissional – Timor-Leste

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Moçambique

Saneamento/água - Moçambique

Saúde – Moçambique e Timor

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade Educativa Alargada, Crianças Órfãs e Vulneráveis, Pessoas portadoras de doenças infecto-contagiosas (HIV/Sida e Tuberculose), Idosos, Pessoas portadoras de deficiência Mental, Pessoas em situação de exclusão social (sem-abrigo, ex-toxicodependentes, etc.).



Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Voluntários, Estagiários, Colaboradores no terreno, Recursos humanos expatriados, Colaboradores em Portugal.

Filiação em Organizações e redes

Universidade do Porto, FEC

Publicações

Revista “maGASine”, quadrimestral, 1000 exemplares a distribuir por colaboradores e parceiros



GRAAL – Associação de Carácter Social e Cultural

A ONGD

O Graal é um movimento internacional de mulheres fundado na Holanda nos anos 20, que chegou a Portugal em 1957. Constituiu-se como associação de carácter social e cultural em 1977, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública em 1985. Nos mais de 50 anos de presença em Portugal, as mulheres do Graal empenharam-se em projectos que promovem a qualidade de vida das pessoas e das comunidades quer na sociedade portuguesa quer nos países de língua oficial portuguesa.

Missão

A missão do Graal situa-se ao nível da transformação do mundo numa comunidade global de justiça e paz.

Metas e Objectivos

Promover a solidariedade entre diferentes culturas, etnias, religiões e gerações; promover iniciativas de combate à pobreza, às desigualdades e à iliteracia socio-económica, estimulando em particular a intervenção das mulheres na transformação social; introduzir valores de ordem ética nas tarefas de ordem técnica, social e cultural.

Contactos

Sede: Rua Luciano Cordeiro, n.º 24-6.º A | 1150 - 215 Lisboa

Telefone: 21 354 68 31 * Fax: 21 314 25 14

E-mail: graal@graal.org.pt * Website: www.graal.org.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 29/12/1977

Natureza Jurídica: associação de carácter social e cultural

Diário da República, n.º 52, III Série, de 03/03/1978 e DR n.º125, III série de 2/06/1986

Responsável máximo: coordenação nacional: Ana Maria Nunes



Ribeiro Oom, Celeste Isabel de Sousa Lopes e Maria do Loreto Paiva Couceiro

Países de Actuação

Portugal Continental e Ilhas, Angola, Cabo Verde, Moçambique.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Formação; Acção cultural; Acção social; Educação; Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Cultura – Cabo Verde e Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Angola

Migrações – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal, Angola

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Angola

Questões de género – Portugal, Angola e Moçambique

Saúde – Portugal

Xenofobia – Portugal

Diálogo inter-religioso - Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidades locais, Mulheres, Imigrantes, Jovens profissionais, Público em geral.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradoras em Portugal, Colaboradoras no terreno, Cooperantes, Estagiárias, Voluntárias.

Filiação em Organizações e redes

Conselho Consultivo do Conselho Económico e Social das Nações Unidas; União Fraternal de Raças e Povos; Secção das ONG's do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de



Género; Plataforma Portuguesa das ONGD; Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres; Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal; Entidade formadora reconhecida pela Direcção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Publicações

As publicações e materiais produzidos foram elaborados no âmbito de projectos desenvolvidos nas áreas da conciliação trabalho/família e da discriminação racial e xenofobia. Destinam-se ao público em geral e a sua distribuição é gratuita.



GTO LX – Grupo de Teatro do Oprimido

A ONGD

O GTO LX é uma Associação Sem fins Lucrativos, de direito privado, com sede em Lisboa.

Fundado em 2004, trabalha desde essa data com a metodologia de Teatro do Oprimido como ferramenta para a mudança da sociedade.

Desde a sua fundação, que o GTO LX desenvolve vários projectos na área da intervenção comunitária. Em 2005, o GTO LX integrou a parceria de desenvolvimento do projecto DiverCidade, financiado pela Iniciativa comunitária EQUAL, sendo distinguido, em 2008, uma menção honrosa Projectar Um Novo Futuro, prémio destinado a reconhecer os melhores produtos e soluções EQUAL, tendo sido avaliadas características como o grau de inovação, a consistência e solidez, a flexibilidade, o valor demonstrado e o potencial de transferibilidade das soluções. Neste projecto, o GTO LX foi responsável pelo empowerment comunitário através da técnica do Teatro Fórum que assenta na criação colectiva de espectáculos onde são focadas e apresentadas as problemáticas dos públicos, fomentando, desta forma, o empowerment social através da partilha da realidade apresentada.

Desde o final de 2008 que o GTO LX tem vindo a intensificar o número de territórios onde desenvolve o seu trabalho, destacando-se o trabalho desenvolvido nos concelhos de Lisboa, Amadora, Moita e Barreiro.

A par dos projectos de carácter local desenvolvidos em território português, têm sido desenvolvidas diversas actividades e/ou parcerias com grupos congéneres que desenvolvem trabalho com recurso ao Teatro do Oprimido, nomeadamente com grupos de Moçambique, Brasil, Palestina, Reino Unido, França, Alemanha, entre outros.

O GTO LX é, desde 2009, membro da Fundação Anna Lindh e reconhecido como ONGD



Missão

Construir uma sociedade mais justa e plural, onde cada cidadão possa participar de forma activa e consciente nos processos de tomada de decisão que afectam a sua vida é a grande missão do GTO LX.

Metas e Objectivos

Implementar a metodologia participativa do Teatro do Oprimido junto de populações desfavorecidas, nas organizações do terceiro sector e na sociedade em geral, como ferramenta de promoção do empowerment individual, capaz de fomentar espaços comunitários de reflexão, debate e exploração de estratégias de actuação que sejam a base do exercício de uma cidadania activa e responsável.

Contactos

Sede: Travessa do corpo santo, 21, 2º, 1200 - 131 LISBOA

Telefone: +351 213 476 319

E-mail: geral@gtolx.org * Website: www.gtolx.org

Dados Institucionais

Data da criação: 03 Outubro 2005

Natureza Jurídica: Associação Sem Fins Lucrativos

Diário da República, nº 229, III Série, de 29 de Novembro de 2005

Responsável máximo: Gisella Mendoza - Directora Artística

Países de Actuação

Portugal

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Acção cultural, Acção social, Educação, Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal

Cultura – Portugal



Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal

Formação profissional – Portugal

Migrações – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Questões de género - Portugal

Saúde - Portugal

Xenofobia - Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Jovens afro-descendentes em situação de exclusão, Idosos, Pessoas com doença mental, Mulheres, Comunidade LGBT, Outros grupos/comunidades em situação de exclusão.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Colaboradores fora de Portugal, Multiplicadores, Estagiários, Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Membro da Rede Portuguesa da Fundação Anna Lindh

Publicações

Newsletter 4 vezes ano + envio de informação via mailing list com cerca de 8000 contactos.

Divulgação através de redes sociais

Divulgação através de website - <http://www.gtolx.org>

IED- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

A ONGD

O IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento é uma instituição sem fins lucrativos que se dedica à investigação, formação e reflexão nos domínios político, económico, social e educativo.

Fundado em Lisboa, a 19 de Fevereiro de 1979, foi reconhecido como pessoa colectiva de utilidade pública, a 8 de Junho de 1982 e como ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento em 1985. Está registado desde Setembro de 1999 com o número 6626/99 no Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD, ao abrigo da Lei 66/98 de 14 de Outubro, que aprova o Estatuto das ONGD.

A actividade do IED é apoiada pelo recurso a financiamentos de Fundações, Agências Governamentais, organismos internacionais e nacionais, sendo legítimo destacar os financiamentos oriundos da União Europeia, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e da Fundação Calouste Gulbenkian.

Ao longo da sua existência tem contado com a colaboração de um largo número de especialistas no desenvolvimento de projectos e de acções de formação e de cooperação, associando às actividades, sempre que oportuno, académicos, investigadores e políticos portugueses e estrangeiros.

O Instituto trabalha igualmente no domínio da cooperação, nomeadamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e em resultado dessa actividade estão presentemente em funcionamento, em Angola, o Centro de Formação Profissional Fadário Muteka no Huambo, o Centro de Formação Profissional do Lobito e o Centro de Formação Profissional de Luanda e na Guiné-Bissau a Escola de Artes e Ofícios do Bairro do Quelele, em Bissau.

Em Angola, nos Centros reabilitados, o IED realizou projectos de formação profissional e promoção de micro-empresas para soldados desmobilizados, com o apoio da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e concluiu projectos de qualificação de formadores e de




formação profissional para o auto-emprego no Huambo, no Lobito e em Luanda, e ainda, um projecto de reabilitação comunitária de uma comunidade piscatória em Benguela.

Na Guiné-Bissau, o IED desenvolveu projectos de formação profissional sob a forma de “Escola de Artes e Ofícios”. No Paraguai concluiu um projecto de “Apoio à Modernização Institucional do Paraguai”.

Na esfera nacional, muitos projectos têm sido realizados em colaboração com outras instituições e financiados por entidades governamentais, principalmente nas áreas das relações externas, da indústria e energia e da educação, tais como:

- Colóquio “As diásporas indianas contemporâneas originárias do espaço lusófono e das suas fronteiras”;
- Estudos “Género e Comportamento Eleitoral - o eleitorado português e a actividade política das mulheres”;
- Estudos “Populações no Concelho da Amadora”, “Estudo de Avaliação da Cooperação com Cabo Verde no Domínio do Ensino Superior”;
- Estudos “Caracterização da Comunidade Minoritária do Concelho de Vila Franca de Xira”;
- Estudos “Cidadania, Autoridade e Investigação – análise de práticas de democracia em sede escolar”;
- Estudos “Qualidade e Transparência – Análise dos Processos e Resultados de Garantia da Qualidade”;
- Projecto “Debate e Informação sobre o Futuro da Europa” e o “Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar da Intervenção Estrutural de Iniciativa Comunitária Equal”.

Actualmente, o IED desenvolve acções de Formação na Região do Alentejo. Trata-se de dois Cursos de Educação e Formação de Adultos (CEFA) – Agente em Geriatria e Assistente Familiar e de Apoio e à Comunidade a decorrerem em Évora, Estremoz, Beja e Sines. Estas acções são co-financiadas pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado



Português, no âmbito do POPH/QREN (Programa Operacional do Potencial Humano/ Quadro de Referência Estratégico Nacional).

No decorrer deste ano o IED promoveu também, no âmbito do POPH/QREN, acções de formação integrada em Igualdade de Género - “Inovar nas Associações CPLP”, Tipologia 9.7.4 – Apoio a Projectos de Formação para públicos estratégicos. Estas acções destinaram-se a dirigentes e activistas de Associações CPLP com sede em Portugal.

Para além da cooperação e da formação, o IED trabalha igualmente no domínio da pesquisa, investigação técnica e da educação para o desenvolvimento, sendo a actividade de edição uma das que tornou o Instituto mais conhecido nos meios científicos e universitários tendo, até ao momento, mais de 80 títulos publicados.

A divulgação pública das actividades do IED é assegurada pela publicação de resultados, em colecções diversas – Colecções ‘Estudos para o Desenvolvimento’, Cadernos ‘IED’, Cadernos ‘Juventude’, Colecção ‘Educação’, Colecção ‘CEE/IED’ – em edições especiais em colaboração com outras entidades e, ainda, pela publicação da Revista ‘Desenvolvimento’, iniciativas que têm contribuído para o profuso acervo bibliográfico constituído pelo IED ao longo da sua história, e que o consagraram uma referência no capital literário, educativo e sócio-cultural português produzido nas últimas décadas.

Missão

O IED visa promover a melhoria das relações entre os povos, estudando e ajudando a superar todas as formas de intolerância e discriminação e colaborando na defesa dos direitos dos povos e dos indivíduos e de um ambiente equilibrado.

Metas e Objectivos

A associação foi constituída com a finalidade de fomentar o estudo e a reflexão sistemática sobre temas relacionados com o desenvolvimento económico, social e cultural do País, elaborando propostas concretas para o progresso da sociedade portuguesa numa perspectiva de socialismo democrático. Para tal, o IED promove:

a) a elaboração de estudos de investigação sobre a relação entre os

aspectos sócio-económicos e culturais e o comportamento político do País;

b) a elaboração de estudos técnico-económicos que visem o esclarecimento de problemas concretos da conjuntura económica e política portuguesa;

c) a promoção e divulgação, por qualquer forma, dos estudos realizados, bem como a organização de apoio documental a todas as actividades da associação e a divulgação da informação sobre todos os aspectos que se incluam no âmbito das finalidades da associação;

d) a formação de técnicos investigadores, recorrendo para isso, quando possível, a programas de cooperação com organismos congéneres.

e) a reflexão e acção sobre o processo de integração europeia;

f) o estudo e promoção de projectos do domínio da cooperação e educação para o desenvolvimento;

g) o apoio e intervenção no domínio da informação, formação e educação para o desenvolvimento;

h) o estudo e apoio ao desenvolvimento sustentável sobretudo da informação, formação e educação ambientais.

Contactos

Sede: Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº 5, 3º B. 1900 - 221 Lisboa

Telefone: 21 847 38 65 * Fax: 21 847 38 66

E-mail: geral@ied-pt.org * Website: www.ied-pt.org

Dados Institucionais

Data da criação: 19 de Fevereiro de 1979

Natureza Jurídica: Pessoa colectiva de utilidade pública

Diário da República, nº 165, III Série, de 20-07-1982

Responsável máximo: Eng. Francisco José Tavares Gordo - Presidente da Comissão Directiva



Países de Actuação

Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné, Moçambique.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Acção social, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Rural/Agricultura – São Tomé e Príncipe

Educação formal – São Tomé e Príncipe

Formação profissional – Portugal

Questões de género – Portugal

Xenofobia – Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade Educativa alargada, Dirigente e activistas de Associações ligadas à CPLP, Dirigentes e activistas de Associações defensores dos direitos das minorias/ apoio à não discriminação.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal, Colaboradores no terreno, Estagiários.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD; ICE – Instituto das Comunidades Educativas; SOLIDAR

Publicações

Revistas:

1. Desenvolvimento - bianual (já não é editada) - 1000 exemplares

Colecção:

1. Estudos para o Desenvolvimento - sem periodicidade fixa (já não é editada) - 1000 exemplares

2. CEE/IED - sem periodicidade fixa (já não é editada) - 1000



exemplares

3. Educação - bianual (já não é editada) - 1000 exemplares

Cadernos:

1. IED - sem periodicidade fixa (já não é editada) - 1000 exemplares

2. Juventude - sem periodicidade fixa (já não é editada) - 1000 exemplares

Relatórios:

1. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio - anual - 300 exemplares

2. World Economic and Social Survey - anual - 300 exemplares

Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI)

A ONGD

O IEEI foi estabelecido em 1980 como uma associação independente e sem fins lucrativos, dedicada à investigação e promoção do debate sobre temas internacionais, da defesa, da segurança e do desenvolvimento.

Nos seus mais de vinte e cinco anos de actividade, o IEEI foi-se consolidando enquanto principal centro de investigação das relações internacionais em Portugal, ajudando a criar a tradição de estudo e de debate nesta área. O IEEI procura integrar o crescente número de licenciados em Relações Internacionais das universidades portuguesa, que constituem actualmente a maior parte do seu pessoal, e iniciou, em 1994, um programa de estágios profissionais.

São inúmeras as conferências e seminários internacionais que o IEEI já organizou, bem como os projectos de investigação realizados, os estudos e publicações. Sendo um Instituto policy-oriented, o IEEI procurou desde o início reunir especialistas e decisores, militares e diplomatas, políticos e jornalistas, estudantes e empresários. Este objectivo tem sido consistentemente mantido ao longo do tempo, e é certamente uma das razões para o sucesso das iniciativas do Instituto e para os resultados específicos que tem conseguido alcançar.

Missão

O IEEI tem por missão promover o estudo dos problemas estratégicos e de todas as questões respeitantes às relações internacionais - nas suas incidências políticas, militares, económicas, sociais, culturais e da informação -, nomeadamente das que se prendem com os problemas da paz mundial, do desenvolvimento social dos povos e dos direitos humanos.

Metas e Objectivos

O IEEI tem como objectivos específicos:

- suscitar e promover o debate público, através de colóquios e conferências, de âmbito nacional e internacional, sobre temas ligados

aos domínios de que se ocupa;

- apoiar e realizar projectos de investigação;
- promover a formação, na área a que se dedica, através da realização de seminários, cursos ou iniciativas similares;
- promover a colaboração com instituições congéneres e o trabalho em rede;
- promover a cooperação internacional no âmbito das suas finalidades;
- promover a realização e divulgação de estudos e outros materiais, nomeadamente através da edição de publicações.

Contactos

Sede: Largo S. Sebastião, 8 - Paço do Lumiar, 1600-762 Lisboa

Telefone: +351 210 306 700 * Fax: +351 217 573 987

E-mail: ieei@ieei.pt * Website: www.ieei.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 1980

Natureza Jurídica: Instituição sem fins lucrativos de utilidade pública

Diário da República, nº 119, III Série, de 23/05/1980

Responsável máximo: Luís Pais Antunes, Director Executivo

Países de Actuação

União Europeia e países limítrofes, África Subsaariana (com particular enfoque na África lusófona), América Latina, Magreb e Médio Oriente, Ásia (com especial enfoque nas questões chinesas e indianas).

Áreas de actuação

Educação para o Desenvolvimento, Investigação, Advocacy, Facilitação de processos, Broker.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Migrações – Portugal

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – África Subsaariana, União Europeia, Ásia, Magreb e Médio Oriente

Outros: Cooperação internacional para o desenvolvimento, Direitos humanos, Integração regional, Governação.

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Académicos, Decisores políticos e diplomatas, Estudantes do ensino secundário e universitário, Outras organizações da sociedade civil, Empresários, Público em geral.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal: Investigadores - cerca de 7, variando consoante os projectos em curso; Pessoal Administrativo – 3; Estagiários – 2.

Filiação em Organizações e redes

EARN - Europe-Africa Research Network: rede de institutos europeus e africanos dedicada à reflexão e debate das relações Europa-África e das questões de interesse comum para ambos os continentes. EU- CONSENT – Wider Europe, deeper integration? Rede de excelência financiada pela Comissão Europeia e dedicada ao estudo das consequências do actual processo de alargamento nos diversos domínios da integração europeia. Eularo - Observatório das relações entre a União Europeia e a América Latina. GARNET - Global Governance, Regionalisation and Regulation: The role of the EU. FORNET – European Foreign Policy Research Network. TEPSA – Trans European Policy Studies Association.

Publicações

A actividade editorial do IEEI abrange uma diversidade de áreas e interesses ligados directa e indirectamente às relações internacionais, publicando os resultados dos seus projectos e



programas assim como os resultados das parcerias e colaborações no âmbito de programas inter-institucionais, através de relatórios, livros e outras publicações. Regularmente, o IEEI publica a revista *Estratégia*, dedicada às grandes questões das relações internacionais e editada numa base semestral; e as *Lumiarbriefs*, dedicadas a uma análise breve de temas prementes da actualidade internacional.



Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)

A ONGD

Fundado em 1951 por vontade de Dona Maria do Carmo Constantino Ferreira Pinto, Marquesa de Valle Flôr, em homenagem ao seu falecido marido, o Marquês de Valle Flôr, o IMVF começou por centrar a sua actividade na realização de estudos científicos, apoio à investigação e melhoria das condições socio-económicas nos Países de Língua Portuguesa, essencialmente na Ilha de São Tomé.

A adesão de Portugal à CEE, em 1985, marca uma nova etapa na actuação do IMVF. Iniciam-se novas parcerias e a actividade do Instituto alarga-se a projectos de Desenvolvimento, na área da Cooperação e Educação bem como de Ajuda Humanitária de Emergência, considerados actualmente os pilares da sua actuação.

Desde 2001 o IMVF está presente em todos os países de língua oficial portuguesa, sendo hoje responsável pela gestão de cerca de 40 Projectos nos mais diversos sectores, entre os quais a Saúde e Saneamento Básico, Segurança Alimentar, Apoio Institucional, Formação, Direitos Humanos, entre outros.

Missão

Promover o desenvolvimento socioeconómico e cultural nos países de língua portuguesa.

Valores:

Equidade social, política, económica e de género;

Rigor na gestão e execução dos projectos e programas;

Espírito de Parceria, baseado na partilha de recursos e responsabilidades com parceiros locais, nacionais e internacionais;

Sustentabilidade das acções, assente no envolvimento, capacitação e responsabilização das comunidades beneficiárias dos projectos;

Contactos

Sede: Rua de São Nicolau, 105, 1100-548 Lisboa

Telefone: 213256300 * Fax: 213471904

E-mail: info@imvf.org * Website: www.imvf.org

Dados Institucionais

Data da criação: 1/08/1951

Natureza Jurídica: Fundação

Diário da República, Boletim Oficial - Decreto-Lei 38:351, Art.º1, de 1 de Agosto de 1951

Responsável máximo: Paulo Manuel Valle Flôr Telles de Freitas / Administrador

Países de Actuação

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste.

Áreas de actuação

Ajuda de Emergência, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Acção cultural, Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique

Ecologia/Meio ambiente – Guiné-Bissau

Economia alternativa/ Microcrédito – Cabo Verde

Educação formal – Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Educação não formal/alfabetização – Guiné-Bissau

Emprego/Inserção na vida activa – Cabo Verde

Formação profissional – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau

Pobreza/Exclusão Social – Brasil

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Brasil, Guiné-Bissau, Portugal

Questões de género - Brasil, Guiné-Bissau, Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Saneamento/água – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Saúde – São Tomé e Príncipe

Segurança alimentar – Angola, Guiné-Bissau

Direitos Humanos - Brasil, Moçambique

Capacitação e Reforço Institucional - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

População mais carenciada: mulheres e jovens das zonas de intervenção dos Projectos; Agricultores; Técnicos de Administrações Locais; ONG locais e nacionais (Portugal); Autoridades Tradicionais; Técnicos de Rádios e Televisão locais; Técnicos de Saúde; Escolas (Portugal); Jornalistas; Sociedade Civil; População das zonas de intervenção, em geral.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal - Técnicos Coordenadores de Projecto; Técnicos de Comunicação, Logística e Pessoal Administrativo;

Colaboradores no terreno - Técnicos de Saúde; Técnicos Agrónomos; Técnicos de Comunicação, entre outros, conforme necessidades dos Projectos.

Cooperantes - Sempre que possível o IMVF evita o recurso a expatriados, dando preferência à contratação local; São expatriados por períodos limitados de tempo técnicos qualificados em áreas específicas (agricultura, por exemplo), para a realização de estudos técnicos ou para gestão/accompanhamento dos Projectos.

Estagiários - sempre que se proporciona, o IMVF facilita a inserção de jovens no mercado de trabalho disponibilizando-se para acolher estagiários em regime curricular, estagiários do IEFP, Programa



Leonardo Da Vinci, entre outros.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD, Concord, OneWorld, Euforic, Centro Português de Fundações, European Foudation Centre.

Publicações

Estudos Técnicos - Pontuais

Suportes de Informação e Sensibilização - Pontuais



Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária - ISU

A ONGD

O ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária - foi fundado em 1990 com o estatuto de Associação Juvenil de Âmbito Nacional. Actualmente está constituído como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) e pertence, desde 1991, à Plataforma Portuguesa das ONGD, onde desempenhou cargos de direcção desde 1997. Dada a sua diversidade de áreas de actuação, e embora apenas reconhecida oficialmente como Associação Juvenil e ONGD, poder-se-á considerar a integração do ISU no movimento das Associações de Desenvolvimento Local (ADL's) e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Todo o leque de actuação do ISU desenvolve-se tendo como base 4 linhas de fundo: o Voluntariado, a Cooperação para o Desenvolvimento, a Educação para o Desenvolvimento e a Exclusão Social.


A comunidade africana em Portugal e nos países de origem e os jovens universitários constituem a população alvo dos projectos desenvolvidos pelo ISU. A actividade desta ONGD traduz-se, para além do desenvolvimento de diversos projectos de intervenção, numa sensibilização junto dos universitários para questões relacionadas com o espírito de solidariedade e de cooperação mútua. Deste modo, o ISU aposta no voluntariado como forma de participação activa na sociedade, de cooperação mútua, de interculturalidade, de tolerância e de abertura a desafios que possam conduzir a uma integração plena da comunidade africana no nosso país, especialmente no meio juvenil português. É este o cunho subjacente às quatro áreas de acção do ISU que constituem diferentes projectos com objectivos próprios, a saber:

Gabinete de Apoio ao Estudante

Inclusão Social

Centro de Formação para o Voluntariado

Gabinete de Cooperação



O ISU conta com o trabalho de voluntários em vários Núcleos: em Lisboa, na zona da Alta de Lisboa (a funcionar num espaço cedido pela Câmara Municipal de Lisboa), Gaia, Viseu e Faro.

Missão

- Integrar e valorizar a diversidade sócio-cultural e pessoal dos vários intervenientes nos processos de desenvolvimento, através da partilha de recursos e competências;
- Promover o processo de transformação e desenvolvimento de competências pessoais, através de uma metodologia participativa (empowerment);
- Contribuir para processos de desenvolvimento local, através da complementaridade e de recursos locais de externos

Metas e Objectivos

São fins gerais do ISU: Promoção da participação social e cívica das pessoas na comunidade, especialmente através do voluntariado; promoção dos direitos humanos; reforço da cidadania e igualdade de género; o apoio à família, a promoção da saúde, educação, formação profissional, empregabilidade e integração social dos cidadãos.

Contactos

Sede: Travessa do Possolo, n.º11 3º 1350-252 Lisboa

Telefone: +351 213957831 * Fax: +351 213907206

E-mail: geral@isu.pt * Website: www.isu.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 21/06/1990

Natureza Jurídica: Associação Sem Fins Lucrativos/ONGD

Diário da República, n.º 189, III Série, de 17 de Agosto de 1990

Responsável máximo: Dr. António José Sarmiento – Presidente

Países de Actuação

Todos os PALOP.



Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Migrações - apoio a estudantes migrantes, Acção social, Educação, Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Angola

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Guiné-Bissau e Moçambique

Economia alternativa/ Microcrédito – Cabo Verde e Guiné-Bissau

Educação não formal/alfabetização – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Emprego/Inserção na vida activa – Angola

Formação profissional – Moçambique

Migrações – Portugal, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Pobreza/Exclusão Social – Todos os PALOP e Portugal

Questões de género – Todos os PALOP

Saúde – Guiné-Bissau

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Juventude, Comunidade Educativa alargada, Mulheres, Técnicos e voluntários de organizações da Sociedade Civil, Comunidades rurais.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

3 Voluntários expatriados em projectos de longa duração (sede) - Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Uma média de 20 voluntários expatriados em projectos de curta duração por ano (sede e Núcleos) - Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. 30 Voluntários por ano que participam em todos os projectos desenvolvidos pelo ISU (sede e Núcleos) em Portugal

Filiação em Organizações e redes

Rede informal para o Consumo Responsável



Publicações

Boletim trimestral; publicações produzidas no quadro dos projectos do ISU de cooperação para o desenvolvimento e de ED



Leigos para o Desenvolvimento

A ONGD

A ideia surgiu no meio universitário, em Coimbra, no final da década de 70. Um grupo de jovens recém-licenciados questiona-se sobre a importância de se colocar ao serviço do desenvolvimento e da promoção humana de povos em vias de desenvolvimento, principalmente de expressão oficial portuguesa. É mais tarde, em Lisboa, que nascem os Leigos para o Desenvolvimento, a 11 de Abril de 1986, no CUPAV-Centro Universitário P. António Vieira, dirigido pela Companhia de Jesus.

Esta associação tem como objectivos formar e enviar leigos cristãos, essencialmente jovens, com uma formação superior ou técnico-profissional, dispostos a um serviço de voluntariado, por um período mínimo de 1 ou 2 anos. Devem estar preparados para uma vida simples, de responsabilidade, e ter disponibilidade para frequentarem um curso de formação durante um ano, antes de partirem em missão.

Encontram-se em S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor Leste. Promovem projectos de desenvolvimento nas áreas da educação, saúde e promoção social.

Em Portugal, presta apoio regular a estudantes africanos e de outras minorias étnicas, pré-universitário e universitários.

Tem sede em Lisboa e delegações regionais em Coimbra, Porto e Braga, que funcionam como centros de formação de voluntários.

Missão

Promover o desenvolvimento humano integral de pessoas e comunidades de países em desenvolvimento, através da acção sustentável e continuada de voluntários missionários.

Contactos

Sede: Estrada da Torre, 26 1769-014 Lisboa

Telefone: 21 7574278 * Fax: 21 7574357

E-mail: ongd.leigos@gmail.com * Website: www.leigos.org

Dados Institucionais

Data da criação: 11/04/1986

Responsável máximo: ANTÓNIO JOSÉ HILÁRIO DAVID / Presidente da Direcção

Países de Actuação

S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Timor, Portugal.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Formação, Acção cultural, Acção social, Educação, Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Angola; Moçambique; São Tomé e Príncipe e Timor Leste; Portugal

Cultura – Angola; Moçambique; São Tomé e Príncipe e Timor Leste; Portugal

Economia alternativa/ Microcrédito – Timor Leste; Portugal

Educação formal – Angola; Moçambique; São Tomé e Príncipe e Timor Leste; Portugal

Educação não formal/alfabetização – Angola

Formação profissional – Angola; Moçambique; São Tomé e Príncipe e Timor Leste; Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Angola; Moçambique; São Tomé e Príncipe e Timor Leste; Portugal

Questões de género - Angola; Moçambique; São Tomé e Príncipe e Timor Leste

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Angola; Moçambique; São Tomé e Príncipe e Timor Leste

Saúde - Angola; Moçambique; São Tomé e Príncipe



Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade educativa alargada, Crianças, Idosos, Jovens, Minorias étnicas, Mulheres, População local, Público em geral, Utentes de postos sanitários, Voluntários.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Portugal (40 voluntários + 6 colaboradores); Exterior (22 voluntários).

Filiação em Organizações e redes

Rede Xavier; Plataforma Portuguesa das ONGD; Plataforma de Voluntariado Missionário

Publicações

Boletim trimestral



Ligar à Vida - Associação de Gestão Humanitária para o Desenvolvimento

A ONGD

A Associação foi criada a 7 de Fevereiro de 2008, tem a sua sede na freguesia da Ramada, Concelho de Odivelas. Desenvolve a sua acção em dois concelhos em Portugal e no Príncipe - São Tomé e Príncipe. No concelho do Bombarral funciona as seguintes respostas sociais: Loja da Solidariedade, que apoio emigrantes romenos e população com carências económicas (90 famílias); Gabinete de apoio psicológico; Sala de Estudo apoiada por voluntários. No concelho de Odivelas funciona o Gabinete Inserção Profissional (GIP) em parceria com o IEFP, apoiando na inserção profissional, acompanhamento psicossocial a cerca de 650 pessoas/mês. Na ilha do Príncipe, funcionam várias respostas sociais, construídas pela associação, promovendo uma rede de cuidados sociais e educacionais. As Respostas sociais são: lar de idosos, lar para crianças em risco, centro educativo Santa Teresinha (120 crianças), Centro educativo João Paulo (80 crianças), centro de fisioterapia, e apoio pecuniário quinzenal a 60 idosos.

Missão

Promover os direitos Humanos, combater a pobreza e a exclusão social

Metas e Objectivos

Tem como objectivos: aumentar a cooperação com os PALOP, construir de raiz a sua sede com as respostas sociais, lar de idosos, centro de dia, lar residencial e centro de actividades ocupacionais.

Contactos

Sede: Rua Marquesa de Alorna, nº 4 - 2620 -270 Ramada

Telefone: 219343891 * Fax: 219328094

E-mail: ligaravida@sapo.pt



Dados Institucionais

Data da criação: 07/02/1/2008

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Responsável máximo: Pe. Arsénio Isidoro - Presidente

Países de Actuação

Portugal: Odivelas e Bombarral; São Tomé e Príncipe.

Áreas de actuação

Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Acção social, Educação, Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Bombarral/ Príncipe

Educação formal – Pré-escolar / Príncipe

Emprego/Inserção na vida activa – Gabinete de Inserção Profissional - Odivelas

Pobreza/Exclusão Social – Loja da Solidariedade no Bombarral

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Príncipe (2 jardins de infância)

Saúde – Centro de fisioterapia - Príncipe

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Crianças dos 2- 6 anos; Encarregados de educação; Desempregados; Pessoas com comprovada carência económica; Idosos.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Psicóloga; Educadora Social; Técnica de Serviço Social; Administrativos; Educadores de Infância; Ajudantes de lar; Auxiliares de educação; Enfermeiros; Animadora Cultural; Professores.

Filiação em Organizações e redes

LeaderOeste, Pador



Médicos do Mundo

A ONGD

A associação Médicos do Mundo nasce em 1980 na sequência da operação “Um barco pelo Vietname”, que levou assistência médica a um grupo de 2564 refugiados vietnamitas que se encontravam à deriva no mar da China, sem que nenhum país acesse em acolhê-los.

Bernard Kouchner, um dos fundadores de Médicos Sem Fronteiras, defendia a ideia de fretar um navio que levaria a bordo médicos e jornalistas para ajudar e testemunhar as violações dos direitos humanos face à situação dos boat people vietnamitas.

Enfrentando a oposição de alguns, que consideravam a operação demasiado mediática, Kouchner avançou com a missão, a qual depois é prolongada com a acção desenvolvida a partir da “Ilha de Luz”, um navio transformado em hospital que permite até ao fim dos anos 80, salvar a vida a milhares de refugiados.

Na sequência desta divergência de opinião, Kouchner e outros fundadores de MSF abandonam aquela associação, para fundar, no dia 1 de Fevereiro de 1980, em Paris, uma nova organização de ajuda humanitária com vocação internacional:

Médicos do Mundo Portugal foi fundada em 1999 por um grupo de médicos.

A sede funciona em Lisboa, com representações também em Lisboa, no Porto e em Évora. Actualmente conta com cerca de 37.000 doadores, cerca de 200 voluntários activos e 280 sócios, apoiados por uma equipa operativa.

Missão

Prestar cuidados de saúde às populações mais vulneráveis, quer em situações de emergência quer no combate à exclusão social, fora e dentro do país, independentemente da sua raça, religião ou cultura; Estimular o empenho voluntário de médicos e de outros profissionais de saúde; Garantir o apoio de outros profissionais qualificados,



necessários para um bom desempenho das nossas missões.

Metas e Objectivos

A Médicos do Mundo, através da prestação de cuidados de saúde e outros complementares, com total independência, mobiliza os seus parceiros para uma acção solidária que vai para além da área da saúde;

Através das suas actividades e dos seus testemunhos, denuncia as violações de direitos humanos e, em particular, as barreiras ao acesso aos cuidados de saúde;

Desenvolve novas abordagens e novas práticas de saúde pública, baseadas no respeito pela dignidade humana;

Compromete-se a estabelecer relações totalmente transparentes com doadores e patrocinadores.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta (Sul), Lote 4, Loja 1, 1300-125 Lisboa.

Telefone: +351 213 619 520 / 21 * Fax: +351 213 619 529

E-mail: mdmp-lisboa@medicosdomundo.pt

Website: www.medicosdomundo.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 1999

Natureza Jurídica: Organização não governamental

Diário da República, nº 196, III Série, de 23-8-1999


Responsável máximo: Dr. Abílio Antunes - Presidente

Países de Actuação

Portugal; Guiné-Bissau; São Tomé e Príncipe; Timor Leste; Angola; Haiti (2010); Moçambique.

Áreas de actuação

Ajuda de Emergência; Ajuda Humanitária; Cooperação para o



Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Formação; Acção cultural; Acção social; Educação; Saúde; Sensibilização de públicos; Denúncia de violações de direitos humanos; Acções de angariação a favor dos projectos.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Formação profissional – Moçambique, S. Tomé e Príncipe

Migrações – Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Questões de género – Moçambique

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique

Saneamento/água – Guiné-Bissau

Saúde – Portugal, Guiné-Bissau, São Tomé, Angola, Moçambique, Timor, Haiti

Segurança alimentar - Moçambique

Saúde Sexual Reprodutiva – Timor

Saúde Materno-Infantil - Angola e S. Tomé e Príncipe

Prevenção VIH/SIDA - São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Projectos Nacionais: Pessoas Sem-Abrigo; Imigrantes; População Idosa; Crianças e Jovens em risco de abandono escolar; Utilizadores de Drogas Intravenosas; Trabalhadores Sexuais; População residente em bairros de génese ilegal; Comunidade educativa alargada; Público em geral; Sócios-colaboradores; Voluntários; Media e líderes de Opinião.

Projectos Internacionais: Mulheres e Homens; Adolescentes; Grávidas; Trabalhadoras do Sexo; Crianças; Colectivos (associações); Técnicos de Saúde; Activistas; Líderes Comunitários; Professores.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal -38.

Colaboradores no terreno - Guiné-Bissau (9); Angola (8); São Tomé e Príncipe (13); Timor (11); Moçambique (27);Haiti(3);

Cooperantes - Guiné-Bissau (4); Angola (1); São Tomé (1); Timor (3); Moçambique (2); Haiti (1)

Estagiários -7

Voluntários -200

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD; Rede Internacional Médicos do Mundo

Publicações

Relatório de actividades anual; Boletim de notícias trimestral; Material de IEC no âmbito das actividades dos projectos (Informação, Educação e Comunicação); Materiais vários de Comunicação institucional (posters, folhetos, autocolantes, ...); Peças de Marketing Directo para divulgação de campanhas de marketing (mailings); Manual Pedagógico e Relatório Final do projecto CorridaSolidária, Livro de Contos Infantis e Livro de Textos Cómicos.



Meninos do Mundo - Associação

A ONGD

9.9.2008 - Constituição da Meninos do Mundo

7.11.2008 -Atribuição do estatuto de ONGD

Ano de 2009/2010: Lançamento do projecto de criação de um centro de apoio para crianças em Cabo Verde (Ilha de S. Antão); Envio regular de material escolar, pedagógico, brinquedos e roupas para países em vias de desenvolvimento; apresentação de propostas junto dos Grupos Parlamentares; participação em rádio, televisão e imprensa escrita; participação em projectos e parcerias; encontros anuais; iniciativas de educação para o desenvolvimento junto da população em geral e na comunidade educativa (escolas)

Missão

Desenvolver projectos em países em vias de desenvolvimento

Metas e Objectivos

Meta: Contribuir para o crescimento dos países em vias de desenvolvimento

Objectivos: Iniciativas concretas na área da saúde, área social e educativa nos países em vias de desenvolvimento

Contactos

Sede: Rua de Santiago, n.º 45, 2.ª F, Aveiro

Telefone: 966038790

E-mail: meninosdomundo@gmail.com

Website: www.meninosdomundo.org

Dados Institucionais

Data da criação: 9.9.2008

Natureza Jurídica: Associação

Responsável máximo: Maria João Louro- Presidente



Países de Actuação

Cabo Verde; S. Tomé; Guiné.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Acção cultural; Acção social; Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Cabo Verde/S. Tomé/Guiné

Desenvolvimento Urbano/Habitat – Cabo Verde

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Instituições de acolhimento de crianças

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD

Publicações

Boletim informativo (mensal); livro em Novembro de 2010



Monte - Desenvolvimento Alentejo Central - ACE

A ONGD

O Monte foi constituído em 1996, tendo como objectivo a gestão da Iniciativa Comunitária LEADER II, para a Região Alentejo Central. Ao longo dos anos o Monte tem vindo a diversificar as suas áreas de intervenção, de modo a responder aos interesses dos públicos com os quais trabalha e, dos seus associados. A formação profissional para activos e população desempregada, bem como o desenvolvimento de projectos com vista à promoção do emprego em territórios rurais e inclusão da população mais fragilizada, são outras das áreas de intervenção do Monte. Actualmente, o Monte mantém-se como gestor até 2015 do Sub-Programa 3 do Programa para Desenvolvimento Rural (Proder) na região Alentejo Central, com uma intervenção centrada no aumento de competências da população activa, no acompanhamento e apoio técnico à criação de emprego, em particular por jovens e mulheres, no reforço da governança local, pelo apoio ao associativismo comunitário e mobilização de actores para o desenvolvimento de intervenções no território e, na área da cooperação para o desenvolvimento, onde as principais áreas de intervenção correspondem à capacitação técnica e ambiente.

Missão

Incentivar o desenvolvimento económico e social das regiões rurais e promover os processos de governança local

Metas e Objectivos

Até 2013 o Monte:

Reforça a sua intervenção na área da cooperação para o desenvolvimento através do aumento do número de projectos e de zonas onde intervém; consolida e reforça a sua posição nas redes e plataformas europeias, nacionais e regionais onde se encontra inserido; investe nas tecnologias de Informação e Comunicação através do desenho de plataformas de e-learning e respectivos conteúdos vocacionados para a formação à distância, direccionada para agentes de desenvolvimento dos PALOP; financia projectos ao

abrigo das medidas 3.1. e 3.2. do Sub-programa 3 do PRODER; realiza acções de formação para activos empregados na área da gestão; presta serviços de consultoria; melhora a qualidade dos serviços prestados; cria, implementa e dissemina uma metodologia própria de apoio ao empreendedorismo; alarga a parceria e base social e reforça a cooperação e trabalho entre o Monte e as associadas

Contactos

Sede: Rua Joaquim Basílio Lopes, nº 1, 7040-066 ARRAIOLOS

Telefone: 266490090 * Fax: 266419276

E-mail: monte@monte-ace.pt * Website: www.monte-ace.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 1996

Natureza Jurídica: Agrupamento Complementar de Empresas

Diário da República, nº 256, III Série, de 1997

Responsável máximo: Presidente do Conselho de Administração

Países de Actuação

Portugal; Cabo Verde; Guiné-Bissau.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Formação; Desenvolvimento das zonas rurais; Empreendedorismo e Inovação Social em Territórios rurais.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Portugal

Ecologia/Meio ambiente – Guiné-Bissau

Economia alternativa/ Microcrédito – Portugal

Educação não formal/alfabetização – Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Portugal e Cabo Verde

Formação profissional – Portugal e Cabo Verde

Pobreza/Exclusão Social – Portugal e Cabo Verde

Questões de género - Portugal

Capacitação dos actores locais - Cabo Verde

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Empresários - Apoio Técnico e financeiro à criação do seu negócio;
Desempregados - Qualificação Escolar e profissional; Activos com baixas qualificações - reforço de qualificações; Agentes locais - reforço de competências.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD; Minha Terra - Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local; ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; EAPN - Rede Europeia Anti-pobreza; APURE - Associações para as Universidades Rurais Europeias

Publicações

Cadernos temáticos sobre as experiências desenvolvidas; Newsletter do Monte, trimestral, para os associados, parceiros e colaboradores do Monte; Manuais de Boas práticas - apoiados nas experiências de terreno



Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses

A ONGD

A Mundo a Sorrir surgiu em Julho de 2005 com o objectivo de reunir o maior número de médicos dentistas, que de uma maneira voluntária aderissem a projectos, na área da Saúde Oral. O principal objectivo seria promover a saúde e o bem-estar das comunidades mais desfavorecidas. Desde 2006 que lhe foi atribuído o estatuto de ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento).

Sendo pioneira neste tipo de associativismo em Portugal, desempenha a sua acção tanto a nível nacional como internacional, através de programas de saúde e apoio ao desenvolvimento sustentado. Promovendo a saúde oral além-fronteiras, permite assim, que o Direito Universal à Saúde (um cuidado especial na prevenção das infecções cruzadas, especialmente no vírus HIV/SIDA) e mais concretamente à saúde oral seja uma realidade para algumas comunidades que, infelizmente não têm acesso aos cuidados dentários.

A Mundo a Sorrir por decisão da sua Direcção, deliberou que a sua primeira acção assistencial seria para um País Africano de Língua Portuguesa, mais desprovido de cuidados no campo da Saúde Oral. Efectuados que foram alguns levantamentos nesta matéria, verificou-se que a República da Guiné – Bissau, tendo em consideração, o seu decurso político dos últimos e a situação de assistência hospitalar na Capital seria o país mais necessitado dos cuidados que a Organização se prestava a efectuar.

Desta forma o Projecto Guiné-Bissau tem sido desenvolvido desde final de 2005 através de várias iniciativas, consistindo fundamentalmente em tratamentos dentários e dirigidos ao controlo da dor e infecção, sessões de formação aos profissionais e/ou técnicos de saúde, campanhas de sensibilização e educação para a Saúde Oral e distribuição de diverso material dentário. Em 2009 constituiu-se o Serviço de Saúde Oral, na Associação Orfanato Casa Emanuel, sendo da responsabilidade da Mundo a Sorrir a sua manutenção anual em



termos de médicos dentistas e material/consumíveis médicos.

Desde 2005 que a Mundo a Sorrir também promove um Projecto de Saúde Oral em Cabo-Verde, nomeadamente no Hospital Sanitário S. Francisco na ilha do Fogo. Apoiando o gabinete dentário deste hospital, através do envio de recursos materiais e humanos.

Desde a sua constituição, que a Mundo a Sorrir também tem estabelecido inúmeras parcerias para a realização das suas actividades em território nacional, dividindo a sua actuação em iniciativas direccionadas para a prevenção e promoção da saúde e para o tratamento da doença.

Missão

A sua principal missão é a promoção da valorização do princípio da equidade do direito à Saúde Oral, assim como a sensibilização, divulgação e promoção de cuidados de Saúde Oral em Portugal e no Mundo.

Metas e Objectivos

São atribuições da MAS:

- a) Servir de fórum e promover o debate de questões de Saúde Oral assim como de ponto de encontro de especialistas que se dediquem ao estudo destas temáticas;
- b) Promover iniciativas dirigidas à melhoria da qualidade dos cuidados de Saúde Oral prestados à população;
- c) Implementação de programas preventivos, formativos e/ou assistenciais, na área da Saúde Oral em comunidades desfavorecidas, dentro e fora de Portugal;
- d) Consciencializar o conjunto da profissão odontológica, as autoridades e sociedades médicas em geral, das necessidades das populações, comunidades ou grupos sociais marginalizados na área de Saúde Oral assim como desenvolver uma resposta solidária com estes;
- e) Mobilizar mediante cooperações nacionais e estrangeira, todos os recursos humanos e materiais possíveis, que permitam o

desenvolvimento dos fins da instituição salvaguardando sempre a independência funcional da “Mundo a Sorrir”;

f) Estabelecer colaborações e programas conjuntos com organizações não governamentais, administrações públicas, fundações ou outras entidades privadas que facilitem a realização dos seus fins;

g) Realizar convénios com universidades, colégios ou associações profissionais, sociedades científicas ou outras instituições educativas para ajudar à formação de equipas e na promoção de programas de cooperação.

Contactos

Sede: Rua Ciriaco Cardoso 265-C 5º Dt 4150-213 Porto

Telefone: 220169882/931653608

E-mail: geral@mundooasorrir.org * Website: www.mundooasorrir.org

Dados Institucionais

Data da criação: 05 de Julho de 2005

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Diário da República, nº 190, III Série, de 2005

Responsável máximo: José Miguel Correia de Lemos Pavão -
Presidente da Direcção

Países de Actuação

Portugal; República da Guiné-Bissau; Cabo-Verde.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Formação; Educação; Saúde Oral e Saúde Pública;

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Saúde – Guiné-Bissau e Cabo-Verde

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Crianças e Adolescentes; População Adulta Carenciada.



Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Federação Internacional Dentária

Publicações

Newsletter e Boletim Anual



Oikos - Cooperação e Desenvolvimento

A ONGD

Fundada em 23 de Fevereiro de 1988, em Portugal, a Oikos – Cooperação e Desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida internacionalmente como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD/INGO).

O Governo Português, através do IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconheceu-lhe o estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em 1992.

No ano de 2000 foi atribuído à Oikos o Estatuto Consultivo junto do ECOSOC - Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

Missão

Eradicar a pobreza e reduzir as assimetrias económicas e de conhecimento, através do envolvimento e co-responsabilização dos actores sociais e do desenvolvimento de soluções sustentáveis, para que todas as pessoas usufruam do direito a uma vida digna.

Metas e Objectivos

Um mundo sem pobreza e injustiça onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.

Contactos

Sede: Rua Visconde Moreira de Rey, 37 Linda-a-Pastora 2790-447 Queijas

Telefone: 218 823 630 * Fax: 218 823 635

E-mail: oikos.sec@oikos.pt * Website: www.oikos.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 1988

Natureza Jurídica: ONGD/INGO

Diário da República, nº 104, III Série, de 05/05/1988



Responsável máximo: João José Fernandes - Director Executivo

Países de Actuação: Europa (Portugal), África, América Latina e Ásia.

A sede da Oikos é em Portugal. Representações permanentes nos seguintes países: Moçambique, Guatemala, El Salvador, Honduras, Haiti, Cuba, Nicarágua, Peru.

Áreas de actuação

Ajuda de Emergência; Ajuda Humanitária; Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Influência Pública e Mobilização Social; Acção cultural; Educação; Prevenção, Preparação e Redução de Desastres; Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Cuba, Haiti

Cultura – Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru.

Ecologia/Meio ambiente – Moçambique, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru

Economia alternativa/ Microcrédito – Peru, Moçambique

Educação formal – Portugal

Educação não formal/alfabetização – El Salvador

Emprego/Inserção na vida activa – Haiti, El Salvador, Guatemala, Honduras

Formação profissional – Moçambique, Haiti

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Questões de género - Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Moçambique, Cuba, Haiti, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru.

●
●
●
●

Saneamento/água - Moçambique, Cuba, Haiti, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru.

Segurança alimentar - Moçambique, Cuba, Haiti, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru.

Outros: Prevenção Preparação e Redução de Desastres; Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas; Responsabilidade Social das Empresas e Promoção de Negócios Sustentáveis contra a Pobreza

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade Educativa alargada; Comunidades mais pobres de países em desenvolvimento; Governo e autarquias; Público em geral.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Cooperantes; Estagiários; Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD; ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; EUROSTEP - European Solidarity Toward Equal Participation of People - www.eurostep.org; CIFCA – Copenhagen Initiative for Central America and Mexico - www.cifca.org; European Platform for Conflict Prevention and Transformation - www.conflict-prevention.net; Social Watch - www.socialwatch.org; Global Call for Action Against Poverty - www.whiteband.org.

Publicações

Relatório de Actividades e Contas - anual

Materiais Pedagógicos - publicação frequente, sem periodicidade

Publicações Técnicas - Publicações sobre temas como Segurança Alimentar, Prevenção Preparação e Redução de Desastres, etc.

Exposições - pontual

Outros relatórios - pontual



OMAS /Leigos Boa Nova

A ONGD


Em 1995, nasceu como grupo de voluntários/missionários leigos, o movimento Leigos Boa Nova (LBN), com o objectivo de seleccionar, formar, enviar e acompanhar o trabalho de jovens portugueses em países carentes, junto das populações mais pobres.

Em 1998 partiu para Moçambique a primeira equipa missionária por um período longo, três pessoas da região de S. João da Madeira. Em 2001 partiu um jovem professor do Colégio de Calvão, por dois anos, para o Brasil.

A cada ano foram feitas experiências de Mergulho na Missão por períodos curtos durante as férias escolares de Portugal com o objectivo de sensibilizar pessoas para compromissos mais profundos e para a animação missionária em Portugal.

O ano de 2004 marca uma viragem nos Leigos Boa Nova no que se refere à implementação de projectos de longa duração quer em Angola, quer em Moçambique, com maior sustentabilidade, mais recursos humanos e materiais. É também um ano frutífero relativamente a actividades de animação missionária e a projectos de sensibilização para a luta contra a pobreza em Portugal, como a exposição “Um fio de esperança – Percursos de missão em Moçambique” e o CD de Solidariedade “Encontro”. Preparou-se um novo projecto de Educação para o Desenvolvimento – “Profissão Cidadãos” que foi levado a escolas e comunidades paroquiais.

Os anos de 2005 e 2006 para os Leigos Boa Nova ficam marcados pelos três projectos de longa duração de considerável dimensão em Angola, Brasil e Moçambique; mas também por uma crise interna, originando a votação de uma nova direcção. Devido a esta crise interna, as actividades de animação missionária e projectos de sensibilização para a luta contra a pobreza em Portugal não foram tantas como se esperava. Mesmo assim implementou-se o projecto “Cidadania Activa” no Brasil com uma duração bienal; formou-se outros voluntários para dar continuidade aos projectos.



Ao longo dos últimos dez anos, os LBN trabalharam, directa e indirectamente: com outras ONGD de Espanha, Grécia, Itália e Portugal; com paróquias, dioceses, movimentos e associações de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal; com instituições e serviços oficiais da União Europeia, da Comissão Europeia e do Governo Português.

O ano de 2007 foi o ano de consolidação. Conseguimos ter uma funcionária a tempo inteiro a trabalhar na sede dos Leigos Boa Nova que possibilitou uma melhor organização de todo o trabalho.

Em 2007 tivemos um projecto de longa duração em Angola – Gabela, “ONJANGO”, com duas voluntárias na leccionação do PUNIV (da 9.^a à 11.^a classes) nas disciplinas de Matemática e Biologia e no apoio e formação a professores e alunos, fora do horário escolar, nas áreas da Informática e outras matérias curriculares e extracurriculares; para além de todo o trabalho pastoral.

Em 2008, o mesmo projecto continuou apenas com uma das voluntárias até meados de Maio, juntando-se a ela um outro voluntário que leccionou química.

Em Angola o principal constrangimento está ligado à saída dos vistos, que demoram cerca de um ano a saírem, o que impossibilitou a ida de mais duas voluntárias.

Tivemos dois projectos de curta duração em Moçambique, Maputo por um período de 1 a 3 meses. Também elaborámos um projecto de luta contra a pobreza – “Age(nda) a partir de ti!” que foi aprovado pela Fundação EDP.

O trabalho de animação missionária nas escolas e paróquias foi uma das actividades mais intensas durante o ano de 2008.

Durante o ano de 2009 o trabalho mais intenso teve a ver com o Centro de Atendimento a Trabalhadores Estrangeiros que desde Janeiro começou a funcionar em S. João da Madeira em estreita colaboração com a Câmara Municipal de S. João da Madeira e Comissão Nacional para a Legalização de Imigrantes, em que ajudamos os imigrantes na aprendizagem da língua portuguesa, com a legalização e na obtenção



de um espaço onde pudessem professar a sua fé, dado a maioria ser da religião ortodoxa.

Organizamos um Seminário onde reflectimos sobre a importância do voluntariado e da missão junto dos que mais precisam, nomeadamente junto dos países mais desfavorecidos.

O projecto da luta contra a pobreza Age(nda) foi também apresentado neste ano.

Quanto aos projectos de Cooperação para o Desenvolvimento, os projectos de curta duração em Maputo, Moçambique mantiveram-se com o envio de 4 pessoas; na Gabela, Angola por mais um ano ficou o voluntário que já tinha estado no ano anterior e no Brasil, Chapadinha por um ano ficou uma voluntária.

Missão

- A solidariedade espiritual e material;
- Os direitos humanos;
- A evangelização e o trabalho pastoral;
- A educação para o desenvolvimento;
- A promoção humana dos mais necessitados (saúde, educação, etc.).

Metas e Objectivos

- a) Sensibilizar (...) para a solidariedade entre os Povos e culturas.
- b) (...) formar e acompanhar os Leigos (...) dispostos a doar uma parte da sua vida à causa da evangelização e da promoção dos povos e dos grupos sociais mais carentes.
- c) Preparar, enviar e acompanhar esses Leigos no desempenho da sua missão.
- d) Ser testemunho activo (...) também no seu país de origem.

Contactos

Sede: Largo da Igreja, Apartado 40 3721-908 Cucujães, Oliveira de Azeméis

Telefone: 256899330/7 * Fax: 256899179

E-mail: omas.lbn@sapo.pt * Website: www.boanova.pt/leigos

Dados Institucionais

Data da criação: 1992

Natureza Jurídica: IPSS /ONGD

Diário da República, nº 268, III Série, de 1992

Responsável máximo: Presidente da OMAS - Zacarias Pinho,
Presidente dos Leigos Boa Nova - Diana Salgado

Países de Actuação: Angola; Brasil; Moçambique; Portugal.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Acção social.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Angola, Brasil e Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Angola, Moçambique e Brasil

Migrações – CATE

Saúde - Moçambique

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Formadores; Comunidade pastoral; Estudantes; Imigrantes.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

1 Pessoa que trabalha com contrato de trabalho; Voluntários (25).

Filiação em Organizações e redes

FAMOA; FEC; Plataforma Portuguesa das ONGD; Rede Social de S. João da Madeira; Comissão Nacional de Legalização de Imigrantes.

Publicações

Boletim dos LBN trimestral



ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento

A ONGD


A ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento que surgiu do amadurecimento do serviço de voluntariado missionário promovido e organizado pela Diocese de Aveiro. O crescente reconhecimento das necessidades, e o conseqüente aumento da amplitude de projectos a realizar tornou imperativa a constituição de um organismo legalmente reconhecido. Surge então em 16 de Outubro de 2006 na condição de organização não governamental. Sendo uma organização de vocação eminentemente humanitária, tem como objectivo último o combate à pobreza extrema e exclusão social, centrando a sua acção nas áreas da cooperação e educação para o desenvolvimento.

Missão

A missão da organização é realizada através da acção dos seus membros junto das populações mais desfavorecidas, especialmente, nos países de expressão portuguesa através de projectos de desenvolvimento que visam combater as dificuldades sociais e económicas dos últimos de forma sustentável e duradoura. Em Portugal, a acção da organização assenta nos princípios da solidariedade social, procurando contribuir para a promoção de um desenvolvimento social integrado da população. Esta acção tem vindo a ser desenvolvida mediante a concessão de bens, prestação de serviços e sensibilização da população para o combate contra a pobreza e exclusão social, sempre que possível, através do trabalho em rede/parceria com outras instituições públicas e privadas. Ao longo de quase quatro anos de actuação, a ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento tem-se dedicado à promoção e execução de projectos sólidos e alguns de carácter duradouro na área do desenvolvimento e da solidariedade social em Portugal e nos países de expressão portuguesa.

Metas e Objectivos

A ORBIS tem como objectivos contribuir para que do modo mais adequado os seus membros possam, em grupo, dar um período



da sua vida ao serviço profissional e apostólico das populações dos denominados Países Menos Desenvolvidos, em especial os de expressão portuguesa, ou a outras situações humanitárias de carácter urgente, criando os meios para que os seus membros orientem o seu trabalho profissional de acordo com as necessidades sentidas pelas Igrejas locais, Comunidades, Populações e Parceiros que colaboram com a Associação em projectos humanitários e missionários.

Contribuir para a promoção de um justo e humano desenvolvimento social em Portugal, através de:

- a) Apoio à integração social e comunitária, sobretudo de grupos mais desfavorecidos.
- b) Educação e formação dos cidadãos, em especial originários dos países de expressão portuguesa ou de outros menos desenvolvidos.
- c) Apoio a crianças, jovens e famílias.
- d) Formação de voluntariado e cooperadores da Associação no âmbito de trabalho missionário em colaboração com ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento e/ou quaisquer outros parceiros da supracitada associação.

Contribuir para a promoção de um justo desenvolvimento social e comunitário em Países Menos Desenvolvidos, nos termos já referidos no ponto 2 deste artigo.

Actuar com acções e programas de Ajuda Humanitária em situações de emergência provocadas por guerra, catástrofe natural, ou outras sempre que a situação social, política, religiosa e natural de qualquer país, região ou localidade assim o imponham com manifesta necessidade ou pedido de auxílio.

Contactos

Sede: Edifício do CUFC – Rua João Jacinto Magalhães - Campus Universitário de Santiago - 3810-506 Aveiro

Telefone: 234420600 * Fax: 234481466 * Telemóvel: 965653081

E-mail: info@orbis.org.pt * Website: www.orbis.org.pt



Dados Institucionais

Data da criação: 2006

Natureza Jurídica: Instituição de natureza canónica, no âmbito da solidariedade social, sem fins lucrativos; registada no IPAD como Organização Não Governamental para o Desenvolvimento desde 2008.

Responsável máximo: Pedro Neto, Presidente Executivo

Países de Actuação

Angola; Moçambique; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Brasil.

Áreas de actuação

Ajuda Humanitária; Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Formação; Voluntariado; Acção social; Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Educação formal – Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Educação não formal/alfabetização – Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Pobreza/Exclusão Social – Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Questões de género - Angola, Moçambique, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Estudantes do ensino básico e secundário; Encarregados de educação; Produtores locais; Professores.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Estagiários; Voluntários.



Pro Dignitate - Fundação de Direitos Humanos

A ONGD

A Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos foi fundada em 1994, pela Dra. Maria de Jesus Barroso Soares acompanhada por um grupo de personalidades que desde o início dos anos noventa tinham a seu convite participado em iniciativas visando combater a violência, em particular a veiculada pela Televisão.

Missão

A Pro Dignitate tem fins humanitários e sociais, visando, sem fins lucrativos, a promoção dos direitos humanos.

Metas e Objectivos

Na actividade da Fundação distinguem-se claramente 3 áreas principais.

- Promoção da Paz e Prevenção da Violência
- Ajuda humanitária e Cultural aos Países de expressão portuguesa através das Campanhas “Educar na Solidariedade”. Projectos na área da Educação e dos Direitos Humanos.
- Ajuda Solidária – acompanhamento individualizado de carenciados.

A Pro Dignitate pretende dar continuidade aos projectos conforme o Plano de Actividades aprovado.

Contactos

Sede: Praça da Estrela, 12 - 1º - 1200-667 Lisboa

Telefone: 213929310 * Fax: 213970279

E-mail: prodigni@prodignitate.pt * Website: www.prodignitate.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 01-07-1994

Natureza Jurídica: Fundação

Diário da República, nº 237, III Série, de 13-10-1994



Responsável máximo: Dra. Maria de Jesus Barroso Soares - Presidente

Países de Actuação

Guiné-Bissau; Cabo Verde; Angola; S. Tomé e Príncipe.

Áreas de actuação

Ajuda Humanitária; Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Acção social; Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizados

Educação formal – Angola; Cabo Verde; Guiné-Bissau; S. Tomé e Príncipe

Educação não formal/alfabetização – Angola; Cabo Verde; Guiné-Bissau; S. Tomé e Príncipe

Formação profissional – Guiné-Bissau

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Guiné-Bissau

Seminários e Conferências - Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

População Geral

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Cooperantes; Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Centro Português de Fundações; ECOSOC - Conselho Económico e Social das Nações Unidas (estatuto Consultivo Especial); OIDEL - International Organization for the Development of Freedom Education.

Publicações

Boletim Informativo Bimestral; Folhetos Informativos; Livros; Material didáctico.

Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira

A ONGD

Criada em 1996 abrange cinco concelhos do Nordeste da Beira: Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel e Trancoso. Zona raiana, que tal como a maioria dos espaços do interior do país, apresenta uma baixa densidade populacional, um reduzido aproveitamento dos recursos, tecido empresarial pouco dinâmico.

No entanto é uma área com recursos de elevado potencial (agrícolas, turísticos, patrimoniais, culturais, saberes e sabores ...) pelo que a aposta é na educação para o desenvolvimento local; na revitalização de actividades tradicionais, culturais e produtivas; na emergência de produtos e actividades, na valorização de todo o conteúdo histórico e cultural de que a zona de intervenção é detentora.

Com vista à concretização desta visão, a Raia Histórica coordenou programas vários como:

- Programa de Recuperação dos Centros Rurais (reconstrução do património arquitectónico e histórico; execução de arranjos urbanísticos e de áreas de lazer; a construção e melhoramento de acessibilidades locais)
- Programa Escolas – Oficinas – valorização das actividades tradicionais, artesanato e produção de produtos locais, originando nos formandos novas perspectivas de desenvolverem uma actividade, que embora tradicional também será rentável se bem desempenhada
- Leader + - Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural
- Plano Global de Animação das Aldeias Históricas.
- Formação

Da participação nos diversos programas, a Raia Histórica ganhou uma vasta experiência em projectos de desenvolvimento local e de cooperação internacional que deseja aproveitar transferindo as boas práticas dessa experiência para Países em Vias de Desenvolvimento, com a noção das diferentes realidades. Por isso, procuramos agora



investir em projectos de Cooperação para o Desenvolvimento com esses países, tendo já realizado algumas acções nesse sentido:

- Cooperação para o Desenvolvimento – Cabo-Verde – apoio técnico e consultoria ao associativismo; formação em áreas que permitam às famílias aumentar fontes de rendimento.

No vasto âmbito de actuação destaca-se a metodologia de intervenção que privilegia o trabalho em rede, e da base para o topo, materializando-se em estreitas parcerias entre diversos actores locais: autarquias, IPSS, Associações, Colectividades.

Missão

Promoção, apoio e realização de um aproveitamento mais racional das potencialidades endógenas dos territórios de actuação, nacionais ou internacionais, tendo em vista o desenvolvimento rural e a melhoria de vida das populações.

Metas e Objectivos

Em termos de Cooperação para o Desenvolvimento a Raia Histórica tem por objectivos:

- Realização de formação profissional, estudos e planeamento;
- Concepção, execução e apoio a programas e projectos de cariz social, ambiental, cívico e económico que visem Países em Vias de Desenvolvimento e que sejam levados a cabo através de acções de cooperação para o desenvolvimento, de assistência humanitária, de ajuda de emergência, de protecção e promoção dos direitos humanos e cívicos;
- Sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento mais empenhado com os Países em Vias de Desenvolvimento e a divulgação das suas realidades;
- Promoção da educação como factor integral de existência e reforço da paz.

Contactos

Sede: Av. 1º de Dezembro, nº 10 - 6420-011 Trancoso

Telefone: 271 829 040 * Fax: 271 829 047

E-mail: geral@raiahistorica.org * Website: www.raiahistorica.org

Dados Institucionais

Data da criação: 04 de Janeiro de 1996

Natureza Jurídica: Pessoa Colectiva Sem Fins Lucrativos

Diário da República, nº 23, III Série, de 28 de Janeiro de 2000

Responsável máximo: Júlio José Saraiva Sarmiento - Presidente do Conselho de Administração

Países de Actuação

Cabo Verde: Ilha da Brava; Ilha do Fogo; Ilha de Santiago.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Formação; Empreendedorismo; Acção cultural; Acção social; Educação; Desenvolvimento rural, promoção e valorização das potencialidades dos territórios de actuação; Turismo.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Rural/Agricultura; Economia alternativa/Microcrédito; Emprego/Inserção na vida activa; Formação profissional; Pobreza/Exclusão Social; Questões de género; Saneamento/água; Segurança alimentar.

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Estudantes do Ensino Secundário; Mulheres; Dirigentes associativos.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno.

Filiação em Organizações e redes

Federação Minha Terra; ANIMAR;



Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano

A ONGD

A ONGD Rosto Solidário é um projecto idealizado e concebido a partir da Congregação Passionista de Santa Maria da Feira, em estreita colaboração com a comunidade envolvente e com as estruturas existentes no concelho. Surge após uma longa experiência de apoio às famílias locais e da experiência dos Missionários Passionistas nas missões de Angola, província do Uíge.

Missão

Contribuir para o desenvolvimento social e humano das comunidades locais, especialmente em parceria com os Passionistas, e também para a sensibilização da prática de uma cidadania mais solidária.

Metas e Objectivos

Promover o desenvolvimento comunitário em especial nos países lusófonos;

Sensibilizar e educar para o desenvolvimento promovendo uma cidadania global e solidária;

Promover o desenvolvimento e a intervenção social local em Portugal.

Contactos

Sede: R. Mestre António Joaquim, nº8; 4520-239 Santa Maria da Feira

Telefone: 256336001

E-mail: geral@rostosolidario.pt * Website: www.rostosolidario.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 19-09-2007

Natureza Jurídica: Associação ONGD

Diário da República, nº 219, III Série, de II Série de 14-11-2007

Responsável máximo: Pe. Manuel Caridade Pires – Presidente



Países de Actuação

Portugal; Angola; Moçambique.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Promoção do Voluntariado Internacional; Acção cultural; Acção social; Apoio à Família.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Cultura – Angola

Formação profissional – Angola

Reabilitação e construção de infra-estruturas - Angola

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Jovens; Mulheres; População do bairro.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Estagiários; Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Rede Fé e Desenvolvimento

Publicações

Boletim informativo Trimestral



Saúde em Português - Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde dos Países de Língua Portuguesa

A ONGD

Saúde em Português – Associação de Profissionais de Cuidados de Saúde Primários dos Países de Língua Portuguesa é uma Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento, com sede em Coimbra. Fundada em 1993, prossegue como principais objectivos a promoção, divulgação e aplicação de cuidados de saúde, bem como a promoção da igualdade de oportunidades e da inclusão social, em Portugal e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Macau e Goa.

O espírito solidário que norteia a actuação de Saúde em Português assenta na ajuda a todos quantos necessitam, quer sejam vítimas de catástrofes, quer do subdesenvolvimento dos países onde vivem. No seu historial de 15 anos de existência, a associação conta com mais de seis dezenas de missões efectuadas, quer no seio dos membros da CPLP, quer em regiões de Portugal. Dos seus quadros de voluntários fazem parte um vasto leque de médicos e enfermeiros (preferencialmente dos Cuidados de Saúde Primários), embora conte igualmente com profissionais dos Cuidados Secundários e Terciários e outras áreas do saber, que se identificam com o lema da solidariedade e que abnegadamente têm participado nas missões desenvolvidas.

A par de projectos internacionais, quer de ajuda humanitária e de emergência, quer de apoio ao desenvolvimento, Saúde em Português tem desenvolvido projectos e acções pontuais em Portugal e, particularmente na região Centro, norteados pela convicção da importância de acrescentar à prestação e promoção de cuidados de saúde, a igualdade de género e inclusão social.

Missão

De acordo com os estatutos: “Com vista à realização dos seus objectivos a Associação tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Organizar encontros, colóquios, conferências e seminários.
- b) Organizar grupos de trabalho para investigação, formação e



análise de questões inerentes aos Cuidados de Saúde, à promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e à promoção da inclusão social.

c) Editar publicações.

d) Organizar ou cooperar em acções de apoio e solidariedade entre os países de língua portuguesa.

e) Colaborar com os organismos oficiais nas áreas da sua competência.”

Metas e Objectivos

De acordo com os estatutos: “A Associação prosseguirá como seus objectivos:

a) A promoção, divulgação e aplicação dos Cuidados de Saúde nos países de língua portuguesa;

b) A promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;

c) A promoção da inclusão social.”

Contactos

Sede: Av. Elísio de Moura, 417, 1^ºE, 3030 - 183 Coimbra

Telefone: +351 239 702 723 * Fax: +351 239 705 186

E-mail: info@saudeportugues.org

Website: www.saudeportugues.org

Dados Institucionais

Data da criação: 04.11.1993

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Diário da República, nº 180, III Série, de 5.8.1994

Responsável máximo: Hernâni Caniço - Presidente

Países de Actuação

Portugal; Guiné-Bissau; Cabo Verde; Moçambique; Angola; Timor-

Leste; China; Tailândia; Sri Lanka; Haiti; Brasil; Índia

Áreas de actuação

Ajuda de Emergência; Ajuda Humanitária; Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Formação; Acção cultural; Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Cultura – Cabo Verde, Angola

Educação formal – Guiné-Bissau

Educação não formal/alfabetização – Portugal, Guiné-Bissau

Pobreza/Exclusão Social – Portugal

Promoção da Paz/Prevenção de conflitos – Portugal

Questões de género – Portugal, Guiné-Bissau

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Guiné-Bissau

Refugiados - Portugal

Saneamento/água – Guiné-Bissau

Saúde – Guiné-Bissau, Cabo Verde

Segurança alimentar - CPLP

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Estudantes do ensino básico e secundário; Estudantes universitários; Profissionais de Saúde, Técnicos de Saúde e Agentes Comunitários de Saúde; Parteiros tradicionais; Líderes comunitários; Reclusos; Jovens; Crianças e mães; Mulheres em idade fértil.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Cooperantes; Estagiários; Voluntários

Filiação em Organizações e redes

Membro da Plataforma Portuguesa das ONGD; Membro Observador Consultivo da CPLP; Membro Associado da Confederação Ibero



Americana de Medicina Familiar; Membro Fundador do Fórum Não Governamental para a Inclusão Social.

Publicações

Revista 'Ser Solidário', com periodicidade bimestral. Tiragem de 1500 ex. e distribuição pelos associados e em eventos.



Sol Sem Fronteiras – Associação de Solidariedade Jovem sem Fronteiras

A ONGD

Sol Sem Fronteiras nasceu em 1993, fruto da iniciativa e espírito de solidariedade do movimento espiritano Jovens Sem Fronteiras. Através da criação desta associação, os JSF e jovens em geral passaram a estar mais capacitados institucional e logisticamente para responder às necessidades das populações mais carenciadas dos PALOP, bem como para concretizar as suas acções de voluntariado. Os projectos de cooperação concretizados e apoios concedidos por Sol Sem Fronteiras ao longo dos últimos 17 anos permitem hoje o funcionamento de escolas, centros de apoio à saúde, centros de acolhimento de órfãos e meninas estudantes espalhados por Angola, Moçambique, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Porque promovemos a partilha de valores de solidariedade entre jovens, Solsef já enviou dezenas de voluntários para colaborar nos seus projectos e dos seus parceiros, em acções de longa e curta duração (em particular, nos projectos “Ponte”).

Missão

Sol Sem Fronteiras é uma Associação de inspiração cristã, cujo objectivo global é promover os ideais da fraternidade e da solidariedade entre povos e particularmente entre jovens de países diferentes.

É uma Associação nascida a partir da experiência e da iniciativa do movimento dos Jovens Sem Fronteiras e formada a pensar na juventude. Como tal, os seus Corpos Sociais são maioritariamente preenchidos por jovens e os projectos de desenvolvimento e promoção humana, que por ela são levados a cabo, visam prioritariamente a população juvenil e infantil dos países menos desenvolvidos.

Procura, igualmente, na elaboração dos projectos de assistência ou de apoio ao desenvolvimento, privilegiar a colaboração com a Igreja missionária, porque acredita que os missionários, pela experiência histórica e pelo espírito que os anima, são os melhores garantes da seriedade dos projectos e os melhores promotores do

desenvolvimento humano integral.

Sendo, embora, uma organização de carácter juvenil, de inspiração cristã, está aberta à participação e à colaboração de todas as pessoas sensíveis à solidariedade sem fronteiras, independentemente da sua idade e condição social ou religiosa. Entre os seus Associados (Beneméritos, Efectivos e Colaboradores) há pessoas de todas as idades e condições sociais, que têm em comum o mesmo espírito da solidariedade sem fronteiras.

Metas e Objectivos

- Sensibilizar a juventude portuguesa para a solidariedade com os povos ou grupos humanos mais desfavorecidos.
- Organizar, através das mais adequadas e convenientes formas, o exercício concreto dessa mesma solidariedade.
- Promover o intercâmbio cultural dos jovens portugueses com jovens de outros países, particularmente dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).
- Elaborar e ajudar a concretizar projectos de desenvolvimento e de promoção humana, social e cultural, particularmente aqueles que tenham como destinatários as crianças e os jovens dos países em vias de desenvolvimento.
- Permitir aos jovens que o queiram - e para isso tenham formação e preparação adequadas - fazer uma experiência de cooperação em países em vias de desenvolvimento, nomeadamente ao serviço das acções ou dos projectos elaborados ou financiados pela Associação.

Contactos

Sede: R. Stº Amaro à Estrela, nº43, andar 1. 1200-801 Lisboa

Telefone: 213940047 * Fax: 213933019

E-mail: info@solsef.org * Website: www.solsef.org

Dados Institucionais

Data da criação: 21-10-1993

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Diário da República, nº 297, III Série, de 22 de Dezembro de 1993

Responsável máximo: Pedro Amorim - Presidente

Países de Actuação

Angola; Brasil; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Moçambique; Portugal; S. Tomé e Príncipe.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento;

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Educação não formal/alfabetização – Moçambique; Cabo Verde; Angola

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Moçambique; Angola

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Jovens; Jovens voluntários; Comunidade educativa; População local.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Membro da Plataforma Nacional das ONGD

Publicações

Folhetos informativos

SOPRO - Solidariedade e Promoção

A ONGD

Associação SOPRO-ONG nasceu como iniciativa de pessoas, preocupadas com os problemas da pobreza, dispostos a comprometerem-se na mudança das estruturas injustas e que já tinham colaborado durante vários anos em acções Pastorais e Socio-caritativas do Colégio La Salle, impulsionados pelo espírito e carisma desta Instituição.

A SOPRO é actualmente reconhecida, pelas entidades próprias, como uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) e que pertence, à Plataforma Portuguesa das ONGD. É constituída por cerca de 900 sócios colaboradores – dos quais cerca de 50 são “sócios efectivos” – que defendem as causas sociais da organização desde 1996, ano da sua fundação.

Além do papel social activo no Apoio Local (a população mais necessitada que a viu crescer), a SOPRO está vocacionada para a ajuda aos Povos do 3º Mundo (PED – Países em Desenvolvimento), concentrando-se em acções (projectos), primeiramente no país irmão de Moçambique, mas actualmente iniciando a planificação de outros projectos em zonas pobres do Brasil.


A SOPRO caracteriza-se também por ser uma ONG Lassalista e apoia no cumprimento da missão da Instituição: Promover o desenvolvimento integral da pessoa e a transformação da sociedade através da educação humana e cristã, solidária e participativa.

Missão

A Missão da SOPRO é Educar os jovens para o Desenvolvimento. Pela vinculação aos Irmãos das Escolas Cristãs – La Salle, a SOPRO é um testemunho e um canal privilegiado na Promoção de projectos de cooperação na área da educação, com a família Lassalista e através dela, para a sociedade em que está inserida.

Metas e Objectivos

De acordo com os estatutos da Associação:



A Associação tem como objectivo a promoção e desenvolvimento do ser humano, em especial nos países do terceiro mundo, através da realização de projectos de índole diversa:

- Desenvolvimento agro-pecuário, formação de monitores, alfabetização de jovens e adultos, envio de pessoal preparado para o desenvolvimento dos diversos projectos;
- Desenvolvimento das estruturas necessárias à realização do objectivo;
- Educação para a justiça e solidariedade, no âmbito do Estado Português.

Contactos

Sede: Rua Irmãos de La Salle s/n, 4755-054 Barcelinhos

Telefone: 253 831 249 * Fax: 253 833 353

E-mail: sopro.ongd@gmail.com * Website: www.sopro.org.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 26 de Setembro de 1996

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos

Diário da República, nº N.º 275, III Série, de 27 de Novembro de 1996.

Responsável máximo: Miguel Adolfo Couto Novais

Países de Actuação

Moçambique; Brasil.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Acção social; Educação.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Educação não formal/alfabetização – Moçambique e Brasil

Pobreza/Exclusão Social – Portugal



Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidade Educativa Alargada

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal (10); Voluntários em Portugal (50);
Voluntários em Moçambique (6); Voluntários no Brasil (2).

Filiação em Organizações e redes

Irmãos das escolas cristãs La Salle, em Portugal e na rede europeia.

Publicações

Newsletter anual



Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado

A ONGD

Apoiar e estimular localmente o desenvolvimento integrado do mundo rural começou por ser o objectivo. Ou seja: desenvolver sem desruralizar; aproveitar as potencialidades sem afectar os equilíbrios naturais; valorizar as gentes, respeitando a sua autenticidade; promover a cultura, dignificando o Homem. Porém, as aceleradas mutações a que esta aldeia global onde vivemos está sujeita, depressa conferiu outra dimensão ao objectivo inicial da Associação: houve que preservá-lo, adaptando os processos de concretização; houve que apreender novos conceitos e articulá-los com aquele objectivo; houve que fazer do mundo o local, e estar preparado para agir no “sítio onde as coisas acontecem... seja onde for”.

É com este espírito que Terras Dentro tem trabalhado e, para o fazer com eficácia, desenvolveu metodologias de acção e um conjunto de capacidades: conhecimento profundo do meio em que se insere; adaptação rápida às novas realidades que se lhe deparam; visão global dos processos de desenvolvimento; predisposição para a conjugação de esforços com outras entidades e instituições; participação nos processos definidores de políticas de ordenamento e planeamento; análise e diagnóstico de situações-problema para elaboração de propostas de intervenção adequadas; formação e qualificação dos recursos humanos existentes; concepção de mecanismos e instrumentos de acção social e económica, numa perspectiva integrada; preservação e promoção dos valores patrimoniais, culturais e ambientais; lançamento de iniciativas susceptíveis de captar apoios.

Missão

Apoiar e promover o desenvolvimento integrado, sobretudo em meio rural a partir da valorização dos recursos locais e fomentando dinâmicas de participação geradoras de efeitos multiplicadores.



Metas e Objectivos

Promover a solidariedade social; apoiar crianças, jovens e famílias, Proteger os grupos mais vulneráveis, nomeadamente pessoas com necessidades especiais, idosos, imigrantes e minorias étnicas; Prevenir e solucionar situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, de exclusão, ou outras vulnerabilidades; Apoiar e promover a saúde, o emprego, a educação e a qualificação dos cidadãos; Integrar e promover o desenvolvimento comunitário e as capacidades pessoais dos cidadãos; Apoiar e promover o desenvolvimento integrado de micro-regiões rurais e outros territórios desfavorecidos; Proteger e defender o ambiente; Promover a igualdade de géneros; Conceber, executar e apoiar projectos/programas de cooperação com países em vias de desenvolvimento; Promover a educação/formação para o desenvolvimento integrado das sociedades e o reforço da paz entre os homens, de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem; Divulgar a realidade dos países em vias de desenvolvimento e sensibilizar a opinião pública de acordo com os Objectivos do Milénio.

Contactos

Sede: Rua Rossio do Pinheiro 7090-049 Alcáçovas

Telefone: 266 948 070 * Fax: 266 948 071

E-mail: terrasdentro@terrasdentro.pt

Website: www.terrasdentro.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 19 de Abril de 1991


Natureza Jurídica: Associação de direito privado sem fins lucrativos

Diário da República, nº 159/91, III Série, de 13 de Julho

Responsável máximo: Francisco Fragoso - Presidente da Direcção

Países de Actuação

Portugal; Marrocos; Cabo Verde; S. Tomé e Príncipe; França; Espanha;



Áreas de actuação; Cooperação para o Desenvolvimento; Formação; Acção cultural; Acção social; Educação; Valorização e Protecção Ambiental

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Cabo Verde

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Marrocos

Emprego/Inserção na vida activa – Cabo Verde; Marrocos

Formação profissional – Cabo Verde; Marrocos

Pobreza/Exclusão Social – Cabo Verde

Questões de género – Cabo Verde

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comissão Regional de Parceiros (CRP); Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD); Comunidade feminina; Comunidade educativa alargada.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno.

Filiação em Organizações e redes

ADRAL - Agência Regional para o Desenvolvimento do Alentejo - Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva

IDEIA Alentejo - Associação para a Inovação e Desenvolvimento Integrado do Alentejo - Presidente do Conselho de Administração

ACVER - Associação Internacional para o Desenvolvimento de Comunidades Rurais - Presidente do Conselho Fiscal

Associação Pró-Montado – Presidente da Direcção

Federação Minha Terra – Secretário da Direcção

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural - Associados

Associação Internacional das Florestas Mediterrânicas (AIFM) - Associado

Rede Europeia Anti-Pobreza - Associado

Associação Nacional de Direito ao Crédito – Associado

Publicações

Newsletter - Trimestral - Distribuição Gratuita

Tradição por Terras Dentro - Autor e Editor: Terras Dentro - Livro - 2008

Guia de Turismo Acessível no Alentejo e Extremadura Espanhola - em 3 línguas - Autores: Terras Dentro; ESDIME; ADERCO; Centro de Desarrollo Local de Tentudia - Guia - 2008

“Os meus versos baralhados” - Poesia Popular - Autor: Orlando Botas - Editor: Terras Dentro - Livro - 2005

“A propósito das Associações de Desenvolvimento Local do Alentejo” - Autor: José M. L. Candeias - Editor: Terras Dentro - Livro - 2002

“Saí da Escola para Comprar uns Sapatos” - Uma perspectiva sobre a escolaridade obrigatória em 5 concelhos alentejanos - Autor e Editor: Terras Dentro - Livro - 2001

“A Azinheira Sinaleira” - Educação Ambiental - Autor: Terras Dentro - Livro - 2001

“Em cada casa uma porta, em cada porta um postigo” - Antologia de Poesia Tradicional do Alentejo - Autor: Monarca Pinheiro - Editor: Terras Dentro - Livro - 1996

“O Mestre que Trabalha por Cima do Céu” - Estudo e recolha etnográfica da actividade chocalheira - Autor: Monarca Pinheiro - Editor: Terras Dentro - Livro - 1995

Jornal Terras Do Cante - Mensal - de 1994 a 2007 - distribuição gratuita



TESE - Associação para o Desenvolvimento

A ONGD

A TESE foi criada em 2002 por um grupo de alunos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa com experiência de Voluntariado Internacional.

Actualmente conta com 41 colaboradores a tempo inteiro implementando projectos em Portugal e nos países de Língua Portuguesa. O programa Engenheiros Sem Fronteiras da TESE é responsável pelas intervenções na área do Desenvolvimento Internacional. A organização é oficialmente reconhecida em Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

Missão

A TESE cria e implementa respostas inovadoras que melhor promovem o desenvolvimento social, a igualdade de oportunidades e a qualidade de vida, criando parcerias com os sectores público, privado e organizações da sociedade civil.

Metas e Objectivos

A TESE é uma ONGD de referência que utiliza o conceito de Inovação Social como o chapéu da sua actuação em Portugal e nos países em Desenvolvimento. Pretende investigar, criar, implementar e sensibilizar, construindo um ciclo de soluções socialmente inovadoras e sustentáveis como resposta às necessidades tradicionais e emergentes.

Contactos

Sede: Rua das Amoreiras, 101 1250-022 Lisboa

Telefone: +351213868404 * Fax: +351213868405

E-mail: info@tese.org.pt * Website: www.tese.org.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 28 de Outubro de 2002

Natureza Jurídica: Associação sem fins lucrativos de direito privado,

com o estatuto de ONGD

Diário da República, nº 6, III Série, de 8 de Janeiro de 2003

Direcção: Helena Gata (Presidente), João Rabaça, Sara Almeida, Nuno Assunção e Alexandre Abreu

Países de Actuação

Portugal; Angola; Moçambique; S. Tomé e Príncipe; Guiné Bissau.

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Formação; Prestação de serviços de Consultoria e Investigação; Acção social; Educação; Saúde; Empreendedorismo Social; Sensibilização da sociedade civil.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Ecologia/Meio ambiente – Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe

Educação não formal/alfabetização – Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal

Emprego/Inserção na vida activa – Moçambique e Portugal

Formação profissional – Moçambique e Portugal

Pobreza/Exclusão Social – Portugal, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

Questões de género - Portugal

Reabilitação e construção de infra-estruturas – Guiné-Bissau, Angola

Saneamento/água – Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Saúde - Moçambique

Resíduos Sólidos Urbanos - São Tomé e Príncipe

Energia - Guiné-Bissau



Participação cívica - Portugal

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Jovens pertencentes a grupos socioculturais específicos; Técnicos de intervenção social e ONG; Comunidades locais.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

41 colaboradores permanentes – dos quais 23 na área Internacional; 3 estagiários; 2 voluntários.

Filiação em Organizações e redes

Social Innovation Exchange, Engineers Without Borders Internacional

Publicações

Livro “O Peixe Amarelo - Pistas para um Mundo melhor” - Autor João Meneses

Livro “À tona de água – Necessidades em Portugal, Tradição e Tendências emergentes.” - Autores - Isabel Guerra, Teresa Costa Pinto, Sara Almeida, Marta Martins

Livro “À tona de água – Retratos de um Portugal em mudança.” - Autores - Isabel Guerra, Teresa Costa Pinto, Sara Almeida, Marta Martins

Livro “Ukama Wangu”, autor Tiago Cunha Ferreira

Newsletter TESE - Trimestral - Via email



UMP – União das Misericórdias Portuguesas

A ONGD

Criada em 1976 para apoiar a Santa Casa da Misericórdia. Tem privilegiado como áreas de actuação a Acção Social, a Saúde e a Cooperação e Desenvolvimento.

Missão

Orientar, coordenar, dinamizar e representar as Santas Casas de Misericórdia defendendo os seus interesses e organizando serviços de interesse comum.

Metas e Objectivos

- Procurar manter as Santas Casas fiéis ao espírito dos seus Compromissos, sem prejuízo da actualização das suas actividades;
- Estimular a prática da fraternidade cristã e da solidariedade humana, tendo sempre bem presente as exigências da técnica e os imperativos da segurança social;
- Fomentar e realizar o estudo dos problemas que interessam às actividades das Santas Casas e auxiliar estas por todos os meios ao seu alcance;
- Favorece a criação de novas Santas Casas e pronunciar-se sobre a legalidade das Misericórdias que foram já extintas;
- Servir de intermediário nas relações das Santas Casas com as autoridades civis e religiosas, nos casos em que as Santas Casas o desejarem;
- Representar as sua associadas, nacional e internacionalmente;
- Promover sessões de animação e orientação e outras iniciativas de formação doutrinal destinadas aos irmãos das Misericórdias, localmente ou por zonas;
- Promover a realização de cursos de aperfeiçoamento e valorização profissional para o pessoal das Misericórdias;
- Criar e coordenar serviços de interesse comum e organizar acções

de apoio técnico ou administrativo que facilitem a acção das suas associadas;

- Editar publicações que sejam órgãos de comunicação entre todas as Santas Casas e respectivos irmãos e sirvam para informar a opinião pública das actividades que elas prosseguem;

Contactos

Sede: Rua de Entrecampos 9, 1000-151 Lisboa

Telefone: 218110540 * Fax: 218110545

E-mail: geral@ump.pt * Website: www.ump.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 28 de Novembro de 1976

Natureza Jurídica: Entidade em regime de IPSS

Responsável máximo: Dr. Manuel de Lemos

Países de Actuação: São Tomé e Príncipe; Angola; Moçambique.

Áreas de actuação

Ajuda Humanitária; Cooperação para o Desenvolvimento; Formação; Acção cultural; Acção social; Educação; Saúde

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – São Tomé e Príncipe

Pobreza/Exclusão Social – São Tomé e Príncipe

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Idosos; Comunidades Rurais; Crianças.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Voluntários de Longa Duração em São Tomé e Príncipe

Publicações:

Jornal Mensal - “Voz das Misericórdias”

Portugaliae Monumenta Misericordiarum



UNICEF - Comité Português para a UNICEF

A ONGD

Criado em Abril de 1979, o Comité Português para a UNICEF é uma Organização não Governamental para o Desenvolvimento que goza do estatuto de Associação de Utilidade Pública, e é a voz da UNICEF em Portugal.

Somos um dos 36 Comités Nacionais que, nos países industrializados, tem por missão promover a defesa dos direitos de todas as crianças e sensibilizar o público para o apoio ao trabalho da UNICEF nos países em desenvolvimento.

Fazemo-lo através da divulgação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de actividades com crianças e jovens, da venda de cartões e produtos UNICEF, de parcerias com empresas e outras entidades que querem apoiar a causa das crianças e o trabalho da UNICEF, e através de campanhas de recolha de fundos para programas destinados a melhorar as condições de vida das crianças e das suas famílias.

Estamos sedeados em Lisboa e presentes em diversos pontos do país através das nossas Delegações Regionais.

Missão

O Comité Português para a UNICEF tem como missão promover a defesa dos direitos de todas as crianças, sensibilizar o público para a causa da infância no mundo e angariar fundos para o trabalho da UNICEF nos países em desenvolvimento

Metas e Objectivos

Fins: tem por finalidade promover o bem-estar das crianças, apoiando os objectivos, políticas e programas aprovados pelo Conselho de Administração e pelos órgãos superiores de gestão da UNICEF e aceita conduzir estas operações de acordo com as referidas políticas. O apoio ao trabalho da UNICEF inclui a prossecução dos objectivos e princípios contidos na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, e a organização e desenvolvimento em território

português de actividades destinadas a:

Um - Apoiar a UNICEF na realização do seu mandato conferido pela Assembleia Geral das Nações Unidas na promoção e defesa dos Direitos da Criança;

Dois - Advogar a causa da infância para que os seus direitos se convertam em princípios éticos permanentes e em códigos de conduta nacionais e internacionais para com as crianças;

Três - Mobilizar o interesse e apoio do público a favor da UNICEF e dos seus programas de acção designadamente através dos seguintes meios: a) difusão de informações sobre as actividades e objectivos da UNICEF no mundo e da Associação; b) angariação de contribuições financeiras para a UNICEF por parte do Governo e do público português através de acções de recolha de fundos e da venda de cartões e produtos UNICEF c) realização de actividades de sensibilização e educação, especialmente destinadas às crianças e jovens com vista a promover novas atitudes e comportamentos que levem a um maior empenhamento na cooperação entre os povos sem qualquer tipo de discriminação.

Contactos

Sede: Av. António Augusto de Aguiar, 56 - 3º Esq. - 1069-115 Lisboa

Telefone: 21 317 7500 * Fax: 21 354 7913

E-mail: info@unicef.pt * Website: www.unicef.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 10 Abril 1979


Natureza Jurídica: PCUP

Diário da República, nº 139, III Série, de 19 de Junho de 1979

Responsável máximo: Manuel Pina - Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

Países de Actuação

O Comité Português para a Unicef angaria fundos junto do sector



privado para os programas levados a cabo pela UNICEF em mais de 150 países em desenvolvimento, tendo como áreas prioritárias de intervenção: Sobrevivência e Desenvolvimento Infantil, Educação básica e Igualdade de Género, o VIH/SIDA e as Crianças, Protecção Infantil, Promoção de Políticas e Alianças em benefício das Crianças, bem como resposta a situações de Emergência.

Assim, muitos dos sectores de intervenção dos projectos realizados nos anos de 2009 e 2010 (campo a preencher mais adiante) estão contemplados nas áreas prioritárias de intervenção da UNICEF (ex.: cuidados de saúde materno-infantil, vacinação, nutrição, água e saneamento básico...) nos 150 países em desenvolvimento.

Áreas de actuação

Ajuda de Emergência; Ajuda Humanitária; Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Advocacy.

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

Colaboradores em Portugal; Voluntários; Publicações;

Publicações

Lançamento de publicações periódicas da UNICEF (Situação Mundial da Infância, Progressos para as Crianças, Relatório de Acção Humanitária, Relatório Anual, entre outros) desdobráveis, brochuras, cartazes, ...



Urb-África - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano

A ONGD

Constituída por escritura a 25 de Novembro de 1999, a Urb-África tem como objectivos a promoção do desenvolvimento e cooperação das cidades integradas em países em vias de desenvolvimento, prioritariamente de língua portuguesa e em especial do continente africano, através do intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, educacionais, sociais e de convívio, tendo em vista a educação, o progresso e o bem-estar dos povos.

Missão

A Urb-África tem como objectivos a promoção do desenvolvimento e cooperação das cidades integradas em países em vias de desenvolvimento, prioritariamente de língua portuguesa e em especial do continente africano, através do intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, educacionais, sociais e de convívio, tendo em vista a educação, o progresso e o bem-estar dos povos.

Metas e Objectivos

Para a concretização da sua missão a Urb-África deverá promover: acções de formação profissional; projectos de investigação e informação; concepção e execução de projectos de infra-estruturas urbanas de pequeno e médio porte; concepção e execução de projectos nas áreas da saúde e educação; concepção e execução de projectos de índole social, cultural, científica, económica e ambiental; projectos de ajuda e assistência médica e humanitária; medidas de ajuda de emergência às populações carenciadas; acções de recuperação de património histórico; promoção de encontros e actividades que visem o intercâmbio de conhecimentos e a sensibilização da opinião pública internacional para os problemas em causa.

Estes objectivos deverão ser concretizados no âmbito do reforço da observância dos princípios de justiça internacional, do respeito

pelos Direitos Humanos Fundamentais e do incremento da Paz.

Contactos

Sede: Rua de S. Bento, 640, 1250-222 Lisboa

Telefone: 213845600 * Fax: 213852596

E-mail: urbafrica@uccla.pt

Website: A Urb-África não tem site próprio, está alojada no site da UCCLA: www.uccla.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 25 de Novembro de 1999

Natureza Jurídica: Associação

Diário da República, nº 52, III Série, de 2 de Março de 2000

Responsável máximo: Miguel Anacoreta Correia (Eng.), como Secretário-Geral da UCCLA, que por sua vez é Presidente do Conselho Directivo da Urb-África.

Países de Actuação

Angola; Moçambique; Guiné-Bissau; Cabo Verde; S. Tomé e Príncipe

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento; Formação; Acção cultural; Acção social; Educação; Saúde; Recuperação de Património Histórico.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Formação profissional – S. Tomé e Príncipe

Saneamento/água – S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau

Saúde - Moçambique

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Mulheres e crianças; Alunos; População necessitada de cuidados médicos; Grupos profissionais.



Tipo de recursos humanos que integram os projectos


Colaboradores em Portugal; Colaboradores no terreno; Estagiários

Filiação em Organizações e redes

Plataforma Portuguesa das ONGD

Publicações

Folhetos e monografias de acordo com os projectos



VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano

A ONGD

VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano é uma ONG Portuguesa, criada em 1992, sem fins lucrativos, de Utilidade Pública, registada junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros sob o número 8296/98.

VIDA existe para ajudar as pessoas a desenvolverem as suas capacidades e o potencial da terra onde vivem, com vista a um desenvolvimento humano sustentado e justo.

Queremos tomar parte activa do processo de construção do futuro onde a esperança, acesso à prestação de cuidados básicos e a melhoria da qualidade de vida, se tornam, cada vez mais, próximos e alcançáveis às populações mais pobres do mundo.

Reunindo um forte e consolidado capital de experiências e conhecimentos de 15 anos no terreno, a VIDA tem por obrigação e missão criar, propor e implementar projectos que surgem da identificação das necessidades mais prementes das populações com quem trabalha.

Missão

A missão da VIDA é viver e trabalhar com as comunidades mais pobres, desenvolvendo as capacidades das pessoas e o potencial da terra onde vivem, construindo caminhos de esperança solidários que libertam da pobreza.

Metas e Objectivos

Qualquer intervenção só se justifica como resposta a uma realidade. Através do levantamento das necessidades imediatas, procura-se uma resposta pronta e adequada às carências identificadas e às necessidades de valorização e dignidade que cada pessoa ou comunidade solicita para poder viver plenamente as suas capacidades.



Contactos

Sede: Calçada do Combro, nº61, 1º andar. 1200-111 Lisboa

Telefone: +351 213433022 * Fax: +351 213433022

E-mail: vida@vida.org.pt * Website: www.vida.org.pt

Dados Institucionais

Data da criação: 1992

Natureza Jurídica: ONGD de Utilidade Pública

Diário da República, nº 127, III Série, de 1-6-1993

Responsável máximo: Dra. Maria da Luz Vasconcellos e Souza

Países de Actuação

Guiné-Bissau; Moçambique; Portugal

Áreas de actuação

Cooperação para o Desenvolvimento; Educação para o Desenvolvimento.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Desenvolvimento Rural/Agricultura – Moçambique

Ecologia/Meio ambiente – Moçambique

Economia alternativa/ Microcrédito – Moçambique

Educação não formal/alfabetização – Moçambique

Emprego/Inserção na vida activa – Moçambique

Formação profissional – Moçambique

Pobreza/Exclusão Social – Moçambique

Questões de género - Moçambique

Saneamento/água – Guiné-Bissau

Saúde – Guiné-Bissau

Segurança alimentar - Moçambique



Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Comunidades rurais pobres

Tipo de recursos humanos que integram os projectos

3 na sede em Lisboa; 21 Moçambique + 15 Guiné-Bissau; 1 Moçambique + 2 Guiné-Bissau; 1 Portugal; 2 Portugal (full-time).

Filiação em Organizações e redes

AVSI - www.avsi.org

Publicações

Case studies esporádicos são publicados na internet. Newsletter em stand-by.



VITAE- Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional

A ONGD

A VITAE – Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional é uma instituição particular de solidariedade social e ONG (sem fins lucrativos) que visa promover o desenvolvimento dos portugueses e dos povos lusófonos, mediante o apoio à reinserção familiar, social e profissional de pessoas em situação de risco social (sem-abrigo, toxicodependentes), prevê também a protecção da infância, juventude e terceira idade.

A VITAE tutela o centro de sem-abrigo da cidade de Lisboa (com capacidade para 271 utentes) desde 22 de Dezembro de 1999, este centro visa o acolhimento temporário com objectivos de encaminhamento e reinserção social por via de uma abordagem biopsicossocial através de uma intervenção multidisciplinar.

Missão

Move-nos a missão de promover a melhoria da qualidade de vida dos públicos mais desfavorecidos através de uma prática filantrópica e humanista. Contamos com a ajuda e capacidade de empreendedorismo de todos os que se juntam a nós em acções concretas nos âmbitos da solidariedade social, do trabalho, da educação, da saúde e das necessidades diárias.

Metas e Objectivos

Promover uma sociedade melhor através da reinserção social

Contactos

Sede: Rua Cabo da Boa Esperança, 6 C -Cova Da Piedade - 2800-361 Almada

Centro de Acolhimento: Rua Gualdim Pais, 97 - 1900-254 Lisboa

Telefone: 21 816 1640 * Fax: 21 816 1659

E-mail: info@assoc-vitae.org * Website: www.assoc-vitae.org



Dados Institucionais

Data da criação: 1999

Natureza Jurídica: IPSS

Diário da República, nº 63, III Série, de 14 de Março de 2000

Responsável máximo: António Roseiro - Presidente

Países de Actuação

Portugal; Moçambique.

Áreas de actuação

Ajuda Humanitária; Cooperação para o Desenvolvimento; Formação; Acção cultural; Acção social; Saúde.

Sectores de intervenção dos projectos e acções realizadas

Assistência/Promoção Social – Portugal (Lisboa)

Emprego/Inserção na vida activa – IEFP (Programa Vida-Emprego)

Formação profissional – Cursos EFA

Pobreza/Exclusão Social – Portugal (Vitae Lisboa)

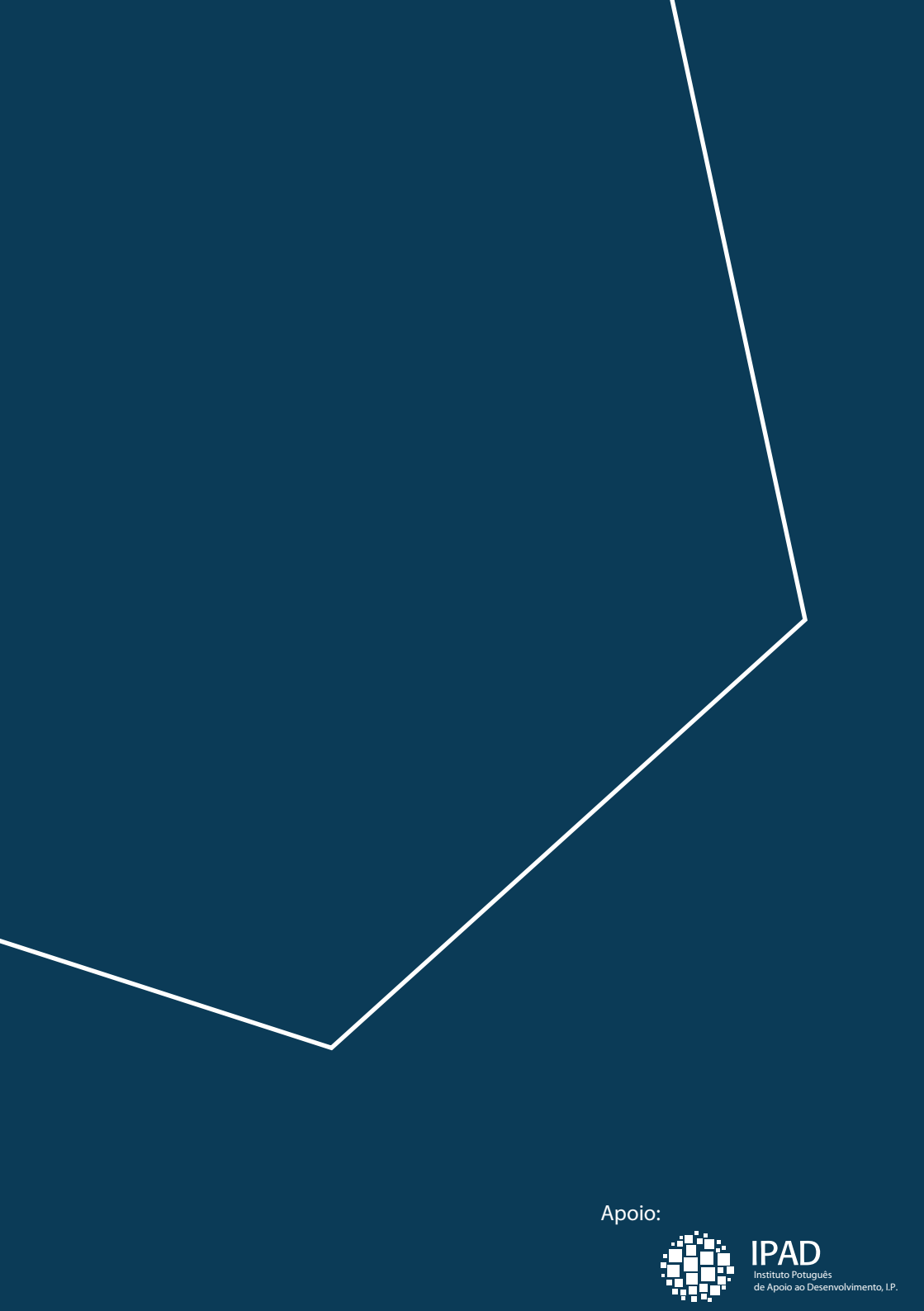
Saúde – Centro Clínico VITAE

Envio de bens/produtos - Moçambique (Hospital Geral da Machava)

Grupos-alvo dos projectos e acções realizadas

Utentes do centro de Acolhimento aos Sem-Abrigo da cidade de Lisboa





Apoio:



IPAD
Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento, I.P.